



PHILLIPE CUPERTINO SALLOUM E SILVA <phillipe.silva@ufj.edu.br>

Parecer Técnico - Seleção Pública 030/2024 - Contratação de Serviço Audiovisual

Licitação FUNAPE <licitacao@funape.org.br>

13 de novembro de 2024 às 16:08

Para: PHILLIPE CUPERTINO SALLOUM E SILVA <phillipe.silva@ufj.edu.br>

Prezado Professor Phillipe, boa tarde,

Informo que a Seleção Pública 030/2024 que tem por objeto à contratação de serviço audiovisual, produção e gerenciamento de rede social pelo período de 05 (cinco) meses, ocorreu na presente data, conforme ata de abertura anexa.

Concorreram para a referida seleção as empresas, 01- MANACA CINE STUDIO, CNPJ 25.301.822/0001-33, e 02 – HIPOPÓTAMO DE BIQUÍNI, CNPJ 40.112.604/0001-44.

A tempo, informamos que a empresa HIPOPÓTAMO DE BIQUÍNI, foi INABILITADA por não ter atendido o edital em sua integralidade, sendo a empresa MANACÁ CINE STUDIO HABILITADA por ter atendido a todas as exigências para habilitação constante do Instrumento Convocatório.

Encaminhamos em anexo, a proposta apresentada pela empresa MANACÁ CINE STUDIO, a qual foi considerada arrematante, para análise e, posteriormente, a emissão do parecer técnico.

Outrossim, informa-se que o Parecer Técnico deverá ser emitido em papel timbrado e assinado pela coordenadora do projeto.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

--

Atenciosamente,



Habilidade Manaca parte1.pdf

Habilidade Manaca parte2.pdf

Habilidade Manaca parte 3.pdf

2 anexos

29_Ata de Abertura.pdf
168K

Proposta Manaca.pdf
1523K

PASSAPORTE AO PROFISSIONALISMO

CERTIFICADO

Certificamos que o Jornalista **Hermínio Nunes** teve seu trabalho premiado em concurso jornalístico de divulgação do III Banco Real Cup de Tennis

Florianópolis, 14 de dezembro de 1994


FERNANDO MARCONDES DE MATTOS
Diretor Presidente

COSTA DO
SANTINHO

Cabrielly  9
CE

Troféu
Olívio Lamas
DE FOTOJORNALISMO
3ª edição

Menção Honrosa

Lamas.
O mais reporter
dos fotógrafos.

Certificamos que **Hermínio Nunes** foi escolhido como o terceiro colocado do III Troféu Olívio Lamas de Fotojornalismo, de acordo com os quesitos capacidade de aliar informação à imagem; grau de dificuldade; impacto da imagem e composição técnica e estética.



Florianópolis, 11 de dezembro de 2009

Realização:

Patrocínio:



Adrielly

69

Troféu
Olívio Lamas
DE FOTOJORNALISMO
3ª edição

Menção Honrosa

Lamas.
O mais repórter
dos fotógrafos.

Concedemos a **Hermínio Nunes** a MENÇÃO HONROSA pela participação no III Troféu Olívio Lamas de *Fotojornalismo*, por destacar-se nos aspectos capacidade de aliar informação à imagem, grau de dificuldade, impacto da imagem e composição técnica e estética do material inscrito.



Florianópolis, 11 de dezembro de 2009

Realização:



Patrocínio:



Cobruelly



70

Troféu
Olívio Lamas
DE FOTOJORNALISMO
2ª edição

Menção Honrosa

Lamas.
O mais reporter
dos fotógrafos.

Concedemos a **Hermínio Nunes** a MENÇÃO HONROSA pela participação no // Troféu Olívio Lamas de Fotojornalismo, por destacar-se nos aspectos capacidade de aliar informação à imagem, grau de dificuldade, impacto da imagem e composição técnica e estética do material inscrito.



Troféu
Olívio Lamas
DE FOTOJORNALISMO
2ª edição

Florianópolis, 16 de dezembro de 2008

Realização:



Patrocínio:



Eletrosul

Cidrielly   71

Troféu
Olívio Lamas
DE FOTOJORNALISMO
2ª edição

Segundo Lugar

Lamas.
O mais reporter
dos fotógrafos.



Certificamos que **Hermínio Nunes** foi escolhido como o segundo colocado do // Troféu Olívio Lamas de Fotojornalismo, de acordo com os quesitos capacidade de aliar informação à imagem; grau de dificuldade; impacto da imagem e composição técnica e estética.

Florianópolis, 16 de dezembro de 2008

Realização:



Patrocínio:



adrielly  
72



30º

PRÊMIO
JORNALÍSTICO
VLADIMIR
HERZOG
DE ANISTIA
E DIREITOS
HUMANOS

2008



Sindicato
dos Jornalistas
Profissionais no
Estado de São Paulo

Menção Honrosa

Hermínio Nunes

Categoria – Fotografia

“Limpeza na Penitenciária”

Diário Catarinense – Santa Catarina – SC

São Paulo, 27 de outubro de 2008

Maria de Lourdes da Paixão Augusto
Maria de Lourdes da Paixão Augusto
Comissão organizadora

José Augusto de Oliveira Camargo
José Augusto de Oliveira Camargo
Presidente do SJSP

Adrielly

[Signature]

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE VINCULAÇÃO CONTRATUAL FUTURA /

Eu, **HERMÍNIO PIRES NUNES**, portador do CPF 561.292.209-44, residente à Servidão Idelfonso Caetano de Mello, 145, Carianos, Florianópolis, Santa Catarina, neste ato, declaro compromisso de vínculo contratual futuro junto a Manacá Cine Studio Ltda, CNPJ 25.301.822/0001-33, para serviço de **fotógrafo**, para a Seleção Pública nº 030/2024 da Fundação de Apoio à Pesquisa – FUNAPE - CNPJ: 00.799.205/0001-89, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados em audiovisual, produção e gerenciamento de rede social, pelo período de 05 (cinco) meses, para atender às atividades previstas do convênio Mapeamento e Registro de Famílias Ciganas das Etnias Calon, Rom e Sinti, de Territórios e Rotas dos Povos Ciganos e das Políticas Públicas.


Este termo é válido se houver parecer favorável a Manacá Cine Studio Ltda.

Sem mais para o momento, assino.

Florianópolis, 06 de novembro de 2024 /

Documento assinado digitalmente
gov.br HERMÍNIO PIRES NUNES
Data: 06/11/2024 21:00:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

HERMÍNIO PIRES NUNES

Adrielly  74

EQUIPE TÉCNICA

NOME	FUNÇÃO	DOCUMENTOS
Erico Dias	/ Editor de vídeo	<ul style="list-style-type: none">✓ Currículo.✓ Certificados Cursos.✓ Comprovação de experiência.✓ Declaração de vínculo contratual.

PÁGINAS 75 A 82

Cobrelly 



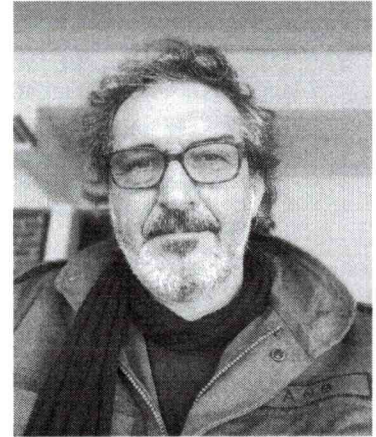
Erico Dias

Senior Motion Graphic Designer

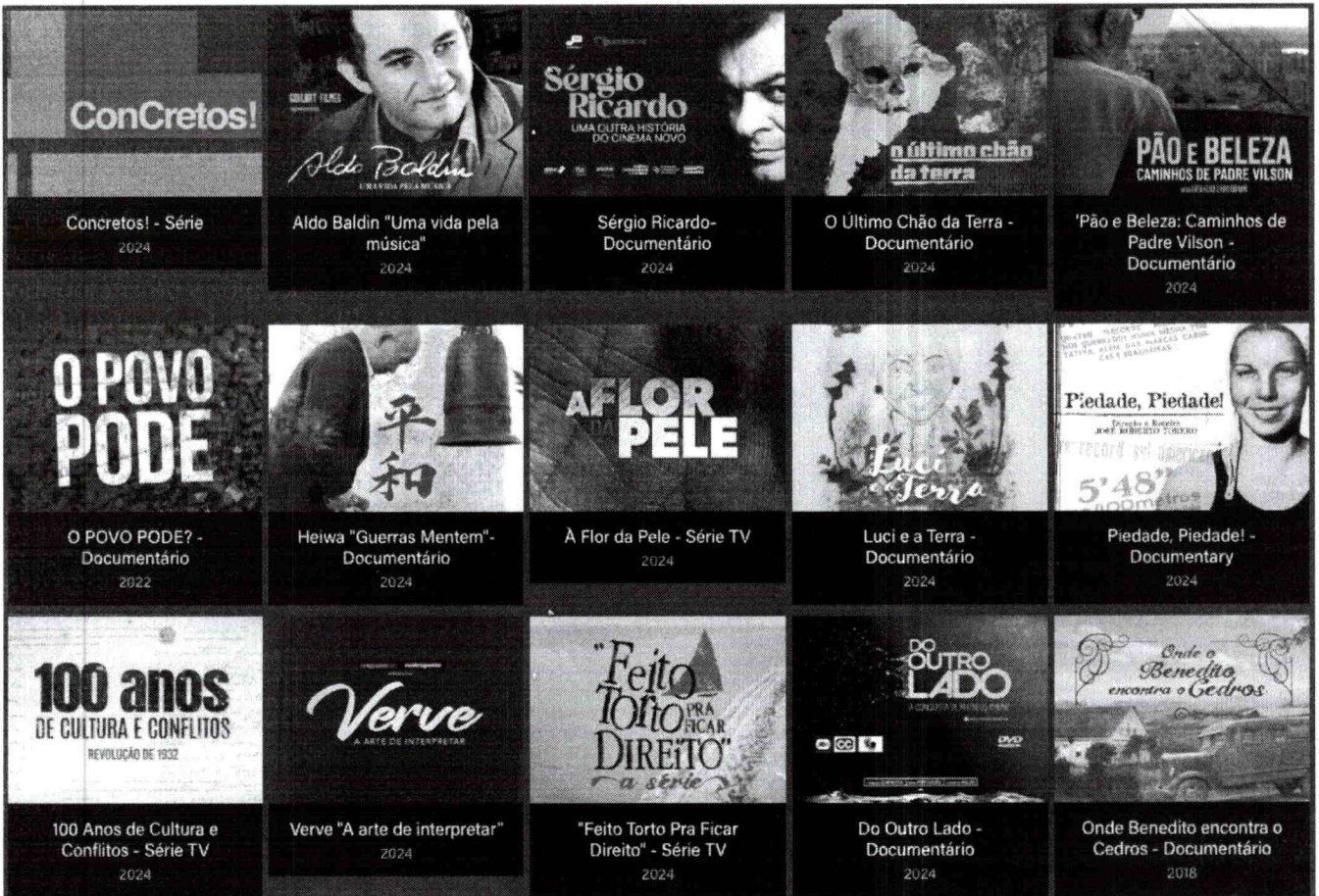
Designer videográfico, diretor de arte e montador, atua desde 1992 na produção audiovisual. Utiliza recursos de animação, videografismo e soluções criativas diferenciadas. Desenvolve identidade visual, pós-produção de imagem para diferentes formatos e gêneros, documentário, ficção, série, institucional, campanhas políticas e de produtos.

Em São Paulo foi sócio-diretor da Alfavaca Estúdio de Animação (2002 - 2005), diretor de Arte da Franmi/TV Senac/SescTV (1994 - 2002), entre outros.

É diretor de arte independente para diversas produtoras do Brasil e América Latina desde 2006. Utiliza recursos de animação, videografismo e soluções criativas diferenciadas. Desenvolve identidade visual, pós-produção de imagem para diferentes formatos e gêneros, documentário, ficção, série, institucional, campanhas políticas e de produtos.

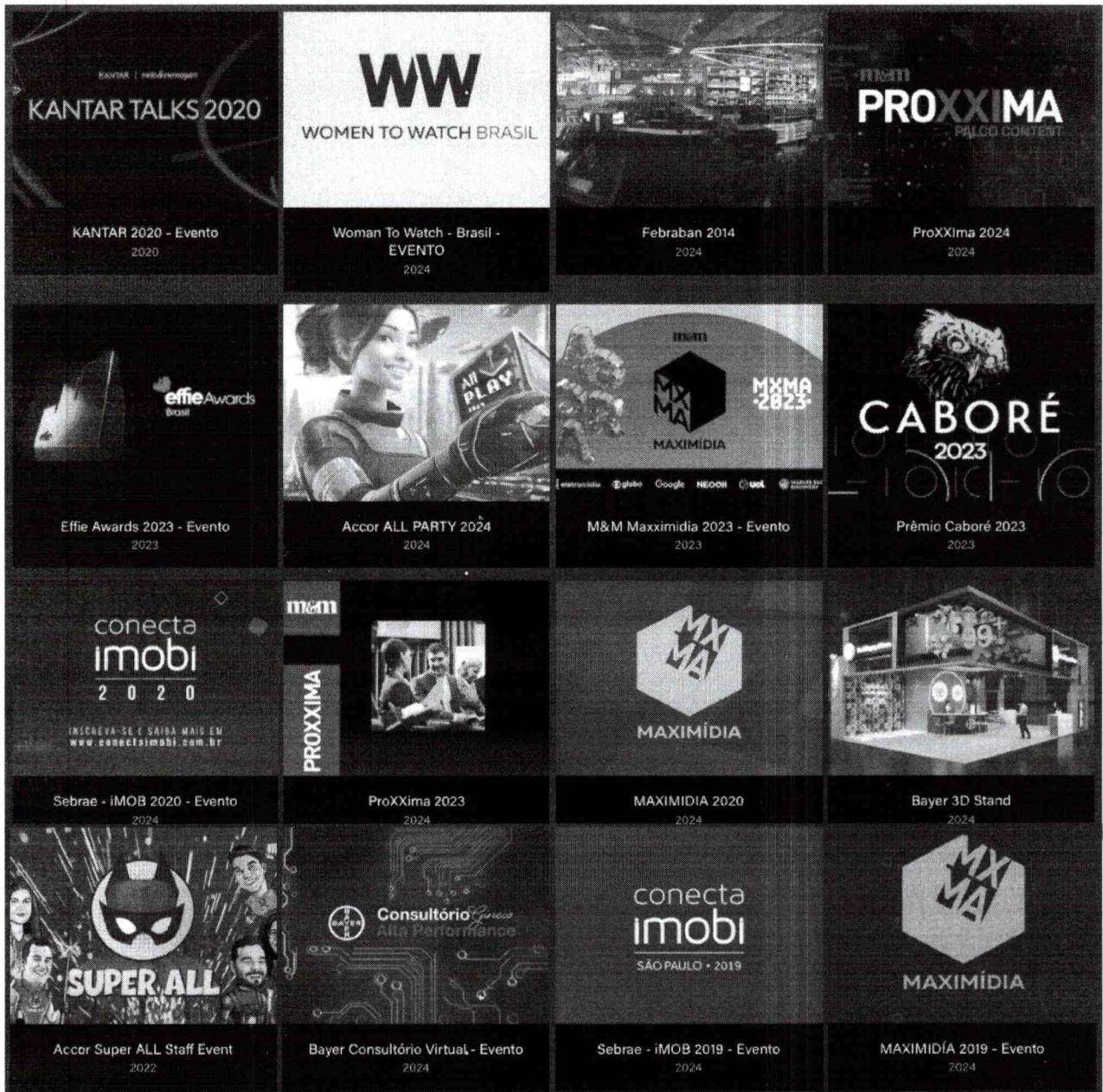


filmes/documentários



Adrielly 75














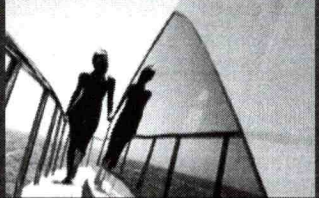


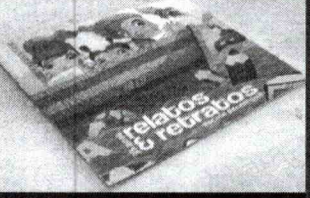
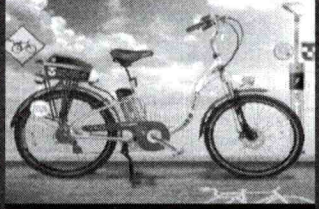
shows/eventos



produção de conteúdo - ENVATO / ADOBE / STOCK IMAGE / POUNDS5



Videografia

			
TURN Multivisual Presentation 2021 2024	RD STATION 2024	Vinheta Canal Curta! 2024	SEBRAE - Cidade Empreendedora 2020
			
Arak el Rif - Promo 2024	GENIAL DAY 2019	Vanuatu Documentary Open 2024	TTsummit 2022
			
Sebrae - CONHECER 2019 - Evento	Startup Summit - Evento 2019	RWANDA 2024	Ziegen 2024
			
Bayer TRUCID - Promo 2021	INST_Shaefer Yachts 2024	O último chão da terra - DOC 2024	The Bridge Hostel Logo ID 2024
			
Sarapiquí Magazine Oct2017 2017	Projeto Mobilidade Inteligente 2017		





SEBRAE

SEBRAE - Cidade Empreendedora
2020



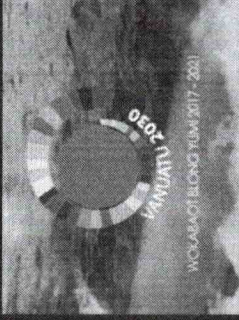
Vinheta Canal Curial
2024

SUMMIT
2022
THE FI
TRADING
LE GAME
23 A 27 DE MAIO

TT Summit
2022



Ziegen
2024



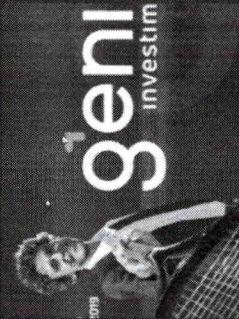
Vanuatu Documentary Open
2024



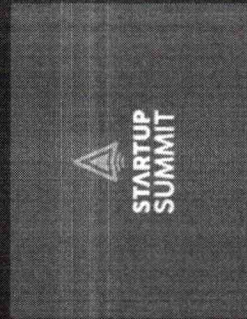
RWANDA
2024



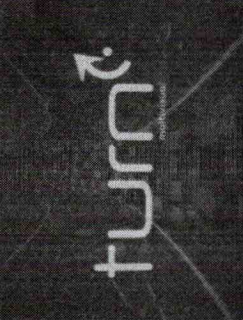
RD STATION
2024



GENIAL DAY
2019



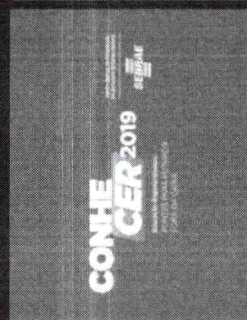
Startup Summit - Evento
2019



TURN Multivisual Presentation
2021
2024



ArakelRif - Promo
2024



Sebrae - CONHECER 2019 -
Evento



3º TABELIONATO DE NOTAS e
2º OFÍCIO DE PROTESTO
Adelaide da Silva Jardim - Tabeliã
Rue dos Ilhéus, 2º - 1º andar - Centro
Florianópolis - SC - CEP 98010-560
(48) 3222-5522 - cart@nosilv.jardim@gmail.com
Horário de Funcionamento: das 9:00hs às 18:00hs

AUTENTICAÇÃO - 332288
A presente Autenticação foi realizada nos
termos do artigo 1.287 do Código de Normas,
lembre sua veracidade contida. Do que dou
fé Florianópolis, 28 de agosto de 2024
Em test. da verdade.
Antonio Roberto Damasco - Escrevente
Substituto.
Emolumentos: R\$ 6,03 FRU; R\$ 1,14 ISS R\$
0,25 - Total: R\$6,42 - Efetuado por:
MATHEUSC - Selo Digital de Fiscalização - Selo
número: HED24801 - JEFBY. Confira os dados do
ato em: selo@sc.jus.br



Certificado de conclusão

Certificamos que o aluno:

Erica Lima Dias

concluiu o **Curso de Premiere Pro CC**

No período de 07/08/2024 a 15/08/2024 com Carga Horária de 40 horas
Com 100% de aproveitamento - Certificado n° 1608-2024-1025-47304

Adrielly

[Handwritten Signature]
GYN CURSOS ONLINE
CNPJ 32.970.217/0001-10
gyncurtos.com.br

ALUNO
CPF: 144.766.288-18



CÓDIGO DE VALIDAÇÃO

Certificado de Curso Online Livre, emitido em conformidade com o Decreto Federal N° 5.154/04
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

Professor/Empregador verifique a autenticidade deste certificado
fazendo a leitura do QR CODE acima



DECLARAÇÃO

DECLARAMOS para os devidos fins, que Erico Dias, CPF 144.766.288-18, atuou como editor de vídeo, designer videográfico e diretor de arte nos projetos realizados pela Manacá Cine Studio Ltda., conforme discriminado abaixo.

Documentários:

Sérgio Ricardo: uma outra história do cinema novo – 66 minutos, 2023.

Quem Precisa de Identidade? – 84 minutos, 2021.

Florianópolis (SC), 21 de agosto de 2024

MANACA CINE

STUDIO

LTDA:253018220001

33

Assinado de forma digital
por MANACA CINE STUDIO

LTDA:25301822000133

Dados: 2024.08.16 08:49:44

-03'00'

Márcia Calobrizi Navai

Representante Legal

Manacá Cine Studio Ltda.

CNPJ 25.301.822/0001-33

Coelho 81

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE VINCULAÇÃO CONTRATUAL FUTURA ✓

Eu, **ERICO LIMA DIAS**, portador do CPF 144.766.288-18, residente à Av. Cidade de Córdoba, 487, apto. 203, Barra da Lagoa, Florianópolis, Santa Catarina, neste ato, declaro compromisso de vínculo contratual futuro junto a Manacá Cine Studio Ltda, CNPJ 25.301.822/0001-33, para serviço de **editor de vídeo**, para a Seleção Pública / nº 030/2024 da Fundação de Apoio à Pesquisa – FUNAPE - CNPJ: 00.799.205/0001-89, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados em audiovisual, produção e gerenciamento de rede social, pelo período de 05 (cinco) meses, para atender às atividades previstas do convênio Mapeamento e Registro de Famílias Ciganas das Etnias Calon, Rom e Sinti, de Territórios e Rotas dos Povos Ciganos e das Políticas Públicas.

Este termo é válido se houver parecer favorável a Manacá Cine Studio Ltda.

Sem mais para o momento, assino.

Florianópolis, 06 de novembro de 2024

gov.br

Documento assinado digitalmente
ERICO LIMA DIAS
Data: 06/11/2024 16:13:24-0300
Verifique em <https://validar.fti.gov.br>

ERICO LIMA DIAS

Adrielly  82

CURRÍCULO

Nome: Claudio Domingos Iovanovitchi /

Telefone: 41 99775 8151

***Área de atuação:** Ator, Diretor, Produtor Cultural, Palestrante, Ativista dos direitos Rom/Romani

***Formação/Titulação:**

- Membro do Conselho Fiscal do SATED - PR- Gestão Iara Sarmento;
- Fundador do SEPED-PR - Sindicato dos Empresários e Produtores de Espetáculos e Diversões do Paraná, sendo vice-presidente em duas Gestões;
- Membro do Conselho de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República;
- Membro do Conselho Nacional de Cultura.
- Fundador Presidente da APRECI - Associação de Preservação da Cultura Cigana.
- Membro da Federação Mundial e Representante da Câmara do Comércio da União Europeia România no Brasil.

*** Atuação Profissional:**

- Membro do Conselho Fiscal do SATED - PR-Gestão Iara Sarmento;
- Fundador do SEPED-PR - Sindicato dos Empresários e Produtores de Espetáculos e Diversões do Paraná, sendo vice-presidente em duas gestões;
- Membro do Conselho de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República;
- Membro do Conselho Nacional de Cultura.
- Fundador Presidente da APRECI - Associação de Preservação da Cultura Cigana.

***Informe Sobre Produções:**

- "Uma Estória da Nossa História"; - "As Aventuras de Pinóquio";
- "Lendas Ciganas";
- "Os Assim Chamados Ciganos"

Mencione os dois últimos trabalhos realizados:

- "Lendas Ciganas";
- "Os Assim Chamados Ciganos".

•Troféu Galha Azul - Prêmio Governador do Estado - ano de 1994 - Melhor Espetáculo Infantil Itinerante "Uma Estória da Nossa História".

- Troféu Gralha Azul - Prêmio Governador do Estado – ano de 1996. Melhor Espetáculo Infantil Itinerante "As •Aventuras de Pinóquio".
- Troféu Gralha Azul - Prêmio Governador do Estado - ano de 1999. Menção Honrosa por seu inestimável empenho pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura
- Voto de Louvor da Câmara Municipal de Curitiba no ano de 2004.

Destaque as principais realizações:

- Troféu Gralha Azul- Prêmio Governador do Estado- ano de 1994 - Melhor Espetáculo infantil itinerante " Uma Estória da Nossa História".
- Troféu Gralha Azul- Prêmio Governador do Estado - ano de 1996. Melhor Espetáculo Infantil Itinerante "As Aventuras de Pinóquio".
- Troféu Gralha Azul - Prêmio Governador do Estado - ano de 1999. Menção Honrosa por seu inestimável empenho pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura.
- Voto de Louvor da Câmara Municipal de Curitiba no ano de 2004.

Prêmios recebidos e títulos:

- Troféu Gralha Azul - Prêmio Governador do Estado - ano de 1994 - Melhor Espetáculo Infantil Itinerante "Uma Estória da Nossa História".
- Troféu Gralha Azul - Prêmio Governador do Estado - ano de 1996. Melhor Espetáculo Infantil Itinerante "As Aventuras de Pinóquio".
- Troféu Gralha Azul - Prêmio Governador do Estado - ano de 1999. Menção Honrosa por seu inestimável empenho pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura.
- Voto de Louvor da Câmara Municipal de Curitiba no ano de 2004.

Por ser verdade, dato e assino.

Curitiba (PR), 07 de novembro de 2024

Documento assinado digitalmente
gov.br CLAUDIO DOMINGOS IOVANOVITCHI
Data: 07/11/2024 17:21:46-0300
Verifique em <https://validar.ib.gov.br>

CLAUDIO DOMINGOS IOVANOVITCHI

Claudio 84

EQUIPE TÉCNICA

NOME	FUNÇÃO	DOCUMENTOS
Cláudio Domingos Iovanovitchi	Consultor/Assessoria Povos Ciganos	<ul style="list-style-type: none">✓ Currículo. /✓ Memorial descritivo. /✓ Comprovantes Memorial. /✓ Autodeclaração de pertencimento étnico. /✓ Declaração emitida por outra liderança ou representação cigana do mesmo grupo étnico (calon, rom e/ou sinti) do consultor/assessor.✓ Declaração de vínculo contratual. /

PÁGINAS 83 A 171

adrielly 

MEMORIAL DESCRITIVO /

CLAUDIO DOMINGOS IOVANOVITCHI

***Área de atuação: Ator, Diretor, Produtor Cultural, Palestrante, Ativista dos direitos Rom/Romani**

BREVE HISTÓRICO

Sou descendente de cigano de origem Bósnia, lado materno, e lado paterno Rússia e que chegaram ao Brasil entre Primeira e Segunda Guerra, da etnia Rom, sou líder e ativista cigano de Curitiba, Paraná e fundador da Associação de Preservação da Cultura Cigana (Apreci).

Além de exercer uma liderança ativista, participando ativamente de audiências públicas, conselhos, seminários e eventos diversos em prol dos direitos dos povos ciganos, ao mesmo tempo me dedico a uma carreira como artista. Dirigi e atuei em peças de teatro infantil, muitas delas a respeito de lendas e histórias ciganas que são apresentadas para o público escolar na rede municipal e estadual em Curitiba.

ATUAÇÃO POLÍTICA EM PROL DOS DIREITOS DOS POVOS CIGANOS

2024 Participação na composição da mesa para a cerimônia de lançamento do Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos que busca promover medidas intersetoriais que garantam os direitos dos povos ciganos no Brasil. Ministério da Igualdade Racial.

2024 Participação como representante do povo ROM na AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA realizada pela CÂMARA DOS DEPUTADOS - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, para discussão e construção do Estatuto dos Povos Ciganos.

2024 Participação no evento promovido pelo Ministério Público do Paraná em conjunto com a Confederação Brasileira Cigana (CBC), a Associação de Preservação da Cultura Cigana (Apreci/PR) e o Coletivo de Mulheres Ciganas

adrielly

B

85

q

do Brasil (Comcib/PR), evento com o tema “Presença Cigana no Paraná” em alusão ao Dia Nacional dos Povos Ciganos, celebrado em 24 de maio. Disponível em <https://www.youtube.com/live/30NFASUhYTg>.

2023 Participação da Audiência Pública sobre o Estatuto dos Povos Ciganos como representante da Associação de Preservação da Cultura Cigana (APRECI). Disponível em https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/ministerio-da-igualdade-racial-participa-da-audiencia-publica-sobre-o-estatuto-dos-povos-ciganos. Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara Federal.

2023 Participação em evento promovido pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (SEEC) em comemoração ao Dia Estadual dos Povos Ciganos. Agência Estadual de Notícias.

2023 Participação na Roda de Conversas sobre políticas públicas para povos ciganos. Brasília (DF).

2023 Participação no 1º Encontro dos Povos Ciganos do Paraná, organizado pela Secretaria de Estado da Mulher e da Igualdade Racial (SEMI). Casa Civil.

2023 Participação na Audiência Pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, 57ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária, sobre o Estatuto dos Povos Ciganos. Câmara dos Deputados.

2022 Participação na Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR.

2021 Depoimento para produção do artigo Memória migratória, identidade e anticiganismo sob o olhar anarquista de Cláudio Domingos Iovanovitchi. Brigitte Grossmann Cairus. Revista Resistances, v. 2, n, 3, 2021.

2016 Palestra proferida pela Associação de Preservação da Cultura Cigana. Academia Policial-Militar do Guatupê, São José dos Pinhais (PR).

- 2015** Participação da Associação de Preservação da Cultura Cigana no Programas de Atendimento à Criança e ao Adolescente/Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba – COMTIBA.
- 2015** Participação na Tribuna Livre da Sessão Ordinária do dia 17 de junho de 2015 sobre "políticas públicas para povos nômades em Curitiba", na Câmara Municipal de Curitiba.
- 2014** Palestra "Os ciganos e a educação para povos itinerantes". Faculdade Guarapuava. Guarapuava (PR).
- 2014** Conferência "Os assim chamados ciganos". V Seminário Educação Reações Raciais e Multiculturalismo "Comunidades Tradicionais e Políticas Públicas". Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB/UDFESC), Florianópolis (SC).
- 2013** Palestra "A inclusão dos assim chamados ciganos". III Encontro de Iniciação Científica e Extensão Universitária. Faculdade de Pinhais, Pinhais (PR).
- 2013** Participação da Plenária Nacional dos Povos Ciganos. Brasil Cigano – I Semana Nacional dos Povos Ciganos (etapa da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CONAPIR). Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/Presidência da República.
- 2013** Membro da World Roma Federation/World Roma Chamber of Commerce European Roma Unity Union.
- 2009** Entrevista concedida à Gazeta do Povo sobre obra indicada para ensino médio apontada como discriminatória e racista.

2007 Palestra "A atuação dos órgãos policiais Secretaria de Segurança Pública frente às questões sociais contemporâneas: questões de xenofobia". Polícia Militar do Estado de São Paulo. São Paulo (SP).

2003-2006 Conselheiro/Representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR). Relatório de Gestão 2003-2006 - publicação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. Disponível em https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_gestao_2003_2006.pdf.

1999 Menção Honrosa: Claudio Iovanovitchi. (Por seu inestimável empenho pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura). Troféu Gralha Azul. Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

Por ser verdade, dato e assino.

Curitiba (PR), 07 de novembro de 2024

Documento assinado digitalmente
gov.br CLAUDIO DOMINGOS IOVANOVITCHI
Data: 07/11/2024 17:23:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CLAUDIO DOMINGOS IOVANOVITCHI /

Cadruelly



88

Lançamento de decreto e de Plano Nacional garantem direitos dos povos ciganos no Brasil

O Plano será implementado a partir de ações previstas para os anos de 2024 à 2027

Publicado em 02/08/2024 18h22 Atualizado em 05/08/2024 13h37

Compartilhe: [f](#) [in](#) [whatsapp](#) [link](#)



FOTO: Thyanne Alves

Ministério da Igualdade Racial lançou nesta sexta-feira (02), em Brasília, o Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos que busca promover medidas intersetoriais que garantam os direitos dos povos ciganos no Brasil. O Plano será implementado a partir de ações previstas para 2024 à 2027.

Com investimento de mais de 6 milhões e 800 mil reais, do Ministério da Igualdade Racial o plano irá para mapear e visibilizar territórios, rotas e famílias em todo o Brasil, promover uma campanha nacional de valorização da história e cultura, realizar prêmios literários e formar gestores e servidores públicos sobre os direitos dos povos ciganos.

Instituído por decreto presidencial nº 12.128 de 01 de agosto de 2024, o texto destaca que o plano visa combater o preconceito e a discriminação étnico-racial contra os povos ciganos, bem como ampliar o acesso destes a serviços públicos e direitos sociais.

Construído com a participação de 10 ministérios, o Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos está estruturado em dois eixos: Direitos sociais e cidadania, e Inclusão produtiva, econômica e cultural.

Cada eixo possui metas específicas e ações transversais, que envolvem o reconhecimento da territorialidade própria dos povos ciganos, o direito à cidade, à educação, saúde, documentação civil básica, segurança e soberania alimentar, trabalho, emprego e renda e valorização da cultura.

A ministra Anielle Franco destacou que o Plano faz parte de um projeto político de construção coletiva e agradeceu a confiança da comunidade cigana no trabalho executado pelo MIR. "A gente trabalha e acredita por um projeto político de país, onde pessoas como

☰ Ministério da Igualdade Racial

A cerimônia de lançamento do Plano, contou com a presença de lideranças ciganas das cinco regiões do país.

Compuseram a mesa, a ministra de estado da Igualdade Racial, Anielle Franco; o secretário de políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos, Ronaldo dos Santos; representante cigana da etnia Sinti, Rosecler Winter; representante cigano da etnia Rom, Cláudio Lovanovich; representantes ciganos da etnia Calon, Wanderley da Rocha e Francisco Lacerda (Bozano) e o representante do Ministério dos Direitos Humanos, Diretor de Promoção dos Direitos Humanos, Fábio Mariano da Silva.

"Hoje no dia 02 de agosto, data de referência internacional em Memória ao Holocausto Cigano, esse decreto marca a história política para povos ciganos no Brasil. Estamos lançando, uma segunda política nacional que, em toda sua transversalidade, carrega o compromisso de promover a igualdade étnico racial para este povo", celebra o secretário Ronaldo dos Santos.

Força Cigana do Brasil – Emocionada, a representante cigana da etnia Sinti, Rosecler Winter, salienta que o lançamento é um marco muito importante para a comunidade cigana, independente da etnia e a força tarefa realizada pelo Ministério da Igualdade Racial no apoio emergencial a toda população gaúcha. "Nós esperamos que esse Plano seja próspero e aproveitamos para agradecer ao MIR toda ajuda enviada aos povos ciganos atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul", ressalta.

Já o representante cigano da etnia Rom, Cláudio Lovanovich, destacou o compromisso do governo com a elaboração de uma política e de marcos normativos dos povos ciganos. "Lula é o primeiro presidente que fez história para o povo cigano. Nossa história de lutas foi válida, juntos somos mais fortes", conclui.

Wanderley da Rocha, liderança dos povos Calon, parabenizou a construção do decreto e destacou a ampliação da presença de crianças, jovens e adultos ciganos nas instituições de ensino, em todos os níveis de escolaridade. "O plano é maravilhoso. É um direito nosso e dever do Estado, o reconhecimento do povo cigano como parcela da população brasileira", finaliza.

Leia aqui o DECRETO Nº 12.128, DE 1º DE AGOSTO DE 2024 na íntegra.

Categoria

Cultura, Artes, História e Esportes



Compartilhe: [f](#) [in](#) [🗨️](#) [🔄](#)

Anielle





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA
Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais
(AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL))

Em 23 de Maio de 2024
(Quinta-Feira)

Às 11 horas

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Declaro aberta a presente reunião extraordinária de audiência pública da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, que atende ao Requerimento nº 76, de 2023, de minha autoria e da Deputada Célia Xakriabá, aprovado no dia 26 de setembro de 2023, para discutir o Estatuto dos Povos Ciganos.

Esta reunião é semipresencial e contará com a participação remota de vários convidados e convidadas.

Antes de dar início propriamente à nossa audiência pública, eu quero me autodescrever, falando fora do microfone, para as pessoas terem uma noção. Eu falo do centro da mesa que está aqui no plenário que abriga os trabalhos da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais. Sou uma mulher branca, de cabelos curtos. Estou usando um vestido preto, xale laranja e um colar com vários elementos.

Estou aqui para que nós possamos avançar na construção do Estatuto dos Povos Ciganos, fruto da luta dos povos ciganos que estiveram várias vezes neste Congresso, em particular no Senado, para poder assegurar o marco legal em defesa do conjunto dos seus direitos.

Como eu disse, esta audiência é híbrida e vamos ter participações tanto de forma *on-line* como de forma presencial.

Convido para compor a Mesa: Luciano Mariz Maia, Subprocurador-Geral da República; Wanderley da Rocha, Presidente Administrativo da Associação Nacional das Etnias Ciganas; Claudio Iovanovitchi, representante do povo rom; Rose Winter, representante do povo sinti; Francisco Lacerda de Figueiredo, liderança cigana de Sousa, na Paraíba; José Willamis, Presidente da Associação Cultural Estadual de Direitos e Defesa do Povo Cigano; Edvalda Bispo dos Santos Viana, membra do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e da Associação Nacional das Mulheres Ciganas; e Maura Piemonte, membra do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Quero saudar muito todas as pessoas que estão aqui conosco e que vão contribuir com esta discussão. Os convidados terão o prazo de 5 minutos para fazer as suas considerações.

Eu começo com o Claudio Iovanovitchi, representante do povo rom. Ele fará a sua exposição de forma virtual.

Claudio, nós estamos aqui para ouvir você, que nesta audiência falará representando o povo rom. Você tem a palavra por 5 minutos.

O SR. CLAUDIO DOMINGOS IOVANOVITCHI - Muito obrigado a todos e a todas.

Fico muito feliz de ver esta audiência.

Cumprimento o Dr. Luciano Mariz Maia, que realmente tem capacidade, conhece muito sobre ciganos e nos apoia há muito tempo.

Eu queria fazer as minhas considerações. Vejo com muita alegria a criação desse estatuto, mas faço uma pergunta: existe recurso para o estatuto? Neste momento, ele vai se sobrepor à Constituição? Eu não vejo que isso seja condição para que o povo cigano tenha direito ao básico. O povo cigano não quer inventar a roda. Nós queremos o que já existe, respeitando-se as especificidades do povo cigano. Penso também que, se não houver recurso para manter esse estatuto, ele será inócuo.

Eu não poderia deixar de me manifestar pelo dia 24 de maio, Dia Nacional do Cigano, cuja comemoração foi cancelada pelo Poder Executivo de uma forma muito mais do que desrespeitosa. Isso é um crime. Isso é criminoso, até porque os agentes públicos não cumprem a determinação do Sr. Presidente da República. Neste momento, os agentes públicos, especialmente os do Ministério da Igualdade Racial, estão cometendo prevaricação, crime. Fico muito triste ao ver que isso foi cancelado na calada da noite.

Esta é a minha contribuição. Eu só queria saber se há recurso ou não para se implementar esse estatuto. É só essa a pergunta que faço.

Muito obrigado a todos. Agradeço-lhes por esta oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Obrigada, Claudio.

Os demais convidados podem se posicionar sobre isso, mas é fundamental que nós aproveamos a lei. A partir da lei, estabelece-se a obrigatoriedade de que haja recursos para efetivá-la. É muito importante que aproveamos a lei, porque ela tira da invisibilização, assegura direitos, e, a partir daí, coloca-se no orçamento o que é uma obrigação legal. Se não há o estatuto, se não há direitos assegurados, a partir da condição de valorização dos povos ciganos que estão aqui entre nós, não haverá visibilidade, inclusive orçamentária.

Agradeço-lhe muito a contribuição.

Passo a palavra para a Rose Winter, representante do povo sinti. *(Pausa.)*

Ao que parece, a Rose não está conectada agora.

Está com problema na Internet, Rose? *(Pausa.)*

Passo a palavra então para o Francisco Lacerda de Figueiredo, liderança cigana de Sousa, na Paraíba. Ele pode contar para o Brasil um pouco da experiência de Sousa.

O SR. FRANCISCO LACERDA DE FIGUEIREDO BOZZANO - Bom dia a todos, todas e todes.

É uma satisfação e uma honra estar presente nesta Mesa, num dos maiores Poderes do País.

Quero dizer ao Sr. Claudio que também estou triste, porque uma audiência pública como essa era para estar com o auditório cheio. Era para o povo cigano, que nós representamos neste momento, estar aí em Brasília, fazendo-se presente nessa audiência pública.

Sra. Deputada Erika, eu queria fazer um relato. Esse relato saiu na quarta-feira e dizia assim: *"Vitória. Depois de muita discussão, conseguimos aprovar, na noite desta quarta-feira, dia 22, no plenário do Senado, relatório de autoria do Senador Humberto Costa que amplia as cotas, em concursos públicos federais, para pretos, pardos, indígenas e quilombolas. É uma grande vitória para garantirmos que a administração pública federal possa cada vez mais apresentar nossa sociedade em toda a sua diversidade étnica"*.

Veja que está bem explicado aqui, Deputada, o seguinte: *"...em concursos públicos federais, para pretos, pardos, indígenas e quilombolas"*. Onde está o cigano? Onde estão as cotas para os ciganos? Nós não existimos? Nós estamos aqui presentes diante de V.Exa. As pessoas podem até dizer que isso não faz parte do que estamos discutindo neste momento, mas faz parte, sim.

Deputada, nós estamos aqui para reivindicar a votação do Estatuto dos Povos Ciganos, porque, só por meio desse estatuto, nobre Deputada, nós conseguiremos a lei que ampara os povos ciganos que existem no País.

Peço à Deputada que leve os nossos pedidos aos nobres Deputados e Deputadas dessa Casa, para que eles vejam que o povo cigano existe e precisa que esse estatuto seja aprovado.

Esse estatuto, Deputada, é um meio de libertar nosso povo da invisibilidade. Nosso povo não tem direito à saúde, não tem direito a ser incluído nos programas sociais. É por esse objetivo que nós lutamos. Nós precisamos que a nobre Deputada e os nobres Deputados dessa Casa ouçam nossos pedidos para que o estatuto do cigano seja aprovado.

Venho aqui não em nome do Bozzano, que representa a maior comunidade cigana da América Latina, mas em nome de todos os meus companheiros do grupo cigano Juntos Somos Mais Fortes, para deixar esse recado para V.Exa. e dizer também que estamos tristes com o MIR, que representa o nosso povo, porque todos deveríamos estar presentes nessa plenária.

Estou aqui esperando uma resposta da nobre Deputada, do partido do Presidente que nós tanto admiramos. Nós sabemos que esse Presidente é a única solução para o nosso povo.

Muito obrigado, Deputada. E que Deus nos abençoe nessa plenária!

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Muito obrigada pela participação, Francisco Lacerda, que traz aqui a sugestão de que possamos emendar o projeto de lei das cotas aprovado no Senado, introduzindo também as cotas para os povos ciganos.

Passo a palavra ao José Willamis, Presidente da Associação Cultural Estadual de Direito e Defesa do Povo Cigano.

O SR. JOSÉ WILLAMIS - Bom dia, pessoal, mais uma vez. Bom dia, Deputada.

Faço das palavras do primo Bozzano as minhas, em relação às cotas. Muitas vezes, eu tenho deixado de participar de editais pela falta do nome cigano no texto e por não saber como agir diante de um edital no qual não consta esse nome. Afinal de contas, como disse o primo, nós somos humanos também. Nós elegemos Deputados, elegemos Vereadores, elegemos Presidente. Nós precisamos disso também, porque somos uma comunidade tradicional.

Quanto ao estatuto, ele é de extrema urgência para o nosso povo. Qual é a razão de o estatuto cigano não estar aprovado ainda? O que se passa na mente dos poderosos? Será que nós também não merecemos isso pelo que os nossos antepassados passaram lá atrás? Será que nunca vai ser aprovado esse estatuto? Nós precisamos dele.

Nós não estamos aqui por brincadeira, não. Essa reunião foi marcada... Fico triste também por não ser uma reunião presencial, porque seria muito bom rever e debater com os próprios ciganos as melhorias a serem pleiteadas.

A minha participação é mais sobre essas coisas mesmo no que diz respeito ao estatuto. Nós precisamos que o estatuto seja aprovado. Eu não sei qual é a razão para ele não estar aprovado ainda e gostaria de saber.

O estatuto é uma garantia para os nossos filhos, os nossos netos, para eles crescerem tendo uma lei sobre eles também. Será que mais cedo ou mais tarde vai voltar o holocausto do povo cigano?

Os nossos irmãos índios, os nossos irmãos negros têm os estatutos deles. Trabalham sob a lei que os rege e que é melhor para eles, com certeza. Assim também, como um direito nosso, queremos que o estatuto seja aprovado.

A minha cobrança é mais esta: qual é o motivo de o estatuto não estar aprovado ainda?

Jesus Cristo os abençoe! Um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Obrigada, José Willamis.

Um dos objetivos desta audiência é trazer à discussão o estatuto, e, a partir daí, trabalharmos na perspectiva de que ele possa ser aprovado o mais rapidamente possível.

Passo a palavra a Rosecler Winter, representante do povo sinti.

A SRA. ROSECLER WINTER - Bom dia.

Bom, eu sou a cigana Rose Winter, aqui do Rio Grande do Sul, da etnia sinti.

Como vocês sabem, o nosso Estado está numa situação crítica, com ciganos passando por alguns problemas também. Então, mais uma vez, reforçando as palavras do nosso querido primo Bozzano, quero dizer que precisamos desse estatuto aprovado o quanto antes, porque não adianta correremos atrás, correremos atrás e nunca obtermos uma resposta. Não é de hoje que nós lutamos por esse estatuto. Não é de hoje que nós brigamos, que vamos atrás, que deixamos a família de lado para estar em audiências, e a situação continua igual.

Nós aqui agora, com toda essa situação, até então não tivemos nenhum tipo de ajuda, a não ser a nossa mesmo, com um procurando ajudar o outro de alguma forma, para que os ciganos que foram atingidos pelo menos ganhem uma cesta básica. Com a falta do estatuto, na hora em que chegamos a uma fila, vamos dizer, de cesta básica, nós ciganos ficamos de lado. E vai acontecendo a mesma coisa que aconteceu na pandemia. Por isso, eu peço esse olhar para que essas cestas que estão aqui no Sul para serem entregues realmente sejam entregues.

E, mais uma vez, reforçando o pedido dos outros primos, peço pelo nosso estatuto. Ele é a nossa luz no fim do túnel, porque até aqui lutamos, lutamos, e não andamos para frente.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Agradeço muito à Rose, que representa o povo sinti nesta audiência pública.

Passo a palavra para Edvalda Bispo dos Santos Viana, membra do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e da Associação Nacional das Mulheres Ciganas.

A SRA. EDVALDA BISPO DOS SANTOS VIANA (DINHA) - Bom dia a todos do plenário e a todos da Mesa.

Dr. Luciano Mariz Maia, que prazer ver o senhor fazendo parte dessa Mesa. Para nós, é uma honra ter todos vocês aí. Cito o Dr. Luciano porque é uma pessoa que vem há anos lutando pelos povos ciganos, é uma pessoa maravilhosa, um anjo que Deus colocou na nossa vida.

O meu nome é Edvalda. Todos me conhecem por Dinha. Eu sou Presidente da Associação Nacional das Mulheres Ciganas, sou membra do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e do Conselho Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais, representando a SEPRMI — Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais do Estado da Bahia. Sou representante dos povos ciganos da Bahia no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Temos um grupo cigano chamado Juntos Somos Mais Fortes, com mais de 26 associações e lideranças de todos os Estados. Como integrante do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, não digo que eu seja uma representante una. Eu represento os povos ciganos junto com todas as lideranças do grupo cigano Juntos Somos Mais Fortes.

Quero aqui agradecer por esta oportunidade e dizer, Deputada, que Deus abençoe vocês por nos terem ouvido, por estarem aqui presentes, por terem tirado um tempo para nos ouvir — eu sei que o tempo de vocês é corrido. Agradeço muito por isso.

Quero dizer que o Estatuto dos Povos Ciganos precisa ser aprovado com urgência. Nós ciganos não estamos ficando nem no último lugar da fila, nós estamos largados no canto. E eu, como liderança, como conselheira, já tive várias lutas interrompidas, porque nós não temos os nossos direitos garantidos por um estatuto. Não sei o porquê disso. Gostaria também de saber por que esse estatuto está aí parado. Vai fazer 10 anos que esse projeto foi apresentado, já que ele é de 2015. Por que ele não avança?

Lutamos e vamos continuar lutando por isso. A aprovação do estatuto será uma vitória muito grande para os povos ciganos. Vamos sair da invisibilidade. É impossível dizer que nós não estamos invisíveis. Nós estamos invisíveis perante a lei. Nós estamos invisíveis perante os conselhos. Nós estamos invisíveis perante tudo o que se possa imaginar, como nas cotas. Como o primo Bozzano disse aí, nós não somos incluídos nas cotas porque não temos o estatuto. E, como o primo Willamis disse, não somos incluídos nem nos editais.

Acho isso um absurdo. Eu venho falando isso dentro dos conselhos. Eu sou conselheira municipal, estadual e nacional. Por que motivo, quando há um edital, colocam povos e comunidades tradicionais no início, mas, quando chegam ao objetivo, estão lá apenas dois ou três segmentos? Os povos ciganos são esquecidos, mas esquecidos mesmo. Nós somos notados pelas nossas vestimentas — as mulheres ciganas —, mas esquecidos em tudo o que se possa dizer.

Ciganos trabalham na informalidade porque não há espaço para os ciganos trabalharem de maneira formal. Pouquíssimos ciganos trabalham de maneira formal, porque não há oportunidades. Pouquíssimos ciganos estão cursando uma faculdade porque não há oportunidades. Em tudo o que é colocado para o cigano, há um monte de critérios para se chegar lá.

Quero citar, inclusive, um monte de critérios que existem. Há o Ministério (*falha na transmissão*).

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Edvalda, a sua Internet travou.

A SRA. EDVALDA BISPO DOS SANTOS VIANA (DINHA) - (*Falha na transmissão*) concurso não sei de quê, e, em outros segmentos, isso não existe.

Também quero dizer que estou muito triste como conselheira, porque era para todos nós ciganos estarmos aí. Era para toda a liderança de todos os Estados estarem aí. Essa sala deveria estar cheia. Recebemos a notícia de última hora de que havia sido cancelado o Maio Cigano. Querem fazê-lo em outra data. Eu quero dizer que não existe Abril Indígena fora do Abril Indígena, não existe o Novembro Negro fora do Novembro Negro, mas querem fazer o Maio Cigano fora do Maio Cigano.

Nós — e não sou só eu aqui, mas todas as lideranças — estamos muito tristes com isso. Parece que nós não existimos perante o Ministério da Igualdade Racial. Não estou indo contra o Ministério. Estou dizendo que somos os últimos dos últimos. Se era para não nos amparar, por que incluíram o povo cigano nisso? Eu estou muito triste com isso.

Faço uma crítica, mas também faço um elogio. Quero aqui agradecer à Edilma, que lutou arduamente para que nós conselheiras — eu e a Maura Piemonte — participássemos dessa audiência. Nós não iríamos participar dessa reunião. Nós não iríamos fazer parte da Mesa. Nós fomos conselheiras eleitas por edital, votadas por outros segmentos. Então, nós temos o respeito de cada um.

Também quero agradecer à ANEC, na pessoa do Sr. Wanderley, que lutou e luta arduamente por nós e para que esse estatuto saia. Esse estatuto vem de 2015. Deu-se início a ele com a Sra. Marlete Queiroz. Em seguida, ele foi passado

para o Paulo Paim. Depois, passaram o bastão para o Sr. Wanderley. E, com a participação dos povos ciganos, de todas as lideranças, foi incluído cada artigo ali. Isso foi feito por nós, juntamente com o Sr. Wanderley.

Nós precisamos que esse estatuto seja aprovado, Deputada. Nós precisamos de uma resposta. Nós precisamos saber que nós existimos.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Muito obrigada. Somos nós que agradecemos a você a participação, Edvalda.

Eu aproveito para anunciar a presença do Sr. Ronaldo dos Santos, Secretário de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos, do Ministério da Igualdade Racial. Também queria agradecer e anunciar a presença de Tula Vieira Brasileiro, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Passo a palavra para Maura Piemonte, membra do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A SRA. MAURA NEY PIEMONTE - Bom dia a todos.

Deputada Erika Kokay, eu não posso falar por outros povos. Eu vou falar sobre os calons.

Nós estamos invisíveis no Brasil há 450 anos, e essa invisibilidade nos deixa fora da escola. A maioria do povo calon não tem formação acadêmica. Agora, queiram ou não, fizemos parte da construção deste País. Por que só na época de eleições as nossas comunidades são procuradas? Isso está acontecendo agora, neste ano. Todos estão nos procurando, mas, passadas as eleições municipais, nós seremos tocados de um lado para o outro por um Governo Municipal que não nos aceita e por uma sociedade que também não nos aceita. O racismo é muito presente para o povo cigano.

Eu conheço o Secretário Ronaldo há alguns anos. Ele já abrigou a minha família num quilombo, lá no Rio de Janeiro. Ele sabe como é difícil a luta do povo cigano, quando nos cerceiam o direito de ir e vir.

O estatuto é algo fundamental para que o povo cigano possa dizer: "Eu existo!" Nós vimos resistindo.

Além de ser conselheira nacional para o biênio 2023-2025 de povos e comunidades tradicionais da Associação CEDRO, faço parte da Rede Brasil de Povos e Comunidades Tradicionais.

É fundamental que o povo cigano tenha um estatuto, e eu espero que essa vitória aconteça antes de irmos embora deste mundo, porque já estamos há 450 anos esperando para poder dizer "eu existo". Vamos esperar até quando esse estatuto? É importante para nós essa aprovação.

Nós ciganos, a maioria dos calons, somos semianalfabetos, não mexemos com projetos, não vivemos de editais. Vivemos da nossa luta e do nosso direito à cidadania, porque, queiram ou não, somos brasileiros de origem cigana.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Agradecemos muito a sua contribuição, Maura.

Passo a palavra ao Wanderley da Rocha, Presidente Administrativo da Associação Nacional das Etnias Ciganas.

O SR. WANDERLEY DA ROCHA - Muito obrigado, Deputada.

Inicialmente, cumprimento este auditório maravilhoso, as nobres pessoas e autoridades competentes aqui presentes. Cumprimento a nossa nobre Deputada Federal Erika Kokay, Relatora do Estatuto Cigano na Câmara dos Deputados; o nosso nobre Subprocurador Geral da República, o Dr. Luciano Mariz Maia, homem e pessoa que tem dado o melhor de si para nós ciganos no Brasil, ajudando-nos a sair da invisibilidade; o nosso Secretário Nacional, o Dr. Ronaldo, do Ministério da Igualdade Racial; a nossa Diretora Maura; a Edilma Nascimento, desta nobre secretaria. Que Deus abençoe a cada um e a cada uma.

Quero também cumprimentar todos os ciganos e ciganas que estão hoje aqui participando deste grande evento na Câmara dos Deputados, no Distrito Federal, no Congresso Nacional, dando-nos a coragem de sair da invisibilidade por meio das nossas reivindicações, que são bastante válidas, que deveriam ser — e temos certeza que serão — aceitas e aprovadas. Refiro-me ao Estatuto Cigano.

Observando as reivindicações e as falas de cada um e de cada uma diante das dificuldades que sempre enfrentamos em toda a nossa história no Brasil, que já se aproxima de 500 anos... Irmãos e irmãs ciganos, Sr. Francisco Lacerda Bozzano, D. Rose, prima Dinha, seu Claudio Iovanovitchi, D. Maura, senhores e senhoras ciganos de todo o Brasil, encorajem-se, porque Deus é fiel em nossas vidas.

Já temos o Estatuto Cigano aprovado no Senado Federal, em fase terminativa, sem vetos. Agora, estamos na Câmara dos Deputados Federais. Essa é a tramitação de todos os projetos que passam por aqui para serem revisados.

Quero informar à nossa nobre Deputada, ao Subprocurador Geral da República, ao Secretário Nacional e a todas as demais autoridades presentes que no dia 6 de março de 2024 foi construído um pedido de requerimento de urgência e encaminhado ao nobre Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arthur Lira, solicitando dessa autoridade competente que seja pautado o Estatuto Cigano, para que seja aprovado o pedido de requerimento de urgência, para que não tenhamos que passar por todas as Comissões na Câmara.

No Senado, passamos por três Comissões e demoramos 7 anos para sermos aprovados. Se tivermos que passar por todas as Comissões aqui na Câmara, com certeza será bem mais demorado. Há quase 500 anos temos invisibilidade no Brasil e vivemos, de uma forma ou de outra, à margem da sociedade. De forma nenhuma concordamos e aceitamos que haja esse tipo de entendimento político em relação a nós ciganos, pois entendemos que somos cidadãos comuns, sujeitos de direitos e deveres.

Temos também contribuição para a construção do nosso Brasil.

Hoje, o amigo Wanderley da Rocha, presidente administrativo da Associação Nacional das Etnias Ciganas — ANEC, não está aqui em busca de dinheiro, mas lutando pela igualdade racial. Assim como há 28 segmentos de povos e comunidades tradicionais assistidos pelo Governo Federal, no nosso Brasil, perguntamos: por que nós ciganos também não somos incluídos?

Dizem os irmãos que há determinados acessos de oportunidades que não se aplicam a nós ciganos. Nossa nobre Deputada Erika Kokay mencionou em suas falas que vai ver como podemos incluir os ciganos nas cotas pelo Senado.

A alegria no meu coração é grande por estar aqui hoje fazendo parte desta Mesa maravilhosa, junto com a nossa Deputada Erika Kokay, Relatora do Estatuto Cigano na Câmara, o Subprocurador Geral da República, Dr. Luciano Mariz Maia, e o Ministério da Igualdade Racial, representado pelo Secretário Ronaldo dos Santos.

Fico bastante encorajado por saber que Deus é justo, que Deus é justiça. Que a justiça seja feita na vida dos povos ciganos do Brasil. Os senhores e as senhoras são pessoas estudadas. Eu amigo Wanderley sou semianalfabeto, mas eu entendo que em nenhum país do mundo existe um estatuto para os ciganos. Pela primeira vez, em toda a história, em todo o tempo que os ciganos estão no mundo, estamos aqui em Brasília prestes a aprovar o Estatuto Cigano, que servirá de modelo para os demais países.

Nossa nobre Deputada, em nome da nação cigana do Brasil, solicito a V.Exa. que seja pautado o Estatuto Cigano para aprovação do pedido de requerimento de urgência. Não estamos lutando por vaidade, por dinheiro ou por mérito; estamos lutando pelo direito de ter direitos e sair da invisibilidade. Com toda simplicidade e respeito, afirmo que é nosso direito e é dever do Estado. Até os pássaros e animais têm estatuto, com todo respeito. Com todo respeito a V.Exas. neste maravilhoso espaço, eu digo que as facções criminosas têm estatuto, e os ciganos, que são uma nação, não têm. Isso é uma violação de direitos humanos de uma nação inteira que tem grande contribuição para a construção deste maravilhoso Brasil.

Então, em nome de todos os ciganos do Brasil, incluindo as etnias calon, rom e sinti, solicito nesta manhã, dentro do Congresso Nacional, que o Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira, paute o Estatuto Cigano para que seja aprovado o pedido de requerimento de urgência. Assim, teremos a grande oportunidade de ver a sanção do Presidente da República, assegurando os direitos dos povos ciganos no Brasil.

Sabemos que estatuto significa a composição de leis que asseguram direitos e deveres e lutamos por esses objetivos.

Agradeço imensamente à Comissão da Amazônia, à Deputada Erika Kokay e a todas as pessoas maravilhosas que nos proporcionaram esse espaço maravilhoso para essa importante audiência pública extraordinária.

Que Deus abençoe e proteja cada um de nós, em nome de Jesus.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Obrigada, Wanderley.

Passo a palavra ao Dr. Luciano Mariz Maia, Subprocurador Geral da República.

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA - Bom dia, ilustre e querida Deputada Erika Kokay, uma voz firme que se levanta em defesa dos simples e humildes, em defesa da cidadania de todos.

Na pessoa de Ronaldo, cumprimento todas as autoridades aqui presentes. Na pessoa de Wanderley, cumprimento todas as ciganas e os ciganos aqui presentes e também os que nos acompanham.

Antonio Mariz foi Deputado Federal por muitos anos pela Paraíba, foi Senador pela Paraíba, foi Governador da Paraíba e foi o primeiro e maior defensor dos ciganos na Paraíba. Tentou na Constituinte aprovar um dispositivo em que os

reconhecia na sua individualidade. Não conseguiu, então, mas abracei essa bandeira dele e tenho lutado e continuado sua luta. Portanto, eu aqui celebro Antonio Mariz.

E celebro o Senador Paulo Paim, que, há 12 anos, realizou uma grande audiência pública no Senado, juntando órgãos governamentais e lideranças ciganas para obter das duas partes as informações, que terminaram ao final com a ANEC e outras instituições dando um substrato que lhe permitiu apresentar um projeto de lei para o estatuto, que foi finalmente aprovado em 2022.

A Deputada Erika Kokay, com esta audiência, democratiza o acesso não só por essas presenças, mas também, com o modo remoto, permitiu que muitas lideranças ciganas no Rio Grande do Sul, no Paraná, na Paraíba, no Espírito Santo, na Bahia, estivessem aqui presentes e pudessem ser ouvidas.

Eu gostaria de celebrar que, do mesmo modo como a Deputada Erika Kokay expressa a sensibilidade e o cuidado da presença feminina na política, também a luta por esse estatuto tem sido um espaço em que as mulheres ciganas estão se empoderando pela tomada de consciência de seus direitos, com uma participação cada vez maior.

O que eu quero com isso mencionar é que, na propositura desse estatuto, que reconhece direitos, há também uma transformação das próprias comunidades em que a pauta de direitos é incorporada não só pelos homens ciganos, mas também pelas mulheres que se sentem por suas próprias vozes senhoras dos seus destinos e das suas comunidades.

Por isso, aqui expressamente celebro Dinha, na Bahia; Maura, no Espírito Santo; Rose, no Rio Grande do Sul; celebro Maria Jane, que não participou aqui, mas é de Condado, na Paraíba, e ontem participamos de um evento.

O estatuto, Cláudio, não traz programação orçamentária, nem é próprio fazer isso agora, mas ele traz o reconhecimento pelo Estado brasileiro do respeito à igualdade na diferença. A qualidade de uma democracia se mede não apenas quando há respeito à vontade da maioria, mas especialmente quando se respeitam os direitos e interesses legítimos da minoria. É isto que qualifica uma democracia, é respeitar e entender que essa diversidade não significa inferioridade, mas diferença na igualdade, e é isto que os ciganos querem com esse estatuto, terem acesso às políticas públicas — de moradia, de educação.

A escola para um cigano tem que ser não só um conteúdo das ciências e dos saberes, mas também uma que seja inclusiva e que respeite a sua cultura e a sua tradição, assim também o sistema de saúde. Um programa de habitação tem que ter não só o Minha Casa, Minha Vida, mas o minha tenda, minha vida; o minha barraca, minha vida, ou algo que signifique o respeito à sua adequação cultural.

É nesse sentido que, reconhecendo-se a particularidade dos ciganos, devemos entender que é o seu metiê, faz parte do seu processo também a ocupação dos espaços públicos para comunicação das suas artes, para vender os seus produtos. É nesse sentido que um estatuto como esse, afirmando a particularidade dos povos ciganos, não quer mais nem menos, mas quer que eles sejam iguais a todos.

Obrigado pela oportunidade, Deputada Erika Kokay. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Dr. Luciano, é uma alegria tê-lo aqui, parceiro de tantas lutas.

Passo a palavra ao Secretário Nacional de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos, do Ministério da Igualdade Racial, Ronaldo dos Santos.

O SR. RONALDO DOS SANTOS - Bom dia a todos e todas. Nossa saudação primeiramente é ao Sr. Wanderley da Rocha, que está sentado ao meu lado direito, liderança cigana de grande reconhecimento e respeito por toda a sua trajetória.

Saúdo o Dr. Luciano, que acaba de me anteceder. Sabemos que, no universo dos procuradores e procuradoras, vai existir sempre um conjunto de profissionais e pessoas que estão mais ou menos próximas das lutas populares. E, sem dúvida nenhuma, o Dr. Luciano é uma pessoa que é sempre citada, reiteradamente, pelo reconhecimento de seu compromisso, que se traduz, que se revela na sua prática permanente e incansável em defesa dos povos. E os povos ciganos, com certeza, estão na agenda do Dr. Luciano como tendo bastante relevância.

Quanto à Deputada Erika Kokay, acho que se dispensa comentário. É uma das Parlamentares mais ativas nas pautas de direitos humanos, nas pautas dos povos. Está aqui com esta audiência pública reivindicada pela Associação Nacional das Etnias Ciganas — ANEC. Não é, seu Wanderley? A reivindicação foi prontamente atendida pela Deputada Erika Kokay, eu acho que como uma resposta concreta do seu compromisso e do seu esforço sempre em defesa dessa luta, em defesa dos povos ciganos.

Deixo minha saudação a todos e todas presentes, em especial à minha equipe, que está aqui nos acompanhando: Diretora Paula Balduino; Coordenadora Geral Edilma; Ana Gretel, que compõe a equipe de ciganos; Nailah, Assessora Parlamentar do Ministério. Eu pergunto à Nailah como é que ela dá conta, porque ontem estava em votação no Senado a política de cotas no serviço público, e ela, com certeza, estava lá. Hoje ela está aqui. Daqui a pouco, ela vai estar em outro corredor deste Congresso Nacional, porque Assessoria Parlamentar é isto: muitas pautas distintas e tal. Então, eu sempre parabenizo

a equipe da Assessoria Parlamentar por essa capacidade de ocupar os espaços, garantindo que o Ministério da Igualdade Racial não perca as agendas parlamentares que dizem respeito ao povo com o qual temos o dever institucional.

Hoje é dia 23 de maio. Eu acho que esta audiência pública é mais um passo importante. Ela não é a primeira e, certamente, não será a última, mas, mais uma vez, nós estamos nos esforçando dos nossos diferentes lugares: Poder Executivo, Poder Legislativo, sociedade civil, academia, Ministério Público, os muitos olhares e vozes se juntando no sentido de potencializar a tramitação desse instrumento tão importante, que é o Estatuto dos Povos Ciganos.

O Sr. Wanderley falou que até as facções têm estatuto. E, realmente, para aprovar uma matéria que venha garantir reparação, garantir direitos, é sempre muito esforço, muito sacrifício.

Eu acompanhei a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que tramitou do ano 2000 ao ano 2010. E vi o quanto aquela batalha foi uma batalha sofrida, porque, enfim, quando temos... É como se todo mundo estivesse dentro de uma canoa remando para a frente, para a canoa sair do lugar e chegarmos ao destino. Mas, dentro dessa canoa, há braços que estão remando para trás, que estão remando para o outro lado. Então, a democracia permite isso, mas é sempre muito mais perversa com os chamados grupos minoritários.

Do ponto de vista do Ministério da Igualdade Racial, nós não pouparemos esforços para apoiar esta Casa Legislativa com a nossa presença, com a nossa fala, com notas técnicas, com posicionamentos, e com apoio, sobretudo, à luta dos povos ciganos, porque entendemos que tudo o que o Estado brasileiro constrói será sempre resultado da mobilização social. E estamos aqui para apoiar a mobilização social.

Queremos deixar registrado que nós lamentamos a suspensão da agenda que estava proposta para os dias de hoje e de amanhã, com a presença de 150 lideranças, quando, na verdade, o nosso planejamento, mais do que uma intenção, um desejo, o nosso planejamento era lançar, no dia de amanhã, o Plano Nacional de Políticas para os Povos Ciganos.

Quando o Dr. Luciano fala que o estatuto não traz uma questão de previsão orçamentária, de ações mais detalhadas do ponto de vista da execução do orçamento em defesa dos povos, e o próprio Dr. Luciano disse que realmente não é o lugar, queremos dizer que a política nacional sim, que o plano nacional sim.

Então, existe um plano nacional hoje em vias de ser assinado pelo Presidente da República, que é garantidor de direitos. Segundo informações que nós temos, o Brasil, nesse momento exato, que pode, inclusive, acontecer nas próximas horas, nós não temos gestão sobre isso, irá assinar o Plano Nacional de Políticas para os Povos Ciganos, que é um decreto do Presidente da República. O Brasil virá a ser o segundo país do mundo a ter uma política de reparação para os povos ciganos.

Então, todos os esforços que poderíamos fazer foram feitos, porém a tramitação de um instrumento dessa natureza depende de outros setores da engrenagem pública, que não estão na nossa mão, mas que hoje estão ocupados por uma demanda extraordinária, que é a questão do Rio Grande do Sul.

O próprio Presidente da República vai ao Rio Grande do Sul, volta e retorna ao Rio Grande do Sul. Temos, inclusive, a informação de que, nesta própria semana, talvez sexta-feira, o Presidente retornará ao Rio Grande do Sul.

Então, o Rio Grande do Sul virou um expediente extraordinário, que tem tomado parte da capacidade de essa máquina operar, e isso, com certeza, afetou. E eu não estou falando isso como uma falsa desculpa, mas eu acho que é necessário dar satisfação do que aconteceu.

Então, garantir o encontro sem a garantia da entrega não era a nossa intenção. Porque, por mais que isso divida a opinião e, para muita gente, o encontro pelo encontro seja importante, do ponto de vista do Ministério da Igualdade Racial, o encontro era o momento de entregarmos essa política histórica e tão importante. Neste momento, nós estamos sem saber se conseguiremos entregar essa política daqui a 1 dia ou daqui a 10 dias. Então, suspender o encontro também nos fez passar por isso. Mas o compromisso não foi suspenso, o compromisso é o de sempre.

Estamos aqui para reafirmar, sempre que necessário, que o Ministério da Igualdade Racial não mede esforços para, nesta quadra histórica, a atuação do Estado brasileiro junto dos povos ciganos marcar história, fazer a diferença em relação ao que foi feito em qualquer outro tempo da história. Podem ter certeza e a mais absoluta convicção: a Ministra Anielle Franco pede que digamos que o Ministério da Igualdade Racial irá fazer todos os esforços possíveis e necessários para que essa política saia do papel. Com relação ao Estatuto da Igualdade Racial, vocês podem continuar contando conosco.

Desculpem-me se excedi o tempo. Acabei não prestando atenção ao relógio.

Muito obrigado pelo espaço e pela atenção. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Nós que agradecemos, Sr. Ronaldo dos Santos.

Alguém quer fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Sr. Alan.

O SR. ALAN - Eu sou o Alan, da cidade de Mauá.

Gostaria de agradecer as lindas palavras que você falou sobre o remo. Infelizmente, a vida é desse jeito, mas o importante é nunca desistirmos.

Deputada, do trabalho que você faz, como ele falou, não há nem o que falar, pelas causas pelas quais luta. Nós temos muito orgulho de participar deste evento, de vir aqui. Sempre que a encontro a senhora está nessa luta.

Parabéns, amigo Ronaldo, pelas palavras lindas!

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Obrigada.

Eu vou devolver a palavra à Mesa.

Pergunto ao Claudio Iovanovitchi se deseja fazer suas considerações finais por 2 minutos. *(Pausa.)*

Como o Claudio saiu da sala, concedo a palavra à Sra. Rosecler Winter, representante do povo sinti, para suas considerações finais.

A SRA. ROSECLER WINTER - Agradeço muito por esta oportunidade de estar aqui presente, *on-line*, já que não pudemos estar presentes aí, devido aos problemas aqui no Sul.

Agradeço ao Ronaldo também pelas palavras, pelo trabalho que estão fazendo aqui, por nos ajudar.

As minhas considerações finais são estas: que o nosso estatuto saia o quanto antes. Isso seria a luz no fim do túnel para nós.

Espero que continuem nos ajudando aqui no Rio Grande do Sul. Quero agradecer à Edilma por todo o trabalho que está fazendo por nós aqui, por mapear os locais onde estão as pessoas atingidas.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Obrigada, Rose.

Quero passar a palavra agora ao Sr. Francisco Lacerda de Figueiredo Bozzano, para as suas considerações finais.

O SR. FRANCISCO LACERDA DE FIGUEIREDO BOZZANO - Eu quero agradecer à nobre Deputada por ter recebido e aceitado o pedido do Sr. Wanderley para realização desta audiência tão importante.

Quero mandar nosso abraço para a comunidade de Sousa e para o nosso querido e inesquecível Dr. Luciano Mariz Maia. Sabemos o apreço que o senhor tem pelo povo cigano, doutor. O senhor está devendo uma visita a nós aqui em Sousa. Em nome do meu avô, Pedro Maia, e do Seu Vicente, quero dizer que nós estamos aqui para recebê-lo.

Também quero mandar um abraço para minha irmã Edilma, que por muito tempo esteve em Sousa, morou na casa da minha mãe.

Mando um abraço para o Coletivo Ciganos Juntos Somos Mais Fortes, do qual eu faço parte. Tenho orgulho desses líderes e dessas líderes ciganas que sempre estão lutando pelos objetivos do nosso povo.

O lema que eu deixo é este: desistir nunca e persistir sempre. Isto nós devemos guardar na mente e no coração: desistir nunca e persistir sempre. Sabemos que há dificuldades, mas precisamos persistir, porque elas vão ser quebradas.

Acreditamos neste Governo que aí está. Se este Governo que aí está não fizer nada pelo nosso povo cigano, esse povo sofrido que não tem direito a nada, Deputada... Digo como o Sr. Wanderley disse aí: até os pássaros têm um estatuto, e é verdade. Se você matar um cachorro hoje, você pega 7 anos de cadeia, você fica preso, sem direito a fiança. E os nossos direitos? E a votação do estatuto? Estamos entregando isso, Deputada, na mão de V.Exa., das nobres Deputadas e dos nobres Deputados dessa Casa. Pedimos às autoridades que estão aí e que representam os três Poderes que façam algo pelo nosso povo, porque nosso povo merece sair da escravidão em que vive, Deputada. Aqui em Sousa somos a maior comunidade que existe na América Latina, com 669 famílias — são mais de 2.500 pessoas. Nós vivemos em condições precárias, Deputada, sem residências, em casa de papelão, em casa de taipa, de pau-a-pique. Eu vejo no olhar dessas pessoas, Deputada, um pedido de socorro.

Eu acredito que a nobre Deputada vai sair daí com esse pedido. Nós que estamos nessa Mesa e outros líderes que não puderam estar presentes pedimos aquilo que nós merecemos, que nós precisamos. Esse é um direito que o Estado deve nos dar, esse é um dever dos Poderes que aí estão representados, como o Dr. Luciano Mariz Maia, como a senhora, Deputada, e como o Secretário Ronaldo, que está representando o Governo. Aí estão os maiores Poderes do Brasil. Se esses três Poderes juntos não puderem fazer nada por nós, não há mais o que possamos fazer, não há mais socorro.

Então, hoje, nesta manhã, entregamos essa carta na mão de V.Exa., nobre Deputada, e dos representantes do Poderes que aí estão, para que possam libertar nosso povo da escravidão.

Precisamos, Deputada, ser incluídos nos programas sociais. É isso o que nós estamos pedindo. Estamos pedindo uma vida digna — é isso. Em nome do meu povo, dos ciganos de Sousa, em nome do Coletivo Ciganos Juntos Somos Mais Fortes, já agradeço a V.Exa., já agradeço a presença do Dr. Luciano Mariz Maia, que aí nos representa, agradeço à minha querida irmã Edilma, à Paula — creio que ela está aí — e ao Secretário Ronaldo.

Estamos entregando na mão dos senhores e das senhoras o destino do povo cigano, a libertação do povo cigano. Creio, Deputada, que da sua mão vai sair uma resposta boa.

Agradeço também ao meu amigo e irmão Wanderley. Estamos juntos, Sr. Wanderley. Um abraço.

Que Deus nos abençoe e nos dê outra oportunidade. Se Deus quiser — e creio nisto —, o MINC vai fazer um encontro para os povos ciganos em agosto, porque em outra data não há comemoração dos ciganos. Em agosto se relembra o holocausto do povo cigano.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Obrigada, Sr. Lacerda, pela contribuição.

Passo a palavra ao Sr. José Willamis, Presidente da Associação Cultural Estadual de Direito e Defesa do Povo Cigano.

O SR. JOSÉ WILLAMIS - Obrigado, Deputada.

Quero só agradecer. Eu represento a maior comunidade cigana do Estado de Alagoas, aqui na cidade de Penedo, que tem mais de 518 famílias. Só quero agradecer mesmo. Deputada, muito obrigado, muito obrigado por esse seu coração bom, por estar cuidando dessa demanda tão importante para nós. Muito obrigado, de coração.

Secretário Ronaldo, que não conheço — não sabia que estava aí também —, a Maura fala muito do seu trabalho. Muito obrigado, meu irmão.

Agradeço ao Dr. Luciano Mariz Maia, que também não sabia que estava aí, esse guerreiro, esse grande homem. Nós te amamos, Dr. Luciano Mariz Maia!

Do Sr. Wanderley, esse guerreiro, esse grande homem também, estamos à disposição. Meu querido, meu irmão, meu amado, tiramos o chapéu para você.

Um forte abraço à Maura, à Rose Winter, ao primo Bozzano e aos demais. Que Deus os abençoe, em nome de Jesus.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Muito obrigada. Particularmente, parabéns pela amorosidade, que é sempre muito importante e que está tão presente nas comunidades e nos povos ciganos.

Eu passo a palavra à Edvalda Bispo dos Santos Viana, Conselheira Nacional de Promoção da Igualdade Racial e membro da Associação Nacional das Mulheres Ciganas.

A SRA. EDVALDA BISPO DOS SANTOS VIANA (DINHA) - Tenho que agradecer mais uma vez à senhora, Deputada, e parabenizá-la por esta oportunidade. Que Deus venha a abençoá-la. Que a senhora, com o Dr. Luciano e os demais, venham a nos ajudar nessa luta árdua.

Também quero agradecer à Edilma, ao Ronaldo e à Paula, que sei que está presente aí. Parabéns a vocês!

Quero dizer, Ronaldo, Edilma e Paula, que, quando eu falo do Ministério da Igualdade Racial, eu não estou me referindo a vocês, porque eu sei que Ronaldo, Edilma e Paula batalham por tudo o que é preciso para nós. Se dependesse de vocês, eu tenho certeza de que nós povos ciganos já estaríamos contemplados com muito mais políticas. Não faço crítica a vocês. Se falo no Ministério, é porque sei que existem pessoas que estão acima de vocês e que têm a caneta na mão. Vocês são apenas as pessoas que lutam e que batalham por nós.

Eu agradeço muito, eu agradeço demais à Edilma. A pessoa com quem eu mais tenho contato é com a Edilma. Ontem mais uma vez ela batalhou arduamente para que eu e a Maura Piemonte participássemos desta Mesa, para que não ficássemos fora desta Mesa, como conselheiras e como representantes de Estado e de mulheres ciganas.

Eu agradeço também, Sr. Wanderley, pela luta que o senhor tem feito. Durante longos anos, vemos a luta do senhor junto conosco, batalhando, correndo atrás. Esse estatuto, como o senhor se cansa de dizer, é nosso, é luta nossa. O senhor, que é uma pessoa que está muito presente aí, pode batalhar por ele. Sempre o senhor leva as demandas por nós. Agradecemos por tudo o que o senhor faz. Como o senhor costuma dizer, o estatuto não é para o amigo Wanderley, é para todos nós. *(Risos.)*

É muito sábia a sua fala. Deus abençoe o senhor.

Dr. Luciano, eu não tenho nem palavras para expressar o quanto temos de admiração pelo senhor. Agradecemos pelo carinho. O senhor, durante esses longos anos, vem fazendo valer os nossos direitos. O senhor está sempre incluindo, e não está esquecendo nossos direitos, o que é de grande valia.

Deputada Erika Kokay, eu quero dizer mais uma vez que a senhora tem o respeito dos povos ciganos, assim como o Dr. Luciano tem. A senhora é uma mulher guerreira. Eu não a conheço pessoalmente, mas eu ouço muitos falarem isso. Nós povos ciganos só temos que agradecer à senhora e aos demais.

Agradecemos a todos os que estão presentes e que estão nos assistindo. Essa luta vai continuar. Eu sei que Deus vai abençoar, eu sei que Deus vai usar vocês para fazer com que nós povos ciganos possamos sair da triste realidade em que vivemos e com a qual convivemos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Obrigada, Dinha.

Passamos a palavra agora para a Sra. Maura Ney Piemonte, a Conselheira Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A SRA. MAURA NEY PIEMONTE - Muito obrigada pela sua atenção para com o nosso povo cigano.

Dr. Luciano Mariz Maia, eu não o vejo como um homem da lei, eu o vejo como um anjo de guarda que Deus mandou à Terra para proteger o povo cigano.

Eu estou na região sul de Minas, Dr. Luciano. Eu não estou no Estado do Espírito Santo.

Quando eu tenho problema na comunidade, é o Dr. Luciano que nos socorre, com um telefonema. Ele é o nosso eterno anjo da guarda.

Que esse estatuto saia, porque resistimos e resistimos para continuar a existir. Esse é o meu foco, esse é o meu trabalho junto dos ranchos, não só aqui no sul de Minas Gerais, mas também em qualquer lugar. Para onde um cigano me gritar eu vou correndo.

Muito obrigada pela sua força, Deputada. Que consigamos ter esse estatuto agora.

Obrigada, Sr. Wanderley. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Muito obrigada pela sua participação.

Passo a palavra agora para o Sr. Wanderley da Rocha, para as considerações finais. Ele é Presidente Administrativo da Associação Nacional das Etnias Ciganas — ANEC.

O SR. WANDERLEY DA ROCHA - Muito obrigado, doutora.

Mais uma vez, observando a fala de agradecimento de cada um dos ciganos e de cada uma das ciganas que estão participando deste maravilhoso espaço de oportunidade, nesta audiência pública extraordinária na Câmara dos Deputados federal, eu só tenho a dizer à nossa nobre Deputada, ao Dr. Luciano Mariz Maia e ao nosso nobre amigo secretário, o Dr. Ronaldo dos Santos, que temos certeza de que dias melhores — politicamente falando — virão para todos nós ciganos no Brasil.

O nosso irmão Willamis disse, com suas palavras, que queremos que os nossos filhos, os nossos netos, os nossos bisnetos, enfim, as gerações presentes e vindouras, não passem pelo que já passamos até aqui. Que sejam diferentes as nossas vidas, com oportunidades iguais. Conforme o doutor disse, não necessitamos de algo diferente, mas de igualdade. Nós não estamos lutando por lei específica. Nós queremos acessar as leis que já existem na Constituição Federal de 1988, onde está escrito que todos somos iguais diante da lei. Pedimos que seja observada essa parte, porque para nós ciganos há muita diferença.

Solicito a todas as autoridades competentes que ouvem esta fala neste momento, que se fazem presentes nesta audiência pública, que façam nós ciganos consigamos avançar nesse direito de ter direito. Não estamos lutando por dinheiro. Estamos lutando por reconhecimento e para sair da invisibilidade.

De todo o meu coração, eu agradeço este grande espaço. Mais uma vez agradecemos à nossa nobre Deputada por ter aberto este espaço aqui na Câmara para nós, com esta Mesa repleta de autoridades e com esta Plenária maravilhosa.

Ciganos e ciganas de todo o Brasil, um forte abraço para vocês do amigo Wanderley da Rocha. Acreditem que dias melhores virão nas nossas vidas, em nome de Jesus.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Sigamos, ciganos! Sigamos, ciganos!

Foi perfeita a sua fala, Wanderley.

Passo a palavra para o Dr. Luciano Mariz Maia, Subprocurador-Geral da República.

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA - Deputada, sobre essa brincadeira, esse trocadilho que a senhora fez — sigamos, ciganos! —, quero dizer que, por conta da minha atuação há algum tempo, junto com os ciganos na estrada, passaram a me chamar de "Lucigano". *(Risos.)*

Não sou mais Luciano, mas Lucigano. Eu aceito isso como delicadeza.

Eu quero já dizer o seguinte. Além desta luta aqui na Câmara dos Deputados pela aprovação do estatuto, precisamos apoiar a luta de Ronaldo dos Santos e de toda a sua equipe, para que esse plano para os ciganos possa estar no papel e, dele, na vida, e a partir daí também serem o Ronaldo e toda a sua equipe os interlocutores, nos outros Ministérios, para que cada um, na sua pauta, possa ajudar a promover essa inclusão — na área da educação, com o Ministério da Educação, inclusive com a produção de material didático; com o Ministério das Cidades, a construção de "minha barraca, minha tenda, minha vida". Portanto, que façamos com que um projeto de lei, que é uma ordem abstrata para o Estado brasileiro, seja convertido em algo concreto, que seja verbo e se torne carne e habite entre nós.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Muito obrigada, Dr. Luciano.

Passo a palavra para o Sr. Ronaldo dos Santos, o Secretário de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial.

O SR. RONALDO DOS SANTOS - Bom, nas minhas considerações finais, eu não poderia deixar de falar com a Dinha, que teve o cuidado de nos alertar — e de nos alentar — que as críticas ao Ministério não são pessoais. Eu queria dizer para a Dinha que ela pode ficar absolutamente tranquila, porque não levamos nada para o lado pessoal. *(Risos.)* Ainda que fosse uma crítica, endereçada, sim, à pessoa do Secretário, porque o Secretário também erra, o papel do Secretário é acolher a crítica, não é ficar chateado porque alguém criticou o nosso trabalho.

De toda forma, Dinha, eu agradeço pelas palavras. Nós superentendemos e inclusive os apoiamos em todas as suas reivindicações.

A Dinha falou uma coisa que eu quero rebater. Ela fala que não é sobre mim, não é sobre a Paula, não é sobre a Edilma, mas que certamente é sobre pessoas que estão acima de nós. Eu queria dizer que as pessoas que estão acima de mim nesse processo são melhores do que eu: são, nada mais, nada menos, que a Ministra Anielle Franco e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também não é sobre meus superiores, que são pessoas maravilhosas e comprometidas e que inclusive determinaram que a política seja entregue — e ela será entregue. Talvez não seja sobre quem está abaixo ou acima de mim nessa corrente, mas sobre essa corrente. A máquina pública é complexa. Dentro da complexidade da máquina pública, nós tínhamos o planejamento de fazer a entrega amanhã, no Dia Nacional do Cigano, mas, infelizmente, não foi possível, ou ainda não foi possível. Nós podemos ser surpreendidos positivamente com um anúncio a qualquer momento, mas eu não quero deixar isso como expectativa.

Então, Dinha, obrigado. Mas é isto: eu quero dizer que os meus superiores são pessoas maravilhosas e comprometidas.

Eu não posso deixar de encerrar esta fala sem agradecer a Rose Winter, a Nardi Casanova e ao Sr. Galvão, lideranças ciganas do Sul que estão dando todo o apoio para realmente organizar o atendimento aos ciganos do Rio Grande do Sul atingidos por esta tragédia climática. Sim, a partir dessas interlocuções, nós procuramos organizar da melhor forma possível o atendimento. Há, sim, um atraso, um *delay*. No dia 1º de maio, eu estava em reunião com quilombolas do Sul que foram afetados. Realmente, porque no dia 1º de maio já estavam afetados e ainda não receberam a primeira cesta básica no dia 20 de maio, está um pouco atrasado o atendimento. Então, há um *delay* nesse atendimento. Enfim, é complexo. A Região Sul está vivendo essa complexidade, mas nós buscamos atender todo o público com que trabalhamos. As comunidades ciganas já começaram a receber os atendimentos — essa informação nós temos. Nós não estamos fazendo mais do que a nossa obrigação, mas essas pessoas que eu citei se voluntariaram de forma muito comprometida e eficiente, e foi isso o que nos permitiu construir esta mínima resposta que temos dado neste momento.

Com isso eu encerro a minha fala, agradecendo a presença de todos e todas, agradecendo às pessoas que estão acompanhando virtualmente esta audiência.

Deputada Erika Kokay, obrigado pelo espaço e pelo esforço empreendido. Um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Então, nós escutamos todas as pessoas que foram convidadas.

Eu participei muito intensamente da construção do Estatuto dos Povos Ciganos. Por intermédio da Pastoral dos Nômades, se não me engano, nós fomos acionados aqui no Distrito Federal para conhecer os calons, que estavam enfrentando um problema fundiário. Eles estavam em uma chácara de propriedade de uma pessoa que a tinha cedido para que eles ficassem

lá, mas que precisou retomá-la. Nós fizemos um grande movimento para que houvesse a contemplação de um território para que os calons pudessem estar lá de forma muito permanente.

Há muito tempo, chamou-me atenção uma criança que na época devia ter 7 anos, hoje deve ser uma adolescente, talvez uma jovem. Essa criança chamava-se Esmeralda. A criança Esmeralda tinha um anseio muito grande de ir à escola. Ela queria ir à escola. A brincadeira preferida dela era fazer de conta que estava na escola.

Quando nós fizemos uma audiência pública no Senado Federal, o Senador Paim teve a disponibilidade de construir o Estatuto dos Ciganos. O Senador dizia: "*Vamos chamar esse estatuto de Estatuto Esmeralda*", porque a Esmeralda queria ir à escola, mas não havia acesso a nenhuma política pública. As pessoas estavam ali há muito tempo e nunca foram a uma unidade de saúde.

Nós começamos uma construção para que as crianças tivessem acesso a uma escola na mesma região administrativa em que os calons estavam, mas foram vítimas de discriminação muito violenta. Houve todo um processo de exclusão das crianças ciganas da escola. Então, quando as crianças saíram daquela escola, nós buscamos outra escola para que elas pudessem estudar.

Então, nós vamos ver um feixe de discriminações e de violações de direitos. Muitas pessoas nunca tinham estado em uma unidade de saúde, muitas não tinham registro, inclusive, e ao mesmo tempo as crianças queriam ir à escola.

Penso que a Esmeralda acabou entrando para a escola. Diziam-me que ela estava sempre muito pronta para ir à escola, inclusive esperando o transporte horas antes de ele passar, e ela já estava pronta para ir à escola.

Portanto, o estatuto é uma necessidade dos povos ciganos e também é uma necessidade da democracia. É uma necessidade do fortalecimento do sentimento de justiça, porque só se consegue universalizar as políticas públicas se houver uma lógica em valorizar a equidade. Se não são feitos os recortes de como as pessoas estão, não se consegue construir a universalização das próprias políticas públicas. É preciso, inclusive, respeitar a forma de organização social dos povos ciganos.

O Dr. Luciano falava de "minha tenda, minha vida" e de todos os programas. Deveriam ser incluídos em todos os programas sociais, com direito ao acesso à terra, com acesso a todas as políticas públicas e com o respeito às expressões culturais. Deve-se ter o respeito pela forma como o povo se organiza, porque ali nós vimos que há um senso de coletividade muito intenso. Há um senso de pertencimento muito profundo e de comunidade que se organiza, que se protege. Ali há muitas cozinhas coletivas, há muitos banheiros coletivos, enfim, há estruturas coletivas que fazem parte da forma como essas comunidades constroem a sua própria existência enquanto povo, a sua cultura, as suas expressões artísticas, as suas linguagens artísticas que são belíssimas. Portanto, o estatuto aborda todas as políticas públicas. Ele cria marcos legais de respeito aos direitos dos povos ciganos, aqui, no nosso Brasil, que muitas vezes são invisibilizados. Algumas pessoas perguntaram: "*Mas há ciganos aqui no Distrito Federal?*" Elas não têm noção de que existe um povo cigano que se organiza, que tem senso de coletividade e que exige políticas públicas, porque não é nenhum direito a menos ou nenhum direito a mais, são direitos iguais. São direitos iguais inerentes à nossa existência humana, porque a nossa humanidade precisa de direitos assegurados para que ela possa ser exercida na sua plenitude. As políticas públicas são sempre enganchadas umas nas outras. Da mesma forma que os direitos são enganchados, as políticas públicas que asseguram direitos têm que ser enganchadas umas nas outras. Por isso, há a inteireza do Estatuto dos Ciganos que o Senador Paim dizia que chamaríamos de Estatuto Esmeralda, pelo desejo da Esmeralda de frequentar uma escola, de frequentar sempre uma escola, de contar histórias e de frequentar uma escola.

Portanto, nós aqui devemos trabalhar com duas perspectivas. Parece-me que já foi autorizada a instalação da Comissão Especial. A Comissão Especial tem várias políticas, porque, para esse estatuto, várias Comissões vão abordar o seu mérito, como a Comissão de Cultura, a Comissão de Direitos Humanos e Igualdade Racial, a Comissão de Saúde, porque, como envolve várias políticas públicas, ele tem várias abordagens de mérito a serem apreciadas pelas várias Comissões. Então, cabe uma Comissão Especial unificar todas as apreciações de cada um desses lugares e ofertar um parecer englobando todas as avaliações de mérito, como também na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Então, uma coisa não anula a outra. Pedimos, inclusive, o apoio do MIR — e nós o teremos, tenho absoluta certeza —, para que nós possamos instalar a Comissão. A Comissão foi autorizada e precisa ser instalada com proporcionalidade, de acordo com o peso de cada federação ou partido.

O segundo aspecto é em relação ao que o Wanderley citou quanto à apreciação em regime de urgência no plenário, e serão apreciadas as diversas abordagens e os diversos relatórios de cada Comissão pela qual o projeto passará. Então, é uma forma mais rápida para se apreciar, porque há muita pressa do povo cigano, há muita pressa da democracia. A democracia tem pressa. A democracia tem pressa, a Justiça tem pressa, a igualdade de direitos tem pressa em um País

tão açoitado pelas diversas formas de tentativas de hierarquizar os próprios seres humanos e de efetivamente desumanizar parte do nosso próprio povo.

Então, nós vamos aqui trabalhar com essas duas possibilidades, mas com ênfase na aprovação do regime de urgência, porque essa é uma ênfase e é o caminho mais célere, mais rápido, para que nós possamos assegurar os direitos dos povos ciganos. É óbvio, como diz o poeta, com muita razão, que todo ponto de chegada também é um ponto de partida. O fato de se aprovar esse instrumento ou esse marco legal nos impõe novos desafios, que é efetivamente transformar o estatuto em realidade e fazer esses recortes.

Por isso é muito importante que nós tenhamos um plano para os ciganos. A discussão que aqui trouxe o Ronaldo é acolhida por nós e nos provoca muita felicidade, que é termos um plano. Ele não é uma substituição do estatuto, mas contribui para refletirmos o que podemos fazer a partir do próprio Executivo. Então, na esfera do Executivo, vamos elaborar um plano que possa desenhar políticas, desenhar recortes, ou seja, queremos discutir o direito dos povos ciganos ao Programa Minha Casa, Minha Vida. Se há um programa de segurança alimentar, nós queremos fazer o recorte dos povos ciganos. Em qualquer outra política de educação, de saúde, enfim, deve haver o recorte dos povos ciganos. Não nos é mais permitido que qualquer política pública não tenha esse recorte para assegurar direitos.

O plano será muito bem-vindo. Quando o plano puder ser anunciado, poderemos fazer uma nova audiência pública para apresentar o plano a partir desta Comissão. Faremos, então, uma nova audiência pública e, ao mesmo tempo, vamos trabalhar para que o Poder Legislativo também dê as suas respostas, as respostas necessárias para a consolidação dos próprios direitos. Então, eu diria que vamos estar trabalhando na perspectiva de termos o regime de urgência implementado e, ao mesmo tempo, vamos acelerar o trâmite para a instalação da Comissão especial. Uma coisa não anula a outra, e nós nos fortalecemos.

No meu pensar, se conseguirmos a aprovação do regime de urgência em plenário, seria muito mais rápido, muito mais célere. Como diz o Dr. Luciano, não há democracia sem respeito aos direitos das minorias. Democracia não é apenas a expressão das maiorias. É o respeito aos direitos das minorias. Ainda que nós tenhamos a maior parte da população do Brasil com determinada opção ou praticante de determinada forma de religiosidade ou de religião, todas as religiões têm que ser implementadas. Ainda que tenhamos aqui no Brasil os povos ciganos como minorias, isso não significa que seus direitos não tenham que ser exercidos e que eles possam ser invisibilizados e desumanizados, como foi dito aqui por uma das nossas convidadas, que é uma desumanização. Quando não se asseguram direitos, isso é uma desumanização. Obviamente que tudo isso perpassa. O próprio plano e a aprovação do Estatuto contribuem para que nós não tenhamos esse nível de discriminação que sofremos, de forma muito concreta, no Distrito Federal, que excluiu uma política pública tão fundamental como a educação.

Em defesa da Esmeralda e de tantas pessoas que fazem parte dos povos ciganos, vamos seguir em movimento. Portanto, sigamos ciganos. Sejam todas, todos e todes ciganos neste momento, e sigamos nos direitos dos povos ciganos.

Apenas alerta que a próxima reunião desta Comissão será devidamente anunciada na data e horário a serem confirmados.

Agradecemos muito ao Ronaldo, ao Luciano, ao Wanderley, ao Claudio, à Rose, ao Francisco Lacerda, ao José Willamis, à Edvalda, conhecida como Dinha, à Maura, a todos que aqui estão presentes e ao Alan, que também nos deu uma contribuição nesta audiência.

Com esses encaminhamentos, vamos declarar encerrada a presente audiência pública. *(Palmas.)*

DIREITOS HUMANOS (/EDITORIA/DIREITOS-HUMANOS)

Ministério Público do Paraná e entidades representativas promovem encontro para discutir direitos e atuação em favor dos povos ciganos

24/05/2024 - 17:09

Em alusão ao Dia Nacional dos Povos Ciganos, celebrado em 24 de maio, o Ministério Público do Paraná promoveu, na quarta-feira 22 de maio, em conjunto com a Confederação Brasileira Cigana (CBC), a Associação de Preservação da Cultura Cigana (Apreci/PR) e o Coletivo de Mulheres Ciganas do Brasil (Comcib/PR), evento com o tema "Presença Cigana no Paraná", destinado ao estabelecimento de estratégias para a implementação de direitos e garantia de acesso a políticas públicas por parte da comunidade cigana, estabelecendo-se inclusive mecanismos de intervenção positiva dos promotores de Justiça.

Durante o evento foi apresentado pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos o projeto denominado "Rota Cigana no Paraná", com o objetivo de serem previamente identificados os municípios que recebem os grupos ciganos no Estado.

"O tempo é uma criação, as fronteiras são uma ficção e a nossa pátria é onde os pés estão. Por isso, o MPPR quer saber não apenas onde as comunidades ciganas estão no momento, mas onde estarão para que, nesses lugares, por meio de nossos promotores e promotoras de Justiça, estejamos de olhos atentos e possamos recebê-los de braços abertos, com políticas públicas e o que for necessário para que o importante não sejam as diferenças e sim as igualdades que nos unem", disse o procurador-geral de Justiça, Francisco Zaniccotti, na abertura do encontro.

O procurador de Justiça Olympio de Sá Sotto Maior Neto, coordenador do Caop de Direitos Humanos, acrescentou que o estabelecimento dessa rota é de grande importância para que, ao chegarem a qualquer parte do Paraná, "os ciganos sejam recebidos com políticas públicas e não com a polícia". Além de se referir aos ciganos Charlie Chaplin, Pablo Picasso e Elvis Presley, Olympio apontou a importante participação dos povos ciganos no processo civilizatório brasileiro, destacando os descendentes ilustres como os ex-presidentes da república Washington Luís e Juscelino Kubitschek, assim como os poetas Castro Alves e Cecília Meireles, além da estimativa da existência de 800 mil descendentes das etnias ciganas Calon, Rom e Sinti. "Eles podem ser diferentes no modo de vida, costumes e cultura, mas devem ser reconhecidos como iguais em direitos", concluiu Olympio.

A secretária de Estado da Cultura, Luciana Casagrande Ferreira, manifestou a intenção de participar da iniciativa do MPPR para que, ao chegar a qualquer lugar do Paraná, a comunidade cigana seja recebida com iniciativas da área de cultura. "Com maestria, o povo cigano nos ensina a preservar tradições e a valorizar a família. Isso tem uma enorme importância para a identidade paranaense e brasileira. Ao reconhecermos o valor do povo cigano, estamos apoiando a construção de políticas públicas para termos uma sociedade mais justa, mais plural e, acima de tudo, mais humana", comentou a secretária.



O cigano Cláudio Iovanovitchi, presidente da Associação de Preservação da Cultura Cigana, criticou a ausência de políticas públicas e a falta de conhecimento sobre a presença dos povos ciganos no Brasil, a começar pelo básico, que seria saber quantos são seus integrantes e onde estão. "Entender o outro, se colocar no lugar do outro e conhecer o outro é fundamental, sobretudo num país multirracial como o Brasil", pontuou.

Também participaram da mesa de abertura Eduardo Filho de Oliveira, representando a Secretaria de Estado da Mulher e da Igualdade Racial do Paraná, Rayane Giovana Iovanovichi secretária-executiva do Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais, Nadir Casanova, secretária-executiva da Confederação Brasileira Cigana, e a promotora de Justiça Ana Carolina Pinto Franceschi, coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais do Caop Direitos Humanos.

Painéis – Após a abertura, foram realizados dois painéis. O primeiro, com o tema "Povos Ciganos no Brasil", contou com a participação remota do subprocurador-geral da República Luciano Mariz Maia, conhecido por seu trabalho em defesa dos povos ciganos e também do professor Felipe Berocan Veiga, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, que falou sobre as pesquisas realizadas por sua equipe na UFF com enfoque na comunidade cigana, fazendo um histórico da presença cigana no Brasil e das conquistas do ativismo cigano, ressaltando a necessidade de efetivação de direitos e a formulação de políticas públicas específicas para o povo cigano.

O segundo, intitulado "Vozes do Paraná: Povos Ciganos", contou com a participação de Cláudio Iovanovitchi, presidente da Associação de Preservação da Cultura Cigana; Cristiano Galvão, representante cigano da Etnia Calon (acampamento de Agudos do Sul); Nardi Casanova, secretária-executiva Nacional da Confederação Brasileira Cigana; Tatiane Iovanovitchi, do Coletivo de Mulheres Ciganas do Brasil; e Sadi Mota, representante cigano da Etnia Calon (acampamento de Curitiba). A mediação foi feita pela promotora de Justiça Ana Carolina Pinto Franceschi, que citou a situação de invisibilidade, falta de acesso adequado a políticas e serviços públicos e os estereótipos ligados à comunidade cigana.

Segundo a promotora de Justiça, "é essencial atuação qualificada do MPPR na defesa dos direitos dos povos ciganos, por isso, a intervenção ministerial será aprimorada a partir do diagnóstico que começa a ser feito com a escuta das lideranças, um dos propósitos deste encontro, e do mapeamento da rota cigana, que já está sendo feito pelo Caop e pela Subplan, dentro da Plataforma Atuação, em apoio ao trabalho das Promotorias de Justiça". Além disso, a coordenadora do Núcleo PCTS comentou sobre a Resolução CNMP 230/2021, que orienta a atuação do MP junto às comunidades tradicionais, sendo um importante marco normativo na temática, e que teve sua origem no MPPR, com o esboço do documento, que depois foi complementado e aperfeiçoado.

Cláudio Iovanovitchi elencou algumas das dificuldades vividas pelos povos ciganos no Brasil, principalmente as decorrentes do anonimato. Ele comentou que ainda hoje os ciganos têm dificuldade para obter a certidão de nascimento, não tendo assim direito nem ao próprio nome, pela ausência do CEP (Código Postal), já que parte da comunidade é nômade. Também destacou a dificuldade de acesso à escola pública por crianças ciganas, principalmente integrantes de famílias nômades, havendo, portanto, a necessidade de que algo seja feito para mudar essa situação.

Nadir Casanova prosseguiu falando dos problemas dessa parcela da população, destacando a falta de acesso a água e luz nos acampamentos, empecilhos para se estabelecer temporariamente em áreas urbanas, mesmo naquelas geralmente destinadas à instalação de circos, e reclamou da realização de eventos culturais em nome da população cigana, mas sem participação dos ciganos.



Sadi Mota pediu mais apoio e humanidade no tratamento dispensado aos ciganos, principalmente aos nômades, que, com frequência, enfrentam movimento para retirada imediata de espaços urbanos, sem se considerar que, para isso, algumas necessidades básicas, como alimentação, precisam ser atendidas antes. Cristiano Galvão também fez um apelo nesse sentido, reclamando da truculência policial e da falta de atenção a questões como saúde e atendimento com outros serviços públicos essenciais, o que na maioria das vezes é decorrente da falta de conhecimento da cultura cigana.

Encerrando o painel, Tatiana Iovanovitchi falou da criação do Coletivo de Mulheres Ciganas do Brasil, que, utilizando meios remotos, como WhatsApp, presta apoio a mulheres em várias áreas, entre elas o combate à violência doméstica familiar, situação que ela própria vivenciou e, por isso mesmo, conhece bem a necessidade de ser combatida nas famílias de qualquer etnia, incluindo as ciganas.

**A gravação do evento está disponível no Youtube. <
<https://www.youtube.com/live/30NFASUhYTg> >**



Ministério da Igualdade Racial Participa da Audiência Pública sobre o Estatuto dos Povos Ciganos

Estatuto prevê ações afirmativas para a realização urgente de estudos demográficos para qualificar os dados sobre a diversidade cigana no Brasil

Publicado em 14/08/2023 10h46 Atualizado em 14/09/2023 11h36

Compartilhe: [f](#) [in](#) [wa](#) [wh](#)



Foto: Renato Araujo/Câmara dos Deputados

Nesta quinta-feira (24), a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara Federal abriu espaço para um debate essencial no contexto brasileiro: a proposta do Projeto de Lei n. 1387/2022, que visa estabelecer o Estatuto dos Povos Ciganos. A iniciativa legislativa, teve autoria do senador Paulo Paim (PT/RS) em sua versão inicial e busca regular os direitos e a inclusão integral dessa comunidade.

O Estatuto Cigano visa a regulamentação de marcos legais que garantam direitos integrais para a população cigana em diversas áreas, como cultura, esporte, lazer, educação, saúde, acesso à terra e trabalho. Além disso, o estatuto prevê ações para a promoção da igualdade étnico-racial e a realização urgente de estudos demográficos para qualificar os dados sobre a diversidade cigana no Brasil.

Assista a audiência aqui.

A audiência pública contou com a participação de mais de vinte lideranças ciganas de todo o Brasil, que compartilharam suas perspectivas e experiências diante da comissão. Ronaldo dos Santos, Secretário de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Ciganos representou o Ministério da Igualdade Racial nas na mesa da audiência.

Durante a audiência, o público teve a oportunidade de manifestar suas opiniões e comentários sobre o projeto, incluindo representantes de associações ciganas de diferentes regiões do país. As falas das autoridades ciganas trouxeram demandas da população e re

"Eu vim aqui em busca de um sonho, a aprovação do estatuto cigano, para esse povo que apesar de tanto sofrimento é feliz nas suas cores, músicas e danças. Eu também vim aqui para defender a restauração do nosso centro Calon, primeiro e único centro de referência da América Latina onde habita 600 famílias e 3000 ciganos. Esse centro de referência pode nos trazer visibilidade em uma narrativa que fala que nós não existimos, que somos invisíveis", disse Francisco de Figueiredo representante da Associação Pedro Benício Maia.

Entre os presentes estavam Cláudio Domingos Iovanovitch, representante da Associação de Preservação da Cultura Cigana (APRECI); Wanderley Da Rocha, Presidente Administrativo da Associação Nacional das Etnias Ciganas; Francisco Lacerda De Figueiredo, da Associação Pedro Benício Maia; e Edvalda Bispo Dos Santos Viana, Cigana Calon da Bahia.

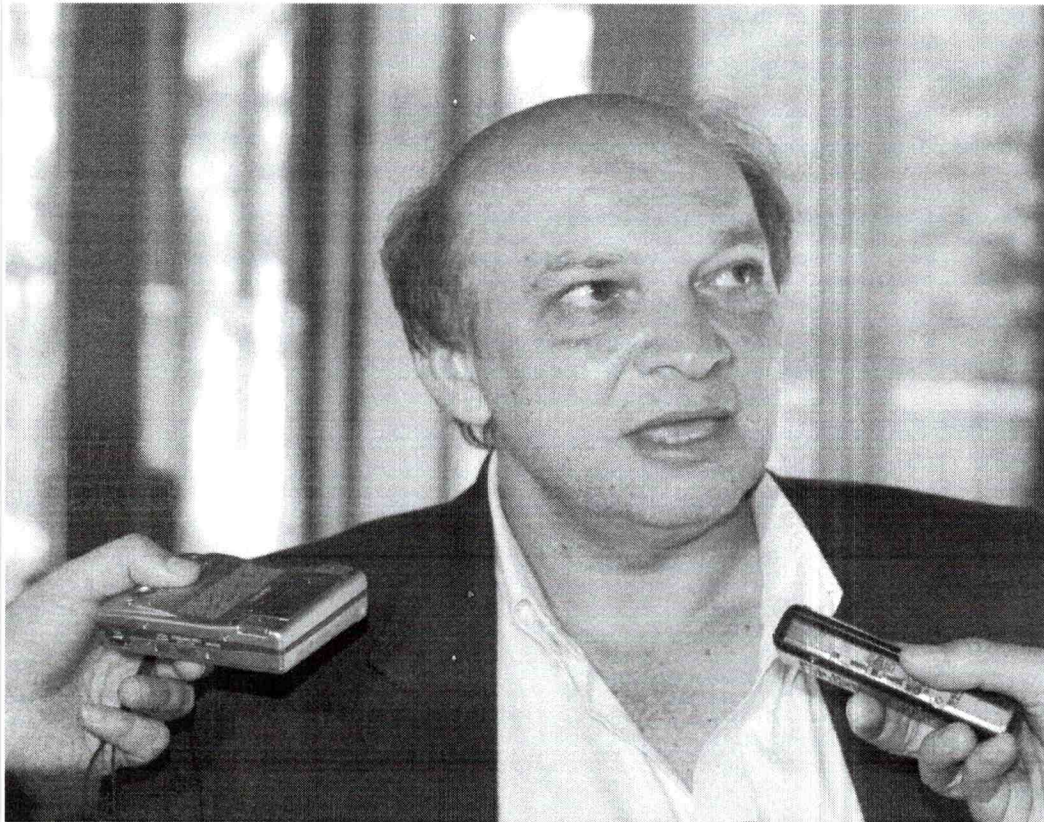
Além das lideranças ciganas e representantes do Ministério da Igualdade Racial, a audiência contou com contribuições de outros atores, como Jan Jarab, Representante Regional para o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) na América do Sul; Aline Miklos, jovem Romani e Consultora do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU); e Alex André Vargem, Diretor de Promoção dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Compartilhe:    



Adrielly   109

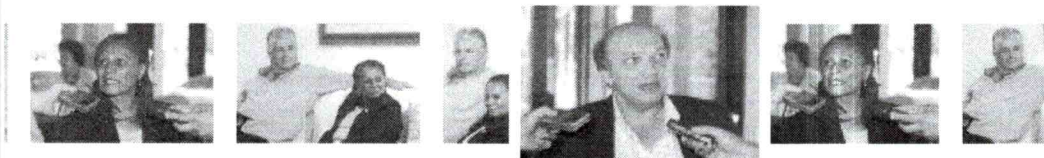
POLÍTICA DE INCLUSÃO DAS MINORIAS DO PARANÁ É MODELO PARA O BRASIL



(/sites/default/arquivos_restritos/files/imagem/migrados/galeria/6728/MINISTRA_03.jpg)

Cláudio Domingos Iovanovitchi, presidente da Apreci (Associação de Preservação da Cultura Cigana).

Foto: Theo Marques - SECS



MPF participa de audiência pública sobre proposta que cria o Estatuto dos Ciganos

Procurador da República José Godoy Bezerra de Souza representou Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais durante encontro da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados



Arte: Comunicação/MPF

informações demográficas sobre os povos ciganos para proporcionar a elaboração de políticas públicas específicas.

O procurador da República José Godoy Bezerra de Souza, que atua na Paraíba, representou a Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do MPF (6CCR/MPF) no evento e enfatizou que a proposta do Estatuto dos Ciganos representa importante avanço na luta pela igualdade de direitos e inclusão social. A participação do membro do MPF foi por meio de videoconferência. José Godoy destacou que os povos ciganos são, provavelmente, os que mais enfrentam dificuldades de acesso às políticas públicas no Brasil seja porque essas políticas não chegam ou porque, quando chegam, não atendem bem às demandas desse grupo, que acaba, muitas vezes, sofrendo preconceito.

Propostas - Entre as dificuldades apontadas pelo procurador, estão a falta de legislação que assegure agentes comunitários de saúde ciganos para atender essa população e a ausência de um sistema de educação para atender as crianças e jovens ciganos, inclusive, quando o grupo está itinerante. Também foi citada a segurança pública que, muitas vezes, atua de forma inadequada na proteção aos povos ciganos. "O papel do Ministério Público, de acordo com a Constituição Federal, é defender a democracia e fazer cumprir a ordem jurídica. Mas, para defender os direitos dos povos ciganos, é necessário incluí-los na ordem jurídica, e o Estatuto dos Povos Ciganos garantirá essa inclusão, possibilitando a atuação do MPF em favor dos direitos desses povos", afirmou José Godoy.

O Ministério Público Federal (MPF) participou de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados sobre a proposta para criação do Estatuto dos Ciganos. O objetivo do evento, realizado na manhã da última quinta-feira (24), em Brasília, foi discutir o Projeto de Lei 1387/2022, do senador Paulo Paim, que, entre outros pontos, buscar tornar obrigatória a coleta periódica de

informações demográficas sobre os povos ciganos para proporcionar a elaboração de políticas

públicas específicas.

O procurador da República José Godoy Bezerra de Souza, que atua na Paraíba, representou a Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do MPF (6CCR/MPF) no evento e enfatizou que a proposta do Estatuto dos Ciganos representa importante avanço na luta pela

igualdade de direitos e inclusão social. A participação do membro do MPF foi por meio de videoconferência. José Godoy destacou que os povos ciganos são, provavelmente, os que mais enfrentam dificuldades de acesso às políticas públicas no Brasil seja porque essas políticas não chegam ou porque, quando chegam, não atendem bem às demandas desse grupo, que acaba, muitas vezes, sofrendo preconceito.

Propostas - Entre as dificuldades apontadas pelo procurador, estão a falta de legislação que assegure agentes comunitários de saúde ciganos para atender essa população e a ausência de um sistema de educação para atender as crianças e jovens ciganos, inclusive, quando o grupo está itinerante. Também foi citada a segurança pública que, muitas vezes, atua de forma inadequada na proteção aos povos ciganos. "O papel do Ministério Público, de acordo com a Constituição Federal, é defender a democracia e fazer cumprir a ordem jurídica. Mas, para defender os direitos dos povos ciganos, é necessário incluí-los na ordem jurídica, e o Estatuto dos Povos Ciganos garantirá essa inclusão, possibilitando a atuação do MPF em favor dos direitos desses povos", afirmou José Godoy.

O procurador da República propôs que seja realizada reunião com o secretário de Habitação do Ministério da Integração, Hailton Madureira, para requisitar a inclusão de parte da população cigana no programa Minha Casa Minha Vida. Além disso, outra sugestão apresentada foi a criação de uma instituição para tratar das necessidades desses povos.

Bastante emocionado, Francisco Lacerda, presidente da Associação Pedro Benício, pediu aos representantes da Câmara dos Deputados que ajudem o Estatuto dos Ciganos a se tornar realidade. "Eu vim aqui em busca de um sonho para o nosso povo, que até hoje é chamado de invisível, um povo que é tão sofrido. O cigano não tem direito à saúde, à educação, à moradia digna e nem a programa alimentar. Queremos nos sentir visíveis", destacou. Edvalda Viana, presidente da Associação Nacional das Mulheres Ciganas, desabafou: "Na Bahia, nós estamos sofrendo violência à comunidade cigana, não temos direito a nada, os policiais nos tratam de forma grosseira e a invisibilidade é imposta à gente".

O presidente da Associação de Preservação da Cultura Cigana no Paraná (Apreci), Cláudio Domingos Iovanovitchi, ressaltou que os índios, negros e ciganos construíram a história do Brasil. "Queremos contar a nossa história, pois existem muitas lendas e mitos que nos atrapalham", frisou. "Um dos problemas que vejo é que o IBGE, por exemplo, não sabe quantos somos, e é preciso desse dado para viabilização de políticas públicas", acrescentou. Ele também mencionou que seria importante que um representante do IBGE e do Ministério da Cultura estivessem participando da audiência, o que não ocorreu.

Sobre as demandas, a deputada Luizianne Lins, que propôs o debate, informou que vai enviar ofícios aos ministérios da Cultura, da Integração e da Igualdade Racial e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) solicitando audiência pública com a presença de representantes dessas instituições para que se pronunciem sobre o assunto. Os participantes do encontro lembraram também da morte da líder quilombola Bernadete Pacífico, conhecida como mãe Bernadete, assassinada na semana passada, na Bahia, e pediram que o caso seja apurado com agilidade e eficácia.

Projeto de Lei - O Projeto de Lei 1387/2022, já aprovado pelo Senado, cria o Estatuto dos Ciganos. A proposta agora em análise na Câmara dos Deputados e contempla áreas como educação, saúde, esporte, cultura e lazer. Além disso, prevê o acesso à terra, à moradia e ao trabalho e determina ações afirmativas em favor dos povos ciganos. O Estatuto determina ser dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, em suas diversas atividades, preservando sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Participantes - A abertura da audiência pública foi feita pela deputada Luizianne Lins. Além do MPF, também participaram da discussão Jan Jarab, representante regional para o Escritório do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas (ONU), Aline Miklos, consultora do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU. Também estiveram presentes Charlene Borges, secretária-geral de Articulação Institucional da Defensoria Pública da União, e Sandra Maria da Silva, representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

Representando órgãos do governo federal, participaram Ronaldo dos Santos, secretário nacional da Secretaria de Políticas Quilombolas e Alex André Vargem, diretor de Promoção dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Entre os diversos representantes dos povos ciganos, estiveram presentes Wanderley da Rocha, presidente administrativo da Associação Nacional das Etnias Ciganas (Anec); Francisco Lacerda, representante da Associação Pedro Benício Maia; Edvalda Viana, presidente da Associação Nacional das Mulheres Ciganas e Cláudio Domingos Iovanovitchi, da Associação de Preservação da Cultura Cigana do Paraná (Apreci-PR).

Vídeo da audiência pública (<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69296>)

**Com informações da Agência Câmara de Notícias*

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
(61) 3105-6409 / 3105-6400
pgr-imprensa@mpf.mp.br
facebook.com/MPFederal
twitter.com/mpf_pgr
instagram.com/mpf_oficial
www.youtube.com/canalmpf

222 visualizações

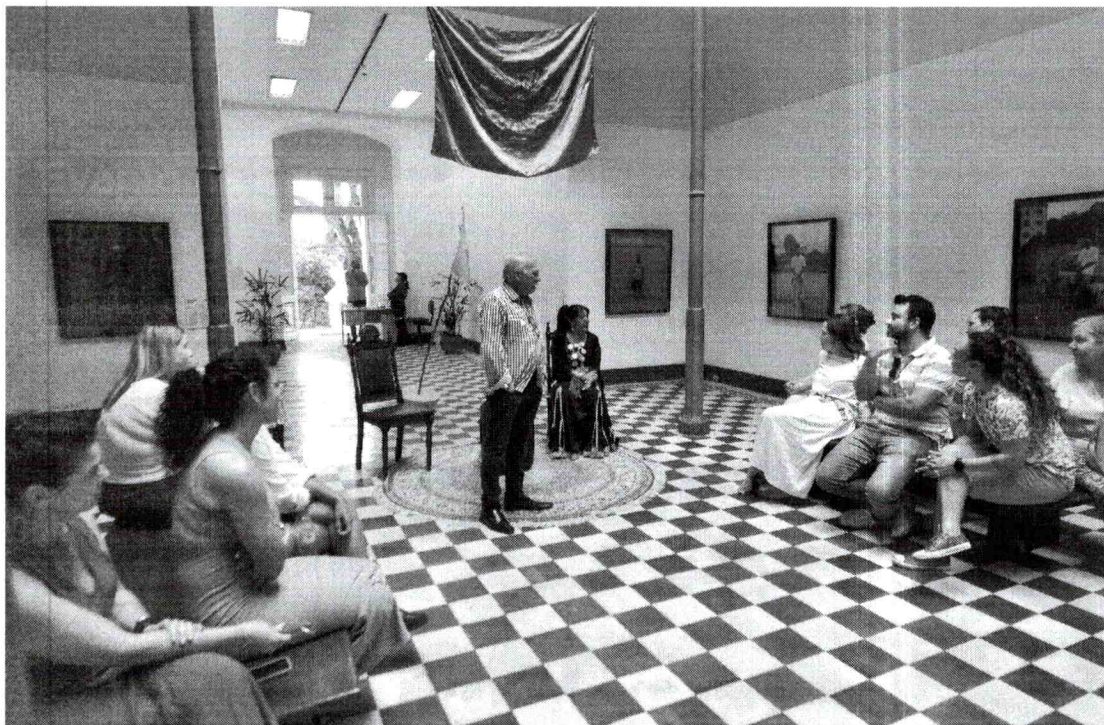
Evento na Secretaria da Cultura com povos ciganos promove discussão sobre igualdade

A apresentação contou com a participação de Cláudio Iovanovitchi, do grupo étnico Rom, e a esposa do artista, a atriz e dançarina Neiva Camargo. O objetivo do evento foi valorizar a cultura cigana e conscientizar o público sobre a questão de igualdade e combate à discriminação.

Publicação
22/09/2023 - 17:20

Editoria
[Cultura \(Editoria/Cultura\)](#)

Confira o áudio desta notícia



Evento na Secretaria da Cultura valoriza os povos ciganos e conscientiza sobre igualdade
Foto: Anderson Tozato/SEEC-PR

Em comemoração ao Dia Estadual dos Povos Ciganos (23 de setembro), a Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) recebeu, na tarde desta sexta-feira (22), uma performance de dança acompanhada por um bate-papo educativo. A apresentação contou com a participação de Cláudio Iovanovitchi, do grupo étnico Rom, e a esposa do artista, a atriz e dançarina Neiva Camargo. O objetivo do evento foi valorizar a cultura cigana e conscientizar o público sobre a questão de igualdade e combate à discriminação.

O evento foi realizado na Sala Adalice Araújo, em Curitiba, espaço de arte público da SEEC, para dezenas de colaboradores da secretaria.

No Paraná, o Dia dos Povos Ciganos foi instituído pela Lei 12.873/2000, antecedendo a lei federal que estabeleceu a data em nível nacional, em 2006. A comemoração relembra e chama atenção para as violências, os rótulos e os preconceitos contra os povos ciganos e manifesta a luta das sociedades e etnias que a compõem.

- **Mostra de Brecheret, Fundo de Quintal e ações educativas nos museus estão na agenda cultural < <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Mostra-de-Brecheret-Fundo-de-Quintal-e-acoes-educativas-nos-museus-estao-na-agenda-cultural> >**

Iovanovitchi, também conhecido como "Cigano" no meio cultural, falou alguns minutos sobre os grupos étnicos enquanto Neiva Camargo performou uma dança tradicional. Ao final do evento, os artistas convidaram o público para um bate-papo sobre a cultura dos povos ciganos.

"É um momento de inclusão, até porque a inclusão cigana é irreversível", afirmou Cláudio Iovanovitchi, que se diz otimista pelo futuro dos povos ciganos no Brasil. "Vemos que o Estado do Paraná avança na questão cigana, tanto a SEEC quanto a Semipi [Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa] têm vários projetos de inclusão cigana. É um exemplo para o Brasil".

A denominação "cigano" se refere a diversas etnias e ao longo dos anos ganhou conotação pejorativa. Existem três grandes grupos: Calon, Rom e Sinti. No Paraná há registro das duas primeiras. Cada um desses grupos étnicos possui costumes próprios, língua nativa e especificidades.

No Brasil, cerca de 800 mil pessoas se identificam como ciganos, de acordo com o IBGE – é a terceira maior população cigana do mundo, atrás da Romênia e Estados Unidos.

- **Estado e MinC apresentam mudanças da Lei Rouanet a produtores e dirigentes culturais < <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Estado-e-MinC-apresentam-mudancas-da-Lei-Rouanet-produtores-e-dirigentes-culturais> >**

Ao longo da história, os povos ciganos enfrentaram uma série de atos de discriminação e violência, incluindo a escravidão na Europa e o Holocausto na Segunda Guerra Mundial. Até hoje, as pessoas identificadas como "ciganas" sofrem com a presença marcante de preconceito racial.

Datas nacionais e internacionais de celebração e luta pelos direitos dos povos ciganos:

08/04 - Dia Internacional dos Povos Ciganos

16/05 - Dia da Resistência Romani

24/05 - Dia Nacional dos Povos Ciganos

02/08 - Dia em Memória do Holocausto - Porrajmos

23/09 - Dia Estadual dos Povos Ciganos - Paraná

05/11 - Dia Internacional da Língua Romani

GALERIA DE IMAGENS





[\(/sites/default/arquivos_restritos/files/imagem/2023-09/_dsc8271.jpg\)](/sites/default/arquivos_restritos/files/imagem/2023-09/_dsc8271.jpg)

Evento na Secretaria da Cultura valoriza os povos ciganos e conscientiza sobre igualdade
Foto: Anderson Tozato/SEEC-PR

[Download em alta resolução \(/sites/default/arquivos_restritos/files/imagem/2023-09/_dsc8271.jpg\)](/sites/default/arquivos_restritos/files/imagem/2023-09/_dsc8271.jpg)



Serviços para você!

[OUVIDORIA](#) ▼

[TRANSPARÊNCIA](#) ▼

Adrielly



117



Roda de conversa sobre políticas públicas para povos ciganos reúne lideranças e autoridades em Brasília

Encontro serviu também de preparação para a Audiência Pública do Estatuto dos Povos Ciganos, que acontece nesta quinta-feira (24)

Publicado em 23/08/2023 11h51 Atualizado em 14/09/2023 11h55

Compartilhe: [f](#) [in](#) [📧](#) [🔗](#)



Foto: Divulgação/MIR

Na última quarta-feira (23/08), a "Roda de Conversa Políticas Públicas para Povos Ciganos" reuniu dezenas de lideranças de diversas regiões do país em um encontro para o fortalecimento do diálogo e para a inclusão da pauta cigana no debate público sobre direitos humanos e diversidade cultural no Brasil. O encontro serviu também de preparação para a Audiência Pública do Projeto de Lei n. 1387/2022, o Estatuto dos Povos Ciganos, que acontece nesta quinta-feira (24).

A Roda de conversa promovida pela Diretoria de Povos Ciganos contou com uma mesa de abertura formada por Ronaldo dos Santos, Secretário de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Ciganos, Cláudio Iovanovitchi, presidente da Associação de Preservação da Cultura Cigana (Apreci) e Wanderley Rocha, presidente administrativo da Associação das Etnias Ciganas (ANEC).

"A minha pátria é a minha língua, e a minha pátria é onde meus pés estão. Esse país foi feito por negros, indígenas e ciganos, queiram ou não. Espero que, a partir de nosso estatuto, o Brasil nos veja e atenda as demandas do povo cigano", pontuou Cláudio Iovanovitchi em sua fala de abertura.

Na segunda mesa do evento, a coordenadora Edilma Nascimento e a Diretora de Políticas para Quilombolas e Ciganos, Paula Balduino de Melo mediarão uma escuta ampliada e apresentaram os resultados e ações desenvolvidas nos últimos oito meses de gestão.

Adrielly 118

☰ Ministério da Igualdade Racial

coisas boas para nosso povo. Depois de anos de luta, conseguimos espaço de representação. Queremos projetos objetivos e que nada sobre nós seja feito sem nós”.

Também estavam presentes no evento Hayanne Iovanovitchi, Maura Piemonte, Lu Ynaiah, Cícero “Maninho” Romão e Leonardo Costa Kwiek.

Compartilhe:    



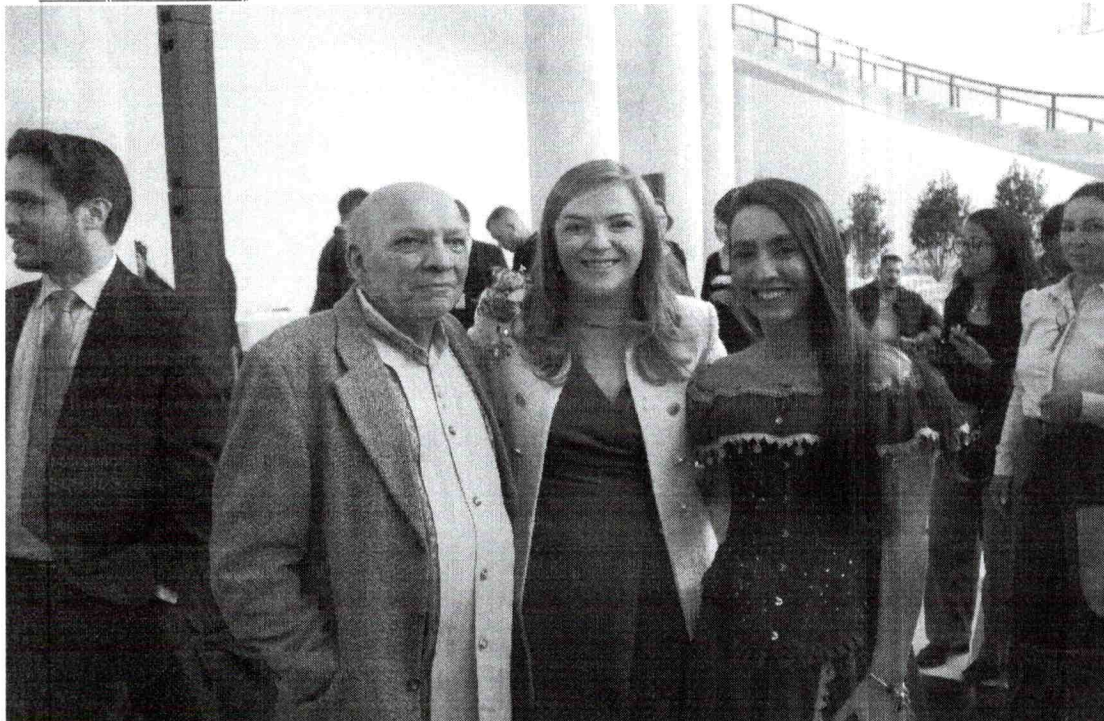
Adrielly   119

Governo do Paraná promove primeiro encontro estadual dos povos ciganos

Evento será em 24 de maio, em Curitiba, com a participação de representantes das etnias Roms, Calons. Objetivo é reconhecer e valorizar a cultura cigana e debater os desafios enfrentados pela comunidade, além de buscar ações concretas para promover a igualdade e combater a discriminação.

Publicação
15/05/2023 - 09:49

Editoria
Notícias (Editoria/Noticias)



Governo do Paraná promove primeiro encontro estadual dos povos ciganos
Foto: SEMI

Em celebração ao Dia Nacional do Cigano, o Governo do Estado realizará em 24 de maio, em Curitiba, o 1º Encontro dos Povos Ciganos do Paraná. O evento é organizado pela Secretaria de Estado da Mulher e da Igualdade Racial (SEMI), com o objetivo reconhecer e valorizar a cultura cigana e debater os desafios enfrentados pela comunidade, além de buscar ações concretas para promover a igualdade e combater a discriminação.

O evento contará com a participação de lideranças ciganas, representantes de diferentes grupos étnicos, que trarão suas perspectivas e experiências para enriquecer os debates.

No Brasil, os povos ciganos se dividem em três etnias: Roms, Calons e Sinti – no Paraná há registros da presença das duas primeiras.

- [Governador sanciona lei que cria o Conselho dos Povos Indígenas do Paraná < https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governador-sanciona-lei-que-cria-o-Conselho-dos-Povos-Indigenas-do-Parana >](https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governador-sanciona-lei-que-cria-o-Conselho-dos-Povos-Indigenas-do-Parana)

Durante a programação, as mesas de discussão vão abordar temas relevantes relacionados aos desafios enfrentados por esta comunidade, como a luta contra o preconceito, a garantia de direitos e a promoção da inclusão social.

A música e a dança terão um papel central, proporcionando momentos de entretenimento e valorização das tradições ancestrais. Uma das atrações confirmadas é o cantor Santyago, cigano Calon e ex-integrante da dupla Os irmãos ciganos Yago & Santhiago, conhecida nacionalmente por destacar a etnia cigana em suas apresentações.

De acordo com a secretária estadual da Mulher e Igualdade Racial, Leandre Dal Ponte, além dos debates, o evento será uma oportunidade para celebrar a alegria e a riqueza cultural destes povos.

"A presença de ciganos Roms, Calons e Sinti será fundamental para demonstrar a importância da pauta dos povos ciganos dentro da nossa secretaria e também do Estado do Paraná. Através da SEMI, vamos desenvolver ações que visem a diminuição das desigualdades e a eliminação de todas as formas de discriminação étnico-racial, promovendo a inclusão plena dos povos ciganos na sociedade paranaense", afirmou.

- [Governo conquista prêmio de instituição internacional com Banco de Alimentos Comida Boa < https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governo-conquista-premio-de-instituicao-internacional-com-Banco-de-Alimentos-Comida-Boa >](https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governo-conquista-premio-de-instituicao-internacional-com-Banco-de-Alimentos-Comida-Boa)

O presidente e fundador da Associação de Preservação da Cultura Cigana do Paraná (APRECI/PR), Claudio Iovanovitchi, destaca a relevância do evento que, segundo ele, acima de tudo, gera conhecimento sobre os povos ciganos.

"É a maneira essencial para conseguirmos enfrentar o anticiganismo e todas as formas de discriminação e preconceito contra ciganos. Me sinto representado quando vejo esse protagonismo na SEMI", disse. "Em 1995 criei a APRECI, a primeira associação cigana do Paraná, justamente pensando que no futuro poderíamos ter nossos representantes e nossa luta reconhecida no Estado, finalmente seremos alcançados e ouvidos".

"É necessário repensarmos em como garantir direitos, repensar nos desafios enfrentados, quais conquistas tivemos nesses longos anos de persistência e resistência", complementou Nardi Casanova, secretária Executiva Nacional da Confederação Brasileira Cigana.

Weverton Passos, coordenador-geral da Confederação Brasileira Cigana, afirma que valorizar as raízes renova as chances de inserção na sociedade. "Nessa trajetória, os povos ciganos enfrentaram o racismo, o preconceito, mas seguem encorajados a seguir em busca do seu espaço", arrematou.

GALERIA DE IMAGENS



[\(/sites/default/arquivos_restritos/files/imagem/2023-05/whatsapp_image_2023-05-12_at_16.00.34.jpg\)](/sites/default/arquivos_restritos/files/imagem/2023-05/whatsapp_image_2023-05-12_at_16.00.34.jpg)

Governo do Paraná promove primeiro encontro estadual dos povos ciganos

Foto: SEMI

[Download em alta resolução \(/sites/default/arquivos_restritos/files/imagem/2023-05/whatsapp_image_2023-05-12_at_16.00.34.jpg\)](/sites/default/arquivos_restritos/files/imagem/2023-05/whatsapp_image_2023-05-12_at_16.00.34.jpg)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL
57ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária**RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA**
AUDIÊNCIA PÚBLICA EM 24/08/2023**TEMA:** "PL 1387/2022 - Estatuto dos Povos Ciganos"

JAN JARAB | Representante Regional para o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) na América do Sul; (participação confirmada):

ALINE MIKLOS | Consultora do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas - ONU (participação confirmada);

JOSÉ GODOY BEZERRA DE SOUSA | Procurador da República; (participação confirmada)

CHARLENE BORGES | Defensora Pública Federal, Secretária-Geral de Articulação Institucional da Defensoria Pública da União; (participação confirmada)

RONALDO DOS SANTOS | Secretário Nacional da Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos e Terreiros e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial; (participação confirmada)

SANDRA MARIA DA SILVA | Representante do Conselho Nacional de Direitos Humanos; (participação confirmada)

ALEX ANDRÉ VARGEM | Diretor de Promoção dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; (participação confirmada)

CLÁUDIO DOMINGOS IOVANOVITCH | representante da Associação de Preservação da Cultura Cigana-APRECI (participação confirmada)

WANDERLEY DA ROCHA | Presidente Administrativo da Associação Nacional das Etnias Ciganas; (participação confirmada)

FRANCISCO LACERDA DE FIQUEIREDO | Associação Pedro Benício Maia; (participação confirmada)

EDVALDA BISPO DOS SANTOS VIANA | Cigana Calin da Bahia. (participação confirmada)

REQ. 137/2023 - de autoria da Deputada Luizianne Lins

LOCAL: Anexo II, Plenário 09

HORÁRIO: 10h



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ

CONSEPIR

Reunião Extraordinária de Abril - 27/04/2022

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Abril do ano de 2022 às 09:00 em ambiente virtual através do link <https://meet.jit.si/consepir>, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR. Fizeram-se presentes, conforme convocação, os seguintes conselheiros: **Conselheiros Governamentais:** Richard Alexandre Mota Dinkchaysen (SETI); Luiz Gustavo Manhães (SEJUF); Mikhaella Iatauro Camargo (SEDU); Ademar Fiorentino (Secretaria da Agricultura); Ourival Santos Neto (SECC); Levi Gomes de Lima Junior (SEDEST); **Sociedade Civil:** Alexandre César (Associação de Capoeira Zoeira Nagô Centro de Preservação Cultural Afro Brasileiro); Maria Jane Soares Targino - Maurício de Castro Cristo (ASCOCIC); Jessy Nicole Mello de Souza (CRP - PR); Edvaldo Viana (FAMOPAR); Vagner Nogueira (Instituto do Movimento da Cultura Afro Brasileira); Antonio José Teixeira (Ódará Àje Templo dos Òrisás do Culto Yorubá); Carine Rossane Piassetta Xavier - (IFPR – NEABI); **Convidados e demais participantes:** Secretária Executiva Andréia Corat (SEJUF); Kafy Olibio; Rose Winter (Cigana - Rio Grande do Sul). **Abertura:** Inicialmente, o presidente em exercício, Alexandre César saudou a todos e todas presentes e informou que será aguardado o tempo regimental para preenchimento de quórum mínimo para iniciar a reunião. Após a espera do tempo regimental, a secretária-executiva, Andréia Corat, informou que há quórum suficiente para iniciar a reunião extraordinária. Consequente, a sec. Andréia Corat realizou a leitura da pauta e a inclusão do ponto '5. Criação da Superintendência da Igualdade Racial'. A pauta e sua respectiva inclusão foram aprovadas sem objeções. **1. Ratificar o Sistema da Igualdade Racial:** O presidente Alexandre lembrou que anteriormente foi aprovado o Sistema da Igualdade Racial e que vem consolidar o programa de sistematização junto aos municípios que possuem e que estão criando seus Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial, para que assim, seja realizada a transferência de recursos aos municípios por meio do FUNDEPIR. Portanto, o sistema irá desburocratizar a relação do CONSEPIR com os municípios - assim como é realizado no CEDCA onde há um CMDCA em cada um dos 399 municípios paranaenses. Dito isso, o presidente colocou em votação a ratificação do Sistema da Igualdade Racial. **2. Protocolos Ciganos:** A secretária-executiva Andréia Corat, realizou a leitura do seguinte protocolo: "**NOTA DE REPÚDIO COM PEDIDO DE REVOGAÇÃO E PROVIDÊNCIAS.** Nós, abaixo assinados (a), membros da comunidade Cigana e de suas respectivas entidades representativas no Estado do Paraná e do território nacional, vimos a este douto Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial - CONSEPIR Paraná, em face da realização da inédita do V COEPIR realizado nos dias 08, 09 e 10 de abril do ano 2022 em Maringá Pr; em que repudiamos a candidatura e também a indicação e/ou nomeação como Delegada a esta Conferência Estadual, assim como da indicação para a etapa Nacional a ser realizada em 2023, da Sra. **Nardi Terezinha Casanova**, cabe ressaltar que a mesma "se dizente cigana", e "autointitulada" desta etnia, tem colocado por

Adrielly



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ

CONSEPIR

essa razão a erro todos Órgãos Públicos e Instituições correlatas, cabendo ressaltar que esta assim "autointitulada cigana" em nenhum momento cumpre as determinações observadas na NOTA TÉCNICA 5/2018-6 CCR - Projeto 248/2015 Senado Federal - Estatuto do Cigano. Ademais, ressaltamos que qualquer membro representativo da etnia cigana, jamais pode basear-se somente na "auto declaração/intitulação", havendo sim a necessidade de reconhecimento através de relativa genealogia ou estudo de parentesco, por profissionais designados, assim como parecer de entidades já consagradas na representação. "Eu sou cigano, sou filho de fulano, de ciclano, do clã tal e etc" ante a frivolidade e falta de embasamento que a candidata/pseudo representante acima demonstrou, requeremos também sua devida cassação e retirada das deliberações da V COEPIR e por conseguinte de outras futuras, assim como das suas nomeações e porventura indicações/eleições; Junte-se a esse adendo que além de causar e levar a erro órgãos de respeito e representação governamentais, esta também tem causado discórdia lançando assim sem qualquer zelo nas instituições, falsas acusações contra diversos membros representativos da comunidade cigana, quais inclusive estão devidamente processando-a para os devidos efeitos legais. Requeremos veemente desse duto Conselho providências quais julgarem sanáveis ao teor acima apresentado; **Claudio Domingos Iovanovich** - etnia Matchuano. Presidente da APRECI - Associação de Proteção da Cultura Cigana CNPJ 00977370000183. **Mauricio de Castro Cristo (Conselheiro CONSEPIR)** - etnia Kaldarash. Presidente da FENADRUCI - Fed. Nac. Direitos Rom - 04.999.721/0001-08. **Presidenta Rosecler Winter** - etnia Sinti / Vice Presidente **Emerson Guimarães** - etnia Lovara. ACIRGS - Associação Ciganos Itinerantes do Rio Grande do Sul. **Maura Nem Piemonte - Presidente.** 08505391000108. CNPJ. ASSOCIAÇÃO CEDRO CENTRO DE ESTUDOS E DISCUSSÕES ROMANI. **José Eudo da Silva** - etnia Calon. Representante da Associação Cigana ASPRECCEC. Conselheiro Nacional no CNPIR e COEPIR Ceará. **Maria Jane Soares** - etnia Calon. Conselheira Nacional do CNPIOR e CNPICT. **Farde Estephanovichil** - etnia Machuano. Apreci SP - CNPJ 08310072000147. **Marcia Yaskara Guelpa** - etnia Calon. ASSOCIAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DOS POVOS CIGANOS SUNAKAY DROM - ANIPCISD/PE.". Após a leitura, o presidente Alexandre consultou se havia alguém do Ministério Público presente e informou que o link da reunião foi encaminhado para a Sra. Nardi Casanova - que até o momento não havia adentrado a sala de reunião -, abrindo a palavra de todos e todas sobre a questão, para em seguida, ser criada a Comissão Especial. A conselheira Carine destacou que o que estão fazendo não é protocolo e é algo que está acontecendo há várias reuniões, sendo um caso particular e que deveria estar acontecendo entre os povos ciganos - e não no CONSEPIR, pois este não é juiz e não detém o poder para essa situação. Portanto, a conselheira Carine reiterou que é contra a pauta e os encaminhamentos propostos, pois estes não deveriam estar sendo discutidos no CONSEPIR. Em seguida, o Cigano Claudio Domingos Iovanovich - da etnia Matchuano, presidente da APRECI - Associação de Proteção da

Cabrielly
124



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ

CONSEPIR

Cultura Cigana - realizou sua fala e ressaltou os dados prescritos na nota de repúdio transcrita acima, que, genericamente, a 8169, diz que somente a autodeclaração basta, porém, posteriormente uma nota técnica do MPF colocou e ampliou essa autodeclaração - desde que reconhecida por seus pares. Portanto, Cláudio destacou que não há relações particulares a serem discutidas, mas que quer somente que a lei seja cumprida. O presidente Alexandre registrou que o convite ao MPF será reforçado via ofício, novamente. A conselheira Carine solicitou que não sejam encaminhados áudios longos no grupo de *whatsapp* e neste caso em específico, foram enviadas mensagens sobre particularidades sobre a vida pessoal da mulher em pauta, o que a incomoda e ofende como pessoa e mulher. A conselheira Maria Jane destacou que as questões ciganas não podem ser resolvidas somente em espaços propriamente ciganos, mas fortalecer a discussão nos conselhos e órgãos competentes. Além disso, registrou que conheceu a Nadir em Brasília em 2018 e a mesma destacou que não era cigana, mas que estava cooperando na causa dos povos ciganos. **3. Criação de Comissão Especial:** O presidente Alexandre colocou em votação a criação da Comissão Especial. A comissão especial foi aprovada. O conselheiro Edvaldo se colocou à disposição para participar. O presidente Alexandre convocou o Dr. Levi para participar da comissão. A composição da Comissão Especial foi definida da seguinte forma: Levi; Edvaldo; Maria Jane; Luiz Gustavo; Rosecler. **4. Aprovação de apoio logístico para o Campeonato Estadual de Capoeira - que será realizado em Paranaguá:** O presidente Alexandre informou que o campeonato será realizado em Paranaguá nos dias 22, 23 e 24 de julho do corrente ano, e que o apoio se dará de forma institucional e possivelmente assinando junto a certificação. Neste sentido, o apoio foi posto em aprovação pelo presidente. O apoio logístico para o Campeonato Estadual de Capoeira em Paranaguá foi aprovado sem objeções. Por fim, Alexandre lembrou que a Capoeira está prestes a se tornar um esporte olímpico, esta que é uma arte marcial presente em mais de 160 países. **5. Criação da Superintendência da Igualdade Racial:** O presidente Alexandre indicou que esta é uma reivindicação antiga do CONSEPIR e a causa foi abraçada neste governo do Carlos Massa Ratinho Júnior, colocando funcionários competentes e recursos para a Promoção da Igualdade Racial no Estado do Paraná. O conselheiro Edvaldo registrou que é favorável à questão porque grande parte das deliberações realizadas pelo CONSEPIR não são atendidas. O presidente Alexandre informou que houveram 14 deliberações em 2021 (de julho à dezembro) e apenas 01 foi aprovada. E até então no ano de 2022 foram feitas 09 deliberações e apenas 02 foram acatadas. A criação da Superintendência da Igualdade Racial foi aprovada sem objeção. **6. Encerramento:** O presidente Alexandre César agradeceu a todos e todas presentes, além daqueles (as) que estão acompanhando a reunião *online* pelo *Youtube*, e por fim, após vencer todas as pautas, encerrou a Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Paraná. A presente ata foi lavrada pelo estagiário Davi da Rosa.

Adrielly



125

Memória migratória, identidade e anticiganismo sob o olhar anarquista de Cláudio Domingos Iovanovitchi /

Migratory memory, identity and anti-gypsyism through the anarchist eyes of Cláudio Domingos Iovanovitchi

Memoria migratoria, identidad y antigitanismo bajo la mirada anarquista de Cláudio Domingos Iovanovitchi

 **Brigitte Grossmann Cairus**
Centro Universitário Leonardo da Vinci - Brasil
Indaial, Brasil
brigitte.cairus@uniasselvi.com.br

RESUMO

O elemento étnico cigano está presente no Brasil desde o início do período colonial. Não obstante este traço de legitimidade histórica no tecido social brasileiro, sua trajetória é marcada por matizes de intolerância, marginalidade e alteridade extremas, de caráter deletério. Décadas depois de afro-brasileiros e indígenas terem conquistado sanção oficial, o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva finalmente reconheceu os ciganos brasileiros como uma minoria importante do Brasil multicultural ao inaugurar o Dia Nacional do Cigano, em 2006. Mas a luta por direitos de cidadania e visibilidade étnica começou, através da agência cigana, anos antes, em finais da década de 1980. Através do emprego de uma abordagem mais fluída da história oral italiana contemporânea, este texto apresenta o depoimento do líder Rom Cláudio Iovanovitchi, presidente da Associação de Preservação da Cultura Cigana (APRECI) de Curitiba, Paraná desde 1995 e desbravador étnico político cigano em Brasília. Cláudio discorre acerca de suas memórias diaspóricas familiares; se preocupa com o fenômeno da globalização cultural; enxerga o nomadismo tanto como consequência da alteridade gerada pelo anticiganismo, bem como um viabilizador de novos caminhos e de novos encontros; analisa as disputas e políticas étnicas estabelecidas em Brasília e promove, através de sua memória familiar, uma reflexão acerca do silêncio acerca do *Porrajmos*, o holocausto cigano. A partir do olhar cigano, o depoimento oferece uma compreensão transnacional do anticiganismo, bem como uma elucidação acerca da historicidade das políticas étnicas ciganas nacionais, com suas devidas disputas entre ciganos e não ciganos em Brasília.

Palavras-chave: Ciganos; Holocausto Cigano; Memória; Identidade; Política Étnica.

ABSTRACT

The gypsy ethnic element has been present in Brazil since the beginning of the colonial period. Notwithstanding this trace of historical legitimacy in the Brazilian social fabric, its trajectory is marked by nuances of extreme intolerance, marginality, and otherness, of a deleterious character. Decades after Afro-Brazilians and Indigenous people gained official sanction, the government of President Luís Inácio Lula da Silva finally recognized Brazilian Roma as an important minority of multicultural Brazil by inaugurating National Gypsy Day in 2006. Nonetheless, the fight for rights of citizenship and ethnic visibility began, through the Gypsy agency, years earlier, in the late 1980s. With a more fluid approach to contemporary Italian oral history, this text presents the testimony of the Roma leader Cláudio Iovanovitchi, president of the Association of Preservation of Gypsy Culture (APRECI) from Curitiba, Paraná since 1995 and a gypsy ethnic political trailblazer in Brasília. In the testimony, Claudio narrates his family diasporic memories and his concerns on the phenomenon of cultural globalization. He understands nomadism as a consequence of the alterity generated by antiziganism, as well as an enabler of new paths and new encounters; he analyzes the ethnic disputes and policies established in Brasília and promotes, through his family memory, a reflection on the silence about Porrajmos, the gypsy holocaust. From the Gypsy perspective, the testimony offers a transnational understanding of antiziganism, as well as an elucidation of the historicity of national Gypsy ethnic policies, with their due disputes between Gypsies and non-Gypsies in Brasília.

Keywords: Roma; Gypsy Holocaust; Memory; Identity; Ethnic Politics.

RESUMEN

El elemento étnico gitano ha estado presente en Brasil desde el inicio del período colonial. No obstante, este rastro de legitimidad histórica en el tejido social brasileño, su trayectoria está marcada por matices de extrema intolerancia, marginalidad y alteridad, de carácter deletéreo. Décadas después de que los afrobrasileños e indígenas obtuvieran la sanción oficial, el gobierno del presidente Luís Inácio Lula da Silva finalmente reconoció a los gitanos brasileños como una minoría importante del Brasil multicultural al inaugurar el Día Nacional del Gitano en 2006. Pero la lucha por los derechos de ciudadanía y visibilidad étnica comenzó, a través de la agencia gitana, años antes, a fines de la década de 1980. Mediante el uso de un enfoque más fluido de la historia oral italiana contemporánea, este texto presenta el testimonio del líder Rom Cláudio Iovanovitchi, presidente de la Asociación para la Preservación de la Cultura Gitana (APRECI) de Curitiba, Paraná desde 1995 y pionero de la política étnica gitana en Brasilia. Claudio habla de los recuerdos diaspóricos de su familia; se preocupa por el fenómeno de la globalización cultural; ve el nomadismo como una consecuencia de la alteridad generada por el antigitanismo, así como como un facilitador de nuevos caminos y nuevos encuentros; analiza las disputas y políticas étnicas instauradas en Brasilia y promueve, a través de su memoria familiar, una reflexión sobre el silencio sobre Porrajmos, el holocausto gitano. Desde la perspectiva gitana, el testimonio ofrece una comprensión transnacional del antigitanismo, así como una elucidación de la historicidad de las políticas étnicas gitanas nacionales, con sus debidas disputas entre gitanos y no gitanos en Brasilia.

Palabras clave: Gitanos; Holocausto Gitano; Memoria; Identidad; Política Étnica.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil os zingáros encontraram um paiz propício as suas actividades. Aqui se fixaram, em diversos Estados, os de todas as origens. Os da Yugoslavia habitam de preferência Rio Grande do Sul, Bahia, Pará e Pernambuco; os da Rumania vivem em Sao Paulo; os da Grécia, nesta capital e no Estado do Rio. Porém, nos Estados mencionados e nos outros, de norte a sul, existem ainda numerosos núcleos que agrupam ciganos de várias procedências, como sejam da Albânia, da Sérvia, da Polônia, da Rússia, da Bulgária, da Hungria e etc. [sic passim] (China, 1936, p.299).

O Brasil recebeu, em sua maioria, dois grandes grupos de ciganos, os calons ibéricos e os roms extraibéricos, provindos da Europa Oriental. Os primeiros chegaram aqui já no século XVI, muitas vezes através do degredo para as colônias. Estes últimos migraram muito mais tarde, a partir de meados do século XIX. Além de calons e roms, chegaram aqui também pouquíssimos ciganos sintis, estes não chegaram a formar uma comunidade expressiva no Brasil (Moonen, 1999).

Os ciganos rom migraram, na virada do século passado, de diferentes regiões da Europa e, apesar de apresentarem uma identidade étnica cigana supranacional (Guimaraes, 2012, p.10), compartilham entre seus grupos mais de uma nacionalidade, incluindo a italiana, a tcheca, a romena, a húngara, a iugoslava, a russa e a grega. Devido aos laços transnacionais e as múltiplas diásporas e que uma família ou grupo cigano poderia sofrer durante o século dezenove e vinte, não era incomum terem mais de uma nacionalidade. Em “Memórias de um Cigano”, lemos um belo exemplo narrado pelo Rom Victor Vishnevsky, de etnia Lovara Russa, que nasceu em Shanghai, em 1931, possui cidadania iraniana e é residente no Brasil desde 1960 (Vishnevsky, 1999). Segundo Teixeira (2007), a maior parte dos ciganos Rom migraram para o Brasil no final do século XIX, juntamente com a primeira grande onda migratória de italianos, alemães, poloneses, russos, japoneses e gregos após a abolição da escravatura. A segunda onda migratória de europeus, em que se incluíam os roms, ocorreu durante a Era Vargas e a Segunda Guerra Mundial, período caracterizado pela campanha de nacionalização e pela construção de uma nova identidade brasileira marcada pela assimilação dos recém-chegados (Cairus, 2018). A imigração durante este período foi principalmente considerada como um elemento positivo, contribuindo de forma fundamental para a construção do mito do Brasil como o país do futuro. A partir de identidades hifenizadas, tais como nipo-brasileiros, ítalo-brasileiros, árabes-brasileiros, estes imigrantes adquiriram um status de distinção frente a outros brasileiros de origem indígena, colonial portuguesa e africana.

Em geral, os trabalhos escritos a respeito dos ciganos brasileiros foram feitos por antropólogos, a começar pela análise etnográfica de José de Oliveira China em 1936. Na virada do século Frans Moonen exerceu forte referência através de seu trabalho acerca dos ciganos calon no Município de Souza PB (1994) e com a introdução ao tema do anticiganismo no Brasil e na Europa (2011). Dentre os trabalhos mais recentes desta área, temos a teses etnográficas a respeito das identidades e sociabilidades dos calons no Estado de São Paulo, de Florência Ferrari (2010), dos calons “banqueiros” na Bahia, de Martin Fotta (2012), da memória e etnicidade dos calons em Sousa na Paraíba, de Maria Patrícia Lopes Godfarb (2013), e a pesquisa etnohistórica acerca do envolvimento dos ciganos calons no Rio de Janeiro desde o comércio de escravos à regulação de litígios, de Marco Antonio da Silva Mello, Felipe Berocan Veiga, Patrícia Brandão Couto e Mirian Alves de Souza (2009). Também de Marco Antonio da Silva Mello e Felipe Berocan, temos a importante análise a respeito do Dia Nacional dos Ciganos e de questões voltadas às políticas étnicas (2012). Igor Shimura (2017) fez também uma valiosa contribuição acerca dos meandros da ciganidade em sua dissertação em antropologia acerca da identidade cigana. Não podemos deixar de incluir também aqui a obra de antologia de ensaios de Ático Vilas-Boas da Mota (2004).

Dentre os trabalhos relevantes em história temos o artigo sobre os ciganos em Portugal e Brasil colônia de Bill Donovan (1992), a dissertação “Caminheiros do Destino” de Sonia Maria Ribeiro Simon Cavalcanti (1994) e o livro “Ciganos: História, Identidade e Cultura”, fruto da dissertação de Débora Soares Karpowicz (2018). A partir do trabalho de João Dornas Filho, “Os Ciganos de Minas Gerais”, de 1948, acerca das “correrias de ciganos”, ocorridas em Minas Gerais entre o final do século XVIII e o início do século XX, surgiram os trabalhos “Ciganos em Minas Gerais” de Rodrigo Correa Teixeira (2007) e “Os Ciganos nos Registros Policiais Mineiros” (1907-1920) de Cassi Ladi Reis Coutinho (2016). Recentemente recebemos, através da defesa da tese “Indesejáveis Necessários: Os ciganos degredados no Rio de Janeiro setecentista” a importante inserção de Natally Chris da Rocha Menini (2021) da problemática cigana na historiografia colonial brasileira.

A participação mais visível dos líderes ciganos no governo brasileiro teve início com a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada em 2005 e coroada com a criação do Dia Nacional do Cigano, comemorado pela primeira vez em 24 de maio de 2007, ambos os eventos em Brasília. Contudo, um importante passo para o desenvolvimento de políticas públicas nacionais voltadas aos ciganos foi dado poucos anos antes através dos debates da delegação brasileira na Conferência Mundial Contra o Racismo, realizada em 2001, em Durban, África do Sul, aonde temáticas ciganas foram inclusas. Como veremos mais adiante em seu relato, a agência do líder cigano Rom Cláudio Iovanovitchi junto a Jose Gregori, secretário de Direitos Humanos do Presidente Henrique Fernando Cardoso (1997-2001) em Brasília em 2000 foi crucial para a inclusão da questão cigana neste processo. Acerca da relevância da Conferência em Durban lemos na apresentação da coletânea de artigos do Ministério Público Federal intitulada “Povos Ciganos: direitos e instrumentos para a sua defesa”, que:

Durban impactou na formulação das políticas públicas brasileiras, tendo sido criada a Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (Seppir) em 2003. Desde então, os ciganos têm tido representação e participação em comitês governamentais, federal e estaduais.

No âmbito do Ministério Público Federal, a temática cigana tomou novo impulso a partir de 2012, quando a Associação Internacional Mayle Sara Kalí (AMSK), organização não governamental, - levou a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), reivindicações e demandas que repercutiriam sobre os ciganos do Brasil como um todo, a partir da atuação sobre comunidades ciganas individuais.

Também em 2012 a PFDC convidou o senador Paulo Paim para realizar audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Direitos das Minorias do Senado, a fim de promover debate com representantes das comunidades ciganas e autoridades governamentais federais e estaduais. Tal medida criou oportunidade para apresentação e discussão de projeto de lei, de iniciativa do senador Paim, e estabeleceu o Estatuto dos Povos Ciganos, reconhecendo e afirmando seus direitos econômicos, sociais e culturais.

A proposta está pendente de aprovação no Senado, antes da discussão e deliberação da Câmara dos Deputados (2020, p.11).

Poucos anos depois, em 2005, durante a primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e diante de uma forte presença negra, com contingentes árabes, judeus, indígenas e quilombolas, os ciganos finalmente puderam entrar em cena como partícipes oficiais do tecido étnico brasileiro. “Somos a minoria das minorias, o elo mais fraco da corrente”, disse o líder cigano curitibano Cláudio Domingos Iovanovitch, ex-integrante da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e presidente da Associação de Preservação da Cultura Cigana do Paraná (Apreci/PR).

Neste texto, iremos trazer à tona o depoimento oral deste líder Rom, e analisar sobretudo as suas memórias imigratórias familiares, questões voltadas à identidade cigana e ponderações em relação ao fenômeno do anticiganismo no Brasil.

2. METODOLOGIA

A História Oral contribui significativamente para o acesso aos significados da memória através de narrativas orais e sugere pistas que evidenciam fenômenos sociais e culturais. Durante o desenvolvimento da pesquisa de doutorado, realizada a partir de 2007, através da análise biográfica de líderes ciganos brasileiros e de outros depoentes, buscou-se compreender como que os ciganos brasileiros contemporâneos lembram e identificam-se com as experiências de seus antepassados acerca da migração para a América Latina como refugiados e a discriminação persistente em sua nova pátria. Este trabalho visou identificar qualquer memória que estes ciganos Roms pudessem ter do Holocausto.

Com base na historiografia do tempo presente, exploramos como os ciganos da Europa de Leste ou Roms definem a sua posição dentro da identidade nacional brasileira em relação a outros imigrantes europeus e não europeus. Examinamos como eles se mobilizaram e pressionaram por apoio político, visibilidade e direitos de cidadania. Os Roms brasileiros percebem a si mesmos como pessoas diferentes e continuam a manter uma identidade baseada na linguagem (Romanie), mitos, valores, crenças, símbolos e clãs e laços de parentesco dentro e fora do Brasil. Também analisarei o etos do nomadismo, que persiste apesar do fato de muitos terem adquirido propriedade privada e negócios em centros urbanos.

Este texto traz o testemunho gravado do líder e ativista cigano Cláudio Iovanovitchi de Curitiba, Paraná, que na época foi escolhido, junto a outros líderes, de acordo com critérios específicos de liderança, afiliação ou representação étnica e distribuição geográfica.

Diante das dificuldades em entrevistar os ciganos das comunidades romanes, as entrevistas foram desenvolvidas somente com líderes e pessoas envolvidas fortemente com a causa cigana no Brasil no Sudeste e Sul. Pela constante discriminação sofrida, eles tendem a ser muito suspeitosos de pesquisadores e de jornalistas e, geralmente, não estão muito motivados para compartilhar e divulgar as suas tradições, menos ainda entre os *gadjes*, ou não ciganos. Ao mesmo tempo, a seleção foi determinada pela representatividade de suas respostas em determinados tópicos, tais como identidade, migração, políticas étnicas e anticiganismo. Sob influência teórico-metodológica de Portelli e mais distante do cânone objetivo e empírico, optamos em não utilizar um roteiro pré-determinado para a entrevista, a fim de facilitar o trabalho com as palavras, a memória, a narração, em direção à subjetividade (Portelli, 1988, p.192).

A tradição oral, a ciganidade e os fenômenos voltados ao histórico de imigração, representação e anticiganismo no Sudeste e Sul do Brasil são definidas por essas experiências, significados e valores; já que não foram capazes de se expressar em termos da cultura dominante, permaneceram como sedimentos na memória, formando um universo rico que se revela através da oralidade. Essa entrevista sugere pistas e traços e dão indicações dos complexos padrões culturais que tentamos desvendar através da escrita de uma história dos ciganos no tempo presente.

Através do estudo dos usos do passado na História do Tempo Presente, a História Oral adquiriu uma nova força, que pode ser identificada a partir a obra *Les lieux de mémoire*, de Pierre Nora, onde ele propõe uma nova história das políticas de memória e uma história das memórias coletivas da França. Nasce, a partir de uma redefinição do uso do passado pelo presente, uma valorização de uma história das representações, do imaginário social uma reavaliação das relações entre história e memória. Esta nova relação entre história e memória possibilitou a aceitação do uso da subjetividade dos testemunhos orais como fonte adicional de pesquisa (Pollak, 1993).

De modo geral, notamos que há duas linhas ou abordagens de trabalho na história oral. Enquanto uma tende a utilizar os testemunhos orais como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas, a outra tende a privilegiar o estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história, buscando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado (Ferreira, 2002, p. 327).

Para este trabalho em particular, que lida com memórias de ciganos Roms cuja historiografia encontra-se carente, escolhemos a segunda proposta, onde os relatos trazem dados inéditos e imprescindíveis. A subjetividade e as eventuais deformações do depoimento oral não são vistas como elementos defeituosos ou mesmo negativos para o uso da história oral, mas como recursos enriquecidos de camadas significativas. Neste sentido, essa pesquisa se identificou com o aporte metodológico dos historiadores italianos Alessandro Portelli e Luisa Passerini.

No caso de Alessandro Portelli, revisitado pelo trabalho de Jorge Lozano acerca da história oral, memória biográfica, a comunicação e o processo de escrita (Lozano, 2012), ele enfatizou que um dos objetivos da história oral era encontrar a verdade na narração, ou o que ele chamava de maneira mais poética “a verdade do coração humano” (Portelli, 1988).

A busca da verdade não foi o objetivo final ambicioso da história oral, como o especialista italiano a entendeu; ele não se importou em descobrir se tais experiências eram fiéis aos fatos da “realidade”, comprovadas e verificadas. O que era interessante era algo mais complexo, mais útil e mais impreciso: a própria visão e versão da pessoa sobre os fatos. Sua própria “verdade” manifestada em suas narrações autobiográficas. Portelli disse que “em vez de coletar verdade, realidade, o que foi vivido, questões de experiência, o caráter imediato do testemunho; nós compilamos mediações, interpretações, representações, mistificações, memórias, impressões, erros, mentiras. Apenas palavras ...” (Portelli, 1988, p.192). Compreendemos, portanto, que esta mudança de paradigma de percepção produziu uma virada na prática e na reflexão sobre a história oral nas últimas décadas. Cada vez mais distantes do cânone objetivo e empírico, cada vez mais direcionados para o trabalho com as palavras, a memória, a narração, em suma, em direção à subjetividade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a estadia em Curitiba (Paraná, Brasil) no dia 31 de julho de 2008, essa entrevista foi concedida na casa do Rom Matchuwaia Claudio Domingos Iovanovitchi, presidente da Associação de Preservação da Cultura Cigana (Apreci) e de sua esposa Neiva Camargo. Claudio Iovanovitchi exerce uma liderança ativista ao mesmo tempo que se dedica à uma carreira como artista. Claudio e Neiva Camargo dirigem e atuam em peças de teatro infantil, muitas delas a respeito de lendas e histórias ciganas que são apresentadas para o público escolar na rede municipal e estadual em Curitiba.

Assim, ao mesmo tempo que Claudio se empenha politicamente em conquistar maiores direitos de cidadania aos ciganos, ele tem também uma preocupação voltada à educação, tanto dos ciganos como a dos gadjés em relação ao universo cigano. Seu depoimento, integrou a tese de doutorado em história acerca dos ciganos Roms brasileiros de Cairus (2019), iniciou assim:

Claudio Domingos Iovanovitchi (CI): Bom, meu nome é Claudio Domingos Iovanovitchi, sou descendente de cigano de origem Bósnia, lado materno, e lado paterno Rússia e que chegaram ao Brasil entre Primeira e Segunda Guerra, tanto um lado quanto o outro, expulsos da Bósnia que tenho mais informação, é ..., Marechal Tito entre Primeira e Segunda Guerra lá da Iugoslávia. E minha vó materna morava em Belgrado. *Basika Ulcha* número 14, isso eu lembro bem que deu até o endereço. E de lá pra cá nessa onda migratória entre Primeira e Segunda Guerra a família russa

também expulsos porque não tinham... não eram retirantes econômicos como são os imigrantes nordestinos hoje, que eles migram pela falta de tudo, lá a condição na Rússia não era boa na época, mas muito pior dos ciganos. Então o meu avô errou o navio, o meu avô da Rússia ele ia para o Canadá, América, América e veio parar nesta América ((risos)), foi pior do que aquele pênalti que nos tirou da Copa que o Zico errou o pênalti. Então ele fez o mais difícil: conseguiu fugir, conseguiu, né? E errou o navio e veio parar aqui. E aí minha outra família da Bósnia também se encontraram aqui no Brasil em grandes guetos na cidade de São Paulo, chamavam de cortiços e eram várias moradias. E os ciganos sem... isso juventude, eu falo entre 14, 15 anos. Essa leva migratória aonde subiram no navio 14 dias e noites e ninguém sabia onde ia e foram gentilmente convidados “ou vai ou morre” então essa foi a situação. E dentre 1 mil pessoas tinha 50 ciganos, mas naquele navio era a maior concentração de ciganos por metro quadrado naquele...

BG: Esse navio saiu da onde?

CI: Um da Rússia e outro da Iugoslávia, vários.

BG: Vários?

CI: Vários saíram e se encontraram aqui. E uma grande leva de ciganos ouviam...

BG: Os seus avós se encontraram aqui? Não entendi.

CI: Sim, meus avós se encontraram todos em São Paulo as famílias...

BG: Então assim um lado veio de um navio...

CI: Não, eles saíram de lá casados.

BG: Ah eles saíram de lá casados?

CI: Casados porque casa com 12, 13, 14 anos, você já deve saber disso, né?

BG: Sim, aham (Iovanovitchi, 2008).

A memória familiar de Claudio vem em camadas, plenas de significado. Por parte materna sua família seria de origem Bósnia e por parte paterna da Rússia. Em relação a sua avó materna, que morava em Belgrado, atual Sérvia, Claudio herdou até a memória do endereço, *Basika Ulcha* número 14, o que talvez possa indicar que parte de sua família já não era nômade. Claudio cita o impacto da política de Josip Broz Tito, primeiro presidente da Iugoslávia em 1953, no histórico de sua família, mas sem maiores detalhes. Isso pode indicar que a migração de seus avós se deu após a segunda guerra, e não entre guerras, como narrado anteriormente por Claudio. Interessante notar que o discurso de “erro” de navios, é comum por exemplo, em histórias narradas por refugiados judeus, durante a segunda guerra (Cairus, 2007). Como explicamos antes, havia várias rotas de fuga e de migração para judeus e ciganos a partir da Europa nesta época, e os destinos principais eram a América do Norte ou a do Sul. Para muitos europeus na época, a tal da “América” seria apenas aquela terra idealizada e representada pelos Estados Unidos.

CI: Então e aí as famílias se mantinham juntas por proteção e faziam... e por serem iguais, né? Mesmo que eu seja daqui e ir pro Cazaquistão eu vou achar um cigano que fala minha língua, que come minha comida e dança minha música, enfim, nós somos globalizados da cultura, né? Essa globalização onde o grande carro-chefe é o econômico é a desgraça do diferente então as pessoas comem o mesmo sanduíche, cheiram o mesmo perfume, veste o mesmo tênis para ganhar mais dinheiro, só por isso, essa globalização vem nesse... e essa globalização é a desgraça do diferente que não quer comer o mesmo sanduíche, que não quer vestir o tênis. Então ele fica fora de todo esse processo de uniformização, deve ser essa a palavra. Então todos, né, no mundo... e hoje querem... há 50 anos atrás éramos 50 países, hoje são 150 me parece só na Fifa, filiar da Fifa que joga futebol tem 150. Então veja como o mundo se fechou, né? E nós não somos de lugar nenhum ou de todos os lugares, enfim, essa coisa cria... né? Porque em todos os países do Leste Europeu que hoje estão com problemas econômicos, graças aos ciganos, né? ((risos)) Sem nenhum centavo qualquer os miseráveis, chegam a interferir no processo econômico da comunidade europeia porque tem países lá que não conseguem adentrar na comunidade europeia

por causa dos ciganos, né? Porque como é que vai abrir fronteira praquele bando de miseráveis, não dá.

BG: A Romênia entrou, não?

Cl: Entraram nessa ainda, vai ter que dar um jeito. Ou acerta a situação dos ciganos, senão não entra na comunidade europeia, ou vão matar a todos como já fizeram. Então essa é a grande preocupação que a gente tem, a gente vê notícias da Itália aonde aparece o genocídio de novo, os guetos criados, os vários impedimentos que criam para os ciganos (Iovanovitchi, 2008).

A globalização é avaliada por Claudio de duas formas, positiva quando se aplica ao contexto cultural e tradicional cigano de longa duração, mas negativa no contexto econômico moderno ligado às tendências de consumo (de americanização) e de mentalidade uniformizada, que excluem os ciganos, por serem “diferentes”. Esta percepção acurada de Claudio fica explícita quando ele diz que a “globalização é a desgraça do diferente que não quer comer o mesmo sanduiche, que não quer vestir o tênis. Então ele fica fora de todo esse processo de uniformização”.

Se prestarmos atenção à fala de Claudio Iovanovitchi, notamos que, em realidade, ele se preocupa com o fenômeno da globalização cultural relacionada à dinâmica cigana. Muitas das primeiras respostas críticas à globalização cultural, no século passado, foram formuladas em termos de uma suposta ameaça à diversidade cultural. Segundo John Tomlinson, professor de sociologia cultural e diretor do instituto de análise cultural em Nottingham, Inglaterra, havia uma estrutura crítica pronta para isso nas ideias do imperialismo cultural e da americanização que estiveram em torno de uma forma ou de outra por metade do século XX (Tomlinson, 1991). Mas na atualidade, não existe mais a ideia de que a globalização é um processo de imperialismo cultural.

De qualquer modo, notamos que a narrativa problematizada de Claudio é relevante na medida em que ele se preocupa com esta nova percepção do fenômeno cultural da globalização, em relação sobretudo à durabilidade e à continuidade da cultura cigana. Se utilizarmos, portanto, do aporte teórico de Tomlinson a respeito da globalização cultural, podemos compreender melhor como que as tradições ciganas estão sendo reavivadas durante a nossa contemporaneidade local, dentro de um *locus* brasileiro, repleto de negociações culturais em fluxo.

A entrevista prossegue com relatos a respeito de como, uma vez no Brasil, parte da família de Claudio teria se deslocado para o Rio Grande do Sul e Paraná, e como seu avô fez a opção de se tornar sedentário:

Cl: Porque... e aí eles chegaram aqui e muitos ciganos, uma grande leva foram para o Rio Grande do Sul porque vinham com italianos, com gente que já tinha aqui alguém e que falava “Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul” e eles foram.

BG: Tem muitos roms no Rio Grande do Sul.

Cl: Sim, tem muito. É, dispersa é uma das maiores colônias é no Rio Grande, não num lugar só, mas em todo estado é muito grande.

BG: Muito legal, interessante isso, né?

Cl: Mas vindo como acompanhar a todos, né? E daí meu avô teve meu pai e vindo pra cá ele acabou... ele não aguentava mais, falou “não quero mais essa vida”.

BG: Quem? Seu avô?

Cl: Meu avô. E daí já minha mãe e meu pai casados e daí meu avô parou aqui “não vou mais”, certo? E aí ele passou de nômade a construtor porque todos os ciganinhos têm seus baús de ouro, né? De joias, de família, enfim. Aí ele disse uma vez pra minha vó “vó, por que que nós gostamos de ouro?” ((risos)) ela falou, “é claro, você tem um baú cheio lá, o que que você vai fazer com isso? Abra uma loja, faça alguma coisa com isso” “não, quando nos persegue, pega o baú e foge, é dinheiro em qualquer

lugar do mundo, só por isso” então são fortunas portáteis que os ciganos levam. E aí isso em forma de brinco, de dente, enfim, né? O judeu foi mais esperto, ele inventou o salto de sapato falso e daí encheu de brilhante, quer dizer, muito menor e muito maior no valor, né? Então isso... e aí disse “vó, por que que somos nômaes?” “Nós gostamos do nomadismo, o estrela é meu não sei o que, essa poesia besta que foram feitas por não ciganos pra justificar o nosso nomadismo?” Tipo, eles não querem ficar, eles são filhos do vento e essas coisas” “não” ela disse “isso aconteceu com o faça-o caminhar. “Você não pode ficar aqui, vá pra lá”, isso há 4 mil anos. E hoje, hoje com palavras é difícil, hoje não consegue. Então isso não é assim... porque dizem que “cigano bom é cigano longe de mim”. E todos pensando assim é “cigano longe de todo mundo”, essa é a razão do nomadismo porque se voltar na história, no início, lá atrás éramos todos nômaes, todos os povos eram nômaes, lá 5 milhões pra trás. E daí o cara pôs uma semente no chão e viu que aquilo cresceu, aí deu sentido de posse e daí ele falou “isso aqui é meu”, né? E aí veja “você não pode ficar aqui” e assim foi indo... porque pra nós terra é só caminho e passagem, forma de encontrar o outro, a terra proporciona a arte do encontro, isso é cigano, né? Então é uma forma poética de explicar o porquê que eu não posso ficar (Iovanovitchi, 2008).

Claudio menciona primeiramente o judeu como um agente paralelo identitário em estratégia de sobrevivência diaspórica. Ao longo da entrevista ficará mais clara a sua identificação cultural e política com judeus e árabes. Ao mesmo tempo, Claudio não usa de qualquer subterfúgio romântico para defender o nomadismo. Segundo ele, é uma necessidade intrínseca do cigano pelo preconceito que sofre. Um mal necessário. Apesar de taxativo, defende, no que tange a legitimação das origens do nomadismo e do sedentarianismo, uma tese que parte da narrativa bíblica de Caim e Abel.

Talvez uma das grandes dádivas da dinâmica cigana em terras brasileiras, seja que, ao contrário de alhures, Abel ainda não tenha sido morto por Caim. Mas apesar do pragmatismo, Claudio não se furta de uma narrativa poética ao dizer que “para nós a terra é só caminho e passagem, forma de encontrar o outro, a terra proporciona a arte do encontro”. Para ele então o nomadismo seria ao mesmo tempo uma consequência da alteridade gerada pelo anticiganismo bem como um viabilizador de novos caminhos e de novos encontros.

BG: Mas assim o senhor acha que é uma necessidade e é também uma busca de uma riqueza cultural o fato de caminhar? Como é que o senhor vê essa coisa dessa necessidade? Qual que é o âmago disso? Do nomadismo.

Cl: Eles... veja, então vou entrar na cigana. Imagine uma cigana analfabeta, suja, e que... você estudou aqui no Brasil? Estudou, né?

BG: Sim. Fiz faculdade...

Cl: Fez faculdade? Você tem memória do Sargento de Milícias? Página 57 “uma noite fora de casa, dos imigrados de Portugal vinham também para o Brasil a praga dos ciganos, gente ociosa de poucos escrúpulos, bandidos, vândalos, assaltantes e ladrões. Da sua cultura que muito se fala deixaram lá na outra banda do oceano, pra cá só trouxeram velhacarias e maus hábitos”. Isto é um livro obrigatório na usina do conhecimento, eles lançam 10 livros, dos 10 quatro obrigatórios, dentre os quatro obrigatórios esse. Então a criança cresce, o cigano cresce “cuidado com o boi Tatá, com o nasci Pererê, com a Mula sem cabeça e com a cigana que rouba criança, cuidado”. A criança cresce, daí vai fazer faculdade, daí vai ler obrigatoriamente Memória do Sargento de Milícias. Daí vê as tendas na rua, ele busca no seu intelecto “o que que eu tenho de informação desse povo? Roubam crianças, bandido” isso. Isso exclui, né? Então nossa grande e única política pública é geração de conhecimento, dizer quem somos, como pensamos, no que acreditamos, histórias bonitas, né? Porque história feia tá... as páginas policiais estão “a cigana fez isso, a cigana fez aquilo” seria como se eu falasse “quatro negros assaltaram o banco” eu seria preso por preconceito, né? Porque as pessoas tem nome, né? Então essas coisas é que

me deixam indignado porque nós somos só um sonho, um sonho não, pesadelo, né? Então isso... a necessidade urgente de primeiro: se fazer conhecer. E mais: para o governo entender o outro, se colocar no lugar do outro porque senão não consegue avançar, né? (Iovanovitchi, 2008).

Segundo Florência Ferrari, o mapeamento do imaginário através da literatura “é uma maneira poderosa de mostrar como foi se criando, e a força que resultou ter, um determinado conjunto de ideias sobre os ciganos, por meio das quais o Ocidente continua operando até os dias atuais no cotidiano com eles” (Ferrari, 2006, p. 88). Para Ferrari, o cigano pode ser entendido, em *Memória do Sargento de Milícias* como um *trickster*, a partir dialética da ordem/desordem, da influência do imaginário inquisitorial e da imagem das relações de comércio entre brasileiros e ciganos através de artimanhas e enganos (Ferrari, 2006, p. 86).

A imagem fixa do cigano como o estrangeiro, no limite da fronteira (Ferrari, 2006, p. 81) foi e continua sendo construída no imaginário ocidental num processo de longa duração. Esse processo repetitivo faz parte da máquina que engendra o anticiganismo historicamente, através de mitos sociais e culturais. Os estereótipos e clichês que formam a ideologia do anticiganismo não consistem apenas em estereótipos humilhantes e negativos, mas incluem também aspectos positivos, românticos e estereótipos exotizantes. Mais importante, como os seus correspondentes negativos, esses estereótipos românticos também são entendidos como características que são diferentes das da “maioria” auto descrita. O clichê romântico da “cigana trajada com rendas e fitas”, com “cordão de ouro ao pescoço” incorpora a mesma mensagem social que a imagem negativa de ciganos “ociosos e de poucos escrúpulos”, como narrado na obra de Manuel Antônio de Almeida, no final do século dezenove. Ambos os clichês apoiam a ideia de que “eles” não ganham a vida como “nós fazemos”, isto é, através do trabalho duro. Como o clichê “positivo” tem resultados igualmente prejudiciais, a conscientização sobre os estereótipos anticiganos, como defende Claudio Iovanovitchi, não visa alertar apenas para as percepções negativas dos ciganos e de outros grupos, mas deve abordar também os efeitos perniciosos de considerar grupos e indivíduos através de lentes de imagens preconcebidas do grupo, sejam estas imagens exóticas ou românticas (Alliance Against Antigypsyism, 2016, p. 11).

Proseguimos agora com outro tema, acerca da construção dos caminhos das políticas étnicas junto ao poder público brasileiro. Cláudio Iovanovitchi foi um líder Rom de vanguarda em sua atuação junto à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), órgão do Poder Executivo do Brasil desde 2003. Neste sentido, Iovanovitchi elucida que:

Cl: Dentre as várias e diversas políticas públicas que eu encaminhei numa luta insana e inglória a este governo indecente, né, que digo que a Seppir foi uma fraude – vou chegar lá -. Bom, então, vai ter que voltar um pouquinho. Quando meu avô parou aqui, aqui em Curitiba, os amigos dele vinham visitar, transitando, vendendo coisas e vinham visitá-lo. Daí tinha uma festa na casa dele e a polícia ia lá e cortava as tendas “ame mais os ciganos”. O meu avô que já morava há muito tempo aqui, tinha o amigo, o chefe de polícia, essas coisas, era bem relacionado, ele conseguiu interferir pessoalmente nessas coisas “não, são os meus parentes, deixa os barracos aí”. Daí o meu pai, os filhos daqueles vinham visitar meu pai e os filhos dos filhos hoje vêm me visitar. Então por isso que Curitiba se tornou um polo de ciganos. Porque aqui não se põe a mão em tenda, aqui cai o secretário de segurança pública se pôr a mão numa tenda cigana. É isso que a gente conseguiu através de uma... aí tinha um... tinha um deputado árabe amigo dos ciganos, do meu pai inclusive, e que era respeitado que ele foi caçado (não era nada), então as pessoas abandonaram ele, os não ciganos “ah ele é caçado, ele é não sei o que” e ele era muito bem-vindo no meio dos ciganos. E depois... Aníbal Khury, o nome dele, que Deus o tenha, foi dentro da assembleia legislativa ele olhou e disse “não, nós vamos resolver isso, o senhor vai fazer uma

associação, é assim e assado. Faça assim associação, utilidade pública...”

BG: Quando isso?

CI: 95. E aí fiz, chamei alguns ciganos de Curitiba “ó, vamos fazer uma entidade aí representativa...”. E aí a gente começou encontro com os delegados “ó, quando tiver cigano essa entidade, vamos ver se é cigano mesmo” porque tem muita gente que não é cigano e tá embaixo da tenda. Então é isso que a gente conseguiu: o respeito. Se não for respeito eu troco por medo, sei lá...

BG: Mas essa foi a fundação da Apreci?

CI: Da Apreci Paraná. Ela é nacional porque não tem outra.

BG: Ela nasceu na verdade... ela nasceu primeiro aqui?

CI: Primeiro aqui.

BG: E depois em São Paulo?

CI: Depois em São Paulo. Até por uma interferência minha pessoal e do Farde, eu falei “Farde, você é um acadêmico de Direito, você é uma elite privilegiada, você tem que olhar pelos que estão debaixo da ponte porque se você não fizer ninguém vai fazer”. Porque quando você bate forte mesmo com o sangue cigano você perde os amigos e isso eu não tenho nenhum problema. Então daí Miriam sempre atuou não enquanto direitos humanos e sim enquanto misticismo que eu não defendo, isso eu num... minha fé ainda não inventou, falta, tudo que tá aí não me contenta. Então... como é que eu vou te explicar? Claro que não sou ateu, mas a minha não tá ainda, não tenho tempo, ainda falta fazer, né? E aí quando a gente começou buscar, eu não quero transformar... aí a gente percebeu que a luta é maior do que os limites de Curitiba. Aí subimos ali no estadual “olha, temos isso e aquilo...” ‘lalala’. Aí a prefeitura de Curitiba não vai apoiar ciganos nômades porque eles passam, se eles são de (outra cidade), né? No voto, né? E aí a nível estadual, “ah, mas como é que eu vou ajudar o cigano daqui? E se ele for de São Paulo?” (...) “então eu também não vou ajudar” eu digo, “mas pô, mas só porque passa a fronteira do Rio aí não ajuda?” “Não” (Iovanovitchi, 2008).

A partir deste relato compreendemos que a Apreci, Associação de Preservação da Cultura Cigana foi fundada em Curitiba, Paraná, em 1995 com o apoio político de Anibal Khury e que a Apreci de São Paulo, liderada pelo advogado Farde Iovanovitchi é ligada à aquela. Uma vez fundada a associação Claudio percebeu que seu ativismo teria que ir para além das fronteiras do estado do Paraná. Claudio deixa aqui clara a sua posição frente a atuação política de Mirian Stanescon, quando diz não concordar com sua atuação político religiosa. Ele prossegue:

CI: Aí sentimos que a briga é nacional e aí eu tinha uma visão do Sul do Brasil; Norte e Nordeste é 500 vezes pior, não se compara. A fome e a desgraça é muito maior porque todas as políticas públicas como o cartão da fome eterna, você sabe o que é, né? Esse cartão aí que sustenta vadios, né?

BG: Esse da iniciativa do Lula?

CI: Do Lula. Isso é... não tem, nem isso os ciganos têm, porque não tem CEP. Então você tem que ter CEP, uma carteira assinada, um trabalho que daí você ganha esse cartão, senão não. Você tem que ter um título de eleitor, ser eleitor do Lula, entendeu? Senão você não ganha, essas coisas. E nenhuma política pública atinge os ciganos. Daí num olhar mais... mais profundo eu senti que não são só os ciganos, os circos estão nessa situação, os parques estão nessa situação porque são povos nômades. Então as pessoas não conseguem criar política pública para povos nômades, e é isso que eu tento buscar. Por exemplo, eu não preciso do governo, minha neta estuda numa escola particular, eu pago Unimed, meu plano de saúde, e tenho o guarda na minha porta, então eu quero que o governo feche. ((risos)) Eu sou anarquista, graças a Deus eu mando em mim, né? 25 anos de trabalho, não tenho um minuto de carteira assinada e nem quero, ninguém manda em mim e se mandar eu não obedeço, é isso. Esse é o espírito, não tenho patrão (Iovanovitchi, 2008).

Claudio Iovanovitchi apresenta uma personalidade singular, no que tange a sua destreza aliada à um humor afiado e irônico. Ele expressa suas ideias diretamente, sem rodeios e faz questão de expressar sua identidade anarquista. Através desta estratégia carismática, ele é capaz de fazer alianças mesmo com aqueles quem por ele foram duramente criticados. E foi assim, através de Jose Gregori, que Claudio conseguiu incluir propostas para os ciganos no Plano Nacional de Direitos Humanos, apresentado na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban, África do Sul em 2001:

CI: E aí a gente sentiu que nossa, quando criaram a Seppir por causa de Durban que aconteceu em 2001 na África do Sul, aconteceu uma conferência sobre racismo, todas as formas de discriminação. E eu naquele momento, às minhas custas, fui falar com José Gregóri, que era secretário de direitos humanos. Lançaram o PNDH I, Plano Nacional de Direitos Humanos um. Aí mandei propostas, não foram incorporadas. Aí me emputeci, peguei o avião e fui pra Brasília, digo “escuta, e aí?” Seu Gregori “ah Claudio, eu não conheço a questão cigana no Brasil”. Eu digo “que pena secretário, a sua cadeira exige. Ou o senhor é muito incompetente ou o senhor é mal-intencionado”.

“Então tem que escolher”. Aí ele levantou ((risos)) “o que é isso?” “A sua cadeira exige isso e eu mandei as propostas e não incorporaram por quê? Se eu sair daqui e for ao Ministério Público, direitos do cidadão eu vou dar queixa de quem? Da USP que fez? Da gráfica que imprimiu errado? De quem? Do senhor? De quem que eu vou dar queixa?” “O senhor quer um café?” Digo “não, não quero não. Eu quero cinco propostas”. Saiu o PNDH II alguns meses depois...

BG: PNH...

CI: PNDH, Plano Nacional de Direitos Humanos, tá no site. PNDH I e II. No dois saíram as propostas.

BG: É Plano Nacional de Direitos Humanos?

CI: Um e dois, um não tava, no dois tá lá.

BG: No dois saiu dos ciganos?

CI: É. Aí nesse momento não tinha Miriam...

BG: Isso foi quando?

CI: Foi 2000, final do governo FHC.

BG: Ah final. Porque o FHC teve, né...

CI: Sim, sim. Daí foram pra Durban com as minhas propostas. Não me deram crachá, nem avião, nem nada. Eu até sugeri pra mim pagar minha passagem, meu hotel eu dormia ao relento, não tinha problema, enfim, mas não me deram. Agora o bicho ficar lá fora xingando também não adianta. Eu criei minha comitiva, não fui, mas justiça seja feita pra José Gregori que foi o único país do planeta à falar na conferência de Durban oficialmente sobre o cigano.

BG: É mesmo?

CI: Foi o único país. Claro que tinha entidades ciganas lá fora tocando fogo no mundo, xingando Deus e o mundo, mas oficialmente dentro da conferência foi o Brasil, numa proposta minha, solitária. Então aí por causa de Durban o Brasil tem que mandar relatórios, né, pra ver como é que estão implementando isso e aí cobraram o Brasil, eles fizeram a Seppir, Secretaria Especial de Política de Promoção de Igualdade Racional. E eu tô vendo aquilo que tá “não, Seppir...”

BG: Mas o Seppir então foi criado como uma resposta pra essa coisa de Durban?

CI: Sim, até porque o documento tem força vinculante e o Brasil é signatário. E este documento de Durban tem força de Constituição então o Brasil tem que cumprir sob pena de sofrer penalidade.

BG: Então foi uma coisa independente do governo Lula nesse sentido? Porque tava num momento de transição política.

CI: Por isso que eu te digo que foi uma fraude “o Brasil tem que fazer” não é assim “o Lula foi”. Só que o governo FHC acabou, entende, então eu não vejo quem tá no governo, eu vejo o estado brasileiro que continua.

E o pior que eles sabem que eu sei disso, por isso que me odeiam, esse governo indecente. Então porque quando eles começaram com a pompa e glória eu digo “não, foi FHC gente, não é aí, não se iludam”. Porque eu via que os coitados não sabem disso, não acompanharam “ah o governo Lula fez” claro que fez, é obrigado a fazer (Iovanovitchi, 2008).

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) é um programa do Governo Federal do Brasil, e foi criado, com base no art. 84, inciso IV, da Constituição, pelo Decreto nº 1904 de 13 de maio de 1996. Já existem três versões do PNDH. As versões I e II foram publicadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e a última, ou PNDH III, foi publicada no final de 2009, no governo de Luiz Inácio da Silva. O PNDH incorpora ações específicas no campo da garantia do direito à educação, à saúde, à previdência e assistência social, ao trabalho, à moradia, a um meio ambiente saudável, à alimentação, à cultura e ao lazer, assim como propostas voltadas para a educação e sensibilização de toda a sociedade brasileira com vistas à construção e consolidação de uma cultura de respeito aos direitos humanos. No PNDH II, ao qual Cláudio se refere, contém as seguintes propostas para o povo cigano:

Ciganos

259. Promover e proteger os direitos humanos e liberdades fundamentais dos ciganos.
260. Apoiar a realização de estudos e pesquisas sobre a história, cultura e tradições da comunidade cigana.
261. Apoiar projetos educativos que levem em consideração as necessidades especiais das crianças e adolescentes ciganos, bem como estimular a revisão de documentos, dicionários e livros escolares que contenham estereótipos depreciativos com respeito aos ciganos.
262. Apoiar a realização de estudos para a criação de cooperativas de trabalho para ciganos.
263. Estimular e apoiar as municipalidades nas quais se identifica a presença de comunidades ciganas com vistas ao estabelecimento de áreas de acampamento dotadas de infraestrutura e condições necessárias.
264. Sensibilizar as comunidades ciganas para a necessidade de realizar o registro de nascimento dos filhos, assim como apoiar medidas destinadas a garantir o direito ao registro de nascimento gratuito para as crianças ciganas. (Ministério Público Federal, 1996, p.20).

Vemos que as propostas para as comunidades ciganas no PNDH II promovem e garantem direitos humanos e de cidadania básicos e essenciais, como registro de nascimento, e apoiam a formação de estudos sobre a história, cultura e tradição cigana. Já em relação a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban, África do Sul em 2001, através do auxílio de Cláudio Iovanovitchi, as propostas já foram mais voltadas às especificidades dos ciganos (Roma, Sinti e Nômades) e voltadas ao direito da educação e ao combate do anticiganismo:

Vítimas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata

68. Reconhecemos com grande preocupação as manifestações de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata em curso, incluindo a violência contra os Roma,

Ciganos, Sinti e Nômades; e reconhecemos a necessidade de se desenvolverem políticas eficazes e mecanismos de implementação para o pleno alcance da igualdade;

39. Convoca os Estados a assegurarem que as crianças e os jovens Roma, Ciganos, Sinti e Nômades, especialmente as meninas, recebam igual acesso à educação e que o currículo educacional em todos os níveis, incluindo os programas complementares de educação intercultural, possam, inter alia, incluir oportunidades para que eles aprendam o idioma oficial no período pré-escolar; e a contratarem professores e assistentes de classe Roma, Ciganos, Sinti, e Nômades com o intuito de que estas crianças e estes jovens aprendam em sua língua materna, respondendo às suas necessidades;

40. Incentiva os Estados a adotarem políticas e medidas adequadas e concretas, a desenvolverem a implementação de mecanismos onde eles ainda não existam e a trocar experiências em cooperação com representantes Roma, Ciganos, Sinti, e Nômades, com o intuito de erradicar a discriminação contra eles, permitindo-os alcançar a igualdade e assegurar o pleno gozo de todos os seus direitos humanos, como recomendado no caso dos Roma pelo Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial em sua Recomendação Geral XXVII, com o objetivo de atender às suas necessidades;

41. Recomenda que as organizações intergovernamentais enfoquem em seus projetos de cooperação com a assistência de vários Estados, a situação das comunidades Roma, Ciganos, Sinti e Nômades e promovam seu avanço econômico, social e cultural;

42. Convoca os Estados e incentiva as organizações não-governamentais a aumentarem a conscientização sobre racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata vivenciadas pelos Roma, Ciganos, Sinti e Nômades e a promoverem o conhecimento e o respeito pela sua cultura e história;

43. Incentiva a mídia a promover o igual acesso e a participação nos meios de comunicação dos Roma, Ciganos, Sinti e Nômades, assim como a protegê-los das reportagens racistas, estereotipadas e discriminatórias, e convoca os Estados a facilitarem os esforços midiáticos neste sentido;

44. Convida os Estados a desenharem políticas que visem ao combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata que sejam baseadas em dados estatísticos confiáveis reconhecendo as preocupações identificadas na consulta feitas com os próprios Roma, Ciganos, Sinti e Nômades e que reflitam com a maior precisão possível, sua posição na sociedade. Todas estas informações devem ser coletadas em conformidade com as disposições relativas aos direitos humanos e liberdades fundamentais, tais como dados de regulações de proteção de dados e garantias de privacidade, em consulta com as pessoas interessadas (Ministério da Cultura, 2001, pp.24-49).

Esta última proposta colocada na Conferência de Dublin exemplifica bem o estágio inicial de construção de políticas públicas, ao convidarem os Estados a desenharem, ou seja, a criarem do zero políticas adequadas para combater o anticiganismo em solo brasileiro.

Depois de toda esta trajetória narrada por Claudio, como desbravador étnico político cigano em Brasília, pergunto:

BG: Teve alguma coisa positiva que foi conquistada?

CI: Tivemos o Dia Nacional do Cigano que foi uma fraude porque eu tenho selo aí, só tem esse meu, acho que deram só pra mim porque... ((risos))

BG: Não foi distribuído nacionalmente?

R: Não.

BG: Não teve... a coisa não teve visibilidade nacional, né? Ou muito pouco?

Cl: Não teve um selo. Se você for no Correio “quero um selo de cigano” não tem.

BG: Se você (faz busca) da internet você só encontra a questão da (celebração) do dia do cigano nos próprios sites do MinC e só, não existe outras fontes de outros jornais onde você vê. Não é isso?

Cl: Não, é isso mesmo, foi só internamente assim.

E aí no momento em que foi criado o dia do cigano e achei louvável a atitude, com selo e tudo, mesmo que uma fraude. Eu acho que o dia do cigano tem que ser... laico, eu não quero vincular com Santa Sara porque se você sair nas tendas ninguém sabe quem é Santa Sara. E a Miriam tem um grande nicho econômico na Santa Sara que é uma gruta milagrosa e que vale a sorte (Iovanovitchi, 2008).

Claudio elucida uma dúvida importante que eu tinha a respeito da comemoração do Dia Nacional do Cigano. Apesar de na época estar ainda vivendo na América do Norte, não se percebia uma visibilidade nacional da comemoração, assinada por Luiz Inácio da Silva em 2006.

O selo comemorativo, ao qual Claudio Iovanovitchi se referia tivemos acesso a um exemplar cedido pelo Padre Rocha em visita a sua paróquia em 2007. Apesar de não concordar com o vínculo religioso da comemoração, simbolizado pela imagem de Santa Sara, Claudio acredita que a instituição do Dia do Cigano foi louvável e positiva.

Dentre seu acervo pessoal imagético, Claudio mostrou então uma belíssima fotografia de sua família:

Cl: Então era isso, essa é a vida, isso não tem em museu nenhum do mundo.

Porque imagina o sacrifício que ele fez em 1930 de buscar o fotógrafo, ele tá na periferia...

BG: Quem é aqui seus familiares? Conta aqui pra mim, da foto.

Cl: Meu avô...

Minha tia, irmã do meu pai. E tios, meu pai não tá aqui.

BG: O que que é isso aqui? É um cachorrinho?

R: Cachorro. Quer ver? Olha...

Imagina o sacrifício que ele fez... que não é que nem hoje, né, uma foto que você compra.

BG: É, claro, tinha que trazer a pessoa...

Cl: Então tinha que vir o cara, daí levava dois, três dias. Primeiro teve que convencer o cara a ir lá no acampamento, depois esperar dois ou três dias pra ficar pronta a foto, não é isso? (Iovanovitchi, 2008).

4. CONCLUSÕES

Trabalhar com diáspora e identidade cigana foi por vezes, pelo ineditismo do tema, um processo solitário. No início do doutorado, em busca de fontes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Arquivo Público do Rio de Janeiro e na Associação Comercial do Rio de Janeiro, um amplo levantamento de fontes foi realizado. Mas com a exceção de alvarás e de outros documentos coloniais, alguns artigos de jornal e de revista, além de documentos oficiais de imigração, não foi localizado conteúdo específico sobre a história do tempo presente dos ciganos no Brasil. Nos livros encontrados, borbulham alguns relatos interessantes de memória e muitos de receituário místico. Foi assim que nos demos conta de que este trabalho de pesquisa deveria, sobretudo, ancorar-se em

testemunhos orais e que esses testemunhos poderiam fornecer algum sentido aos escassos conteúdos históricos encontrados nas fontes arquivísticas.

Claudio Iovanovitchi, com sua sagacidade, nos fez pensar acerca do real valor de um anarquismo cigano, pautado no signo da liberdade, das disputas étnicas entre ciganos e não ciganos em Brasília e da necessidade de prosseguir com maior aprofundamento em estudos acerca do anticiganismo dentro de uma perspectiva brasileira e latino-americana.

Suas histórias denotam uma agência transnacional fortíssima e uma identidade híbrida e fluída formada a partir de códigos pautados na memória da identidade diaspórica e de novas dinâmicas culturais e políticas desenvolvidas em solo brasileiro. Será necessário um largo trabalho de pesquisa oral, dentre as comunidades, para que mais histórias de imigração, possam dar corpo e visibilidade às experiências diaspóricas dos Roms que migraram para o Brasil.

O nomadismo, por outro lado, também engendra um processo discriminatório de longa duração pelos não ciganos, uma vez que é percebido como anátema civilizatório e patriótico. Neste sentido, a noção de progresso, de civilização, de nação, de ética, e de higiene social estão ainda ligados, socialmente e politicamente, à ideia de vida sedentária nas urbes.

Ao compararmos os processos identitários sofridos pelos ciganos Rom com outros imigrantes que se denominam “não-brancos”, como árabes e japoneses, a partir do final do século dezanove no Brasil, nos deparamos, também, com a construção de uma identidade brasileira hifenizada. Porém, através das evidências orais apresentadas ao longo deste trabalho, para além dos processos de negociação com a identidade nacional, evidenciou-se que a agência identitária e etno-política dos Roms foi sempre pautada a partir de um senso de superioridade étnica flexível, um excepcionalismo identitário híbrido. Por outro lado, este excepcionalismo de resistência tende a ser alimentado também pela visão preconceituosa dos não ciganos, que enxergam no nomadismo, e em outras práticas ciganas, um estilo de vida baseado na alteridade.

De modo geral, o anticiganismo é frequentemente usado para indicar atitudes discriminatórias contra roms e calons e exemplifica os estereótipos negativos na esfera pública. Em primeiro lugar, é essencial percebermos que o anticiganismo não é uma “questão minoritária”. É um fenômeno de nossas sociedades, que tem sua origem em como a maioria social vê e trata aqueles que se autodenominam de ciganos. O anticiganismo dá origem a um espectro muito mais amplo de expressões e práticas discriminatórias, incluindo muitas manifestações implícitas ou ocultas (Alliance Against Antigypsyism, 2016). Anticiganismo não é apenas sobre o que está sendo dito, mas sobre o que está sendo feito e o que não está sendo feito. Expressa-se na construção de imagens negativas e até mesmo nas consideradas positivas, através da ratificação de estereótipos.

Não podemos nos esquecer que foram fobias desta ordem (como a do anticiganismo e antisemitismo), que engendraram em grande parte o genocídio nazista na Europa. Estudos acerca do anticiganismo requerem uma certa urgência. Foi somente em 1982 que a Alemanha Ocidental reconheceu que o genocídio havia também sido cometido contra os ciganos. Antes disso, eles frequentemente afirmavam que, ao contrário dos judeus, os Romas e os Sintis não foram alvos por motivos raciais, mas por razões «criminosas», invocando o estereótipo anticigano europeu. Na moderna erudição do Holocausto, o *Porajmos* foi, portanto, reconhecido de modo tardio como um genocídio cometido simultaneamente com a Shoah.

O anticiganismo não resulta da pobreza em que muitos Roms e Calons se encontram, nem da relevância de sua alteridade. A ideia de que promover a integração total dos ciganos ao mundo dos gadjés é o principal caminho para combater o anticiganismo é uma falácia, um atributo próprio do

anticiganismo que não contempla a necessidade da diversidade cigana. Assim, defendemos que anticiganismo deve ser tratado como parte integral das políticas públicas estaduais e federais, e que o tema deve fazer parte também da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, tanto para o ensino fundamental como médio. Para combater o anticiganismo, precisamos, também, academicamente, contribuir com mais pesquisas voltadas às sociedades tradicionais ciganas e apoiar, com este conhecimento, as formulações de novas iniciativas públicas.

Desejamos que este trabalho sobre a migração Romane, ciganidade, representação, anticiganismo e políticas étnicas contribua para o desenvolvimento da historiografia da imigração, bem como estudos sobre preconceito contra grupos étnicos e religiosos na América Latina, além de adicionar uma nova dimensão ao estudo do racismo, da resistência, da diversidade étnica e interculturalidade no Brasil.

Estas comunidades compartilham laços étnicos e sociais que permanecem fortes e vibrantes, bem como influenciam a cultura brasileira e o sincretismo religioso com um estilo de vida excepcionalista pautado na liberdade e na não-conformidade.

REFERÊNCIAS

- Alliance Against Antigypsyism (2016). Antigypsyism: A Reference Paper. *Alliance against Antigypsyism*. 1-15 <https://cutt.ly/dmlEvck>
- Almeida, M. A. de (1852). *Memórias de um Sargento de Milícias*. Universidade da Amazonia. Núcleo de Educação a distância.
- Cairus, B. G. (2019). *Ciganos Roms no Brasil. (In)visibilidades, Imagens e Identidades Diaspóricas na Contemporaneidade*. [Tese de doutorado, Universidade do Estado de Santa Catarina].
- Cairus, B. G. (2018). A construção das identidades diaspóricas dos ciganos brasileiros. *Revista USP*, 117, <https://cutt.ly/xmlEQO2>
- Cairus, B. G. (2007). *Antisemitism in Latin America between Kristallnacht and the outbreak of World War II. Relatório de Pesquisa*. Milton Harris Project, York University.
- Cavalcanti, S. M. R. S. (1994). *Caminheiros do Destino*. [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- China, J. B. D. (1936). *Os ciganos do Brasil*. Imprensa Oficial do Estado.
- Coutinho, C. L. R. (2016). *Os Ciganos nos Registros Policiais Mineiros (1907-1920)*. [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília].
- Donovan, B. M. (1992). Changing perceptions of social deviance: gypsies in early modern Portugal and Brazil. *Journal of Social History*, 26(1), 33-53. www.jstor.org/stable/3788811
- Dornas Filho, J. (1948). *Os ciganos em Minas Gerais*. Movimento Editorial Panorama.
- Guimaraes, M. T. S. (2012). *O Associativismo Transnacional Cigano: Identidades, Diásporas e Territórios*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].
- Ferrari, F. (2006). Ciganos Nacionais. *Acta Literaria*, 1(32), 79-96.
- Ferrari, F. (2010). *O mundo passa. Uma etnografia dos calon e suas relações com os brasileiros*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].
- Ferrari, F. & Fotta, M. (2014). Brazilian Gypsiology: a view from anthropology. *Romani Studies*, 5(2), 111-136. <https://muse.jhu.edu/article/558417>
- Ferreira, M. de M. (2002). História, Tempo Presente e História Oral. *Topoi*, 314-332. <https://doi.org/10.1590/2237-101X003006013>
- Folha de Londrina (1999, 30 de agosto). Morre Anibal Khury, o homem mais poderoso da política do Paraná. *Folha Política*.
- Fotta, M. (2012). *The Bankers of the Backlands: Financialisation and the Calon-Gypsies in Bahia*. Goldsmiths College, University of London

- Godfarb, M. P. L. (2013). *Memória e Etnicidade entre os Ciganos Calon em Sousa* – PB. Editora da UFPB.
- Iovanovitch, C. (2008). *Entrevista concedida a Brigitte Grossmann Cairus*. Curitiba, 31 de julho. Entrevista.
- Karpowicz, D. S. (2018). *Ciganos: História, Identidade e Cultura*. Editora Fi.
- Lozano, J. E. A. (2012). Oral History, Biographic Memory and Communication. From Descriptive to Analytic Reflexive Writing. *Oral History Forum*, 32. <http://www.oralhistoryforum.ca/index.php/ohf/article/view/443>
- Mello, M. A. da S., Veiga, F. B., Couto, P. B., & Souza, M. A. de. (2009). Os Ciganos do Catumbi: De “andadores do Rei” e comerciantes de escravos a oficiais de justiça na cidade do Rio de Janeiro. *Cidades: Comunidades e Territórios*, 1(18), 79-92. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/11967>
- Mello, M. A. da S. & Berocan, F. (2012). Le “Jour national du tzigane” au Brésil. Espaces symboliques, stéréotypes et conflits autour d’un nouveau rite du calendrier officiel. Brésil(s). *Sciences Humaines et Sociales*, 1(2), 41-78. <https://journals.openedition.org/bresils/556>
- Menini, N. C. da R. (2021). *Indesejáveis Necessários: Os ciganos degredados no Rio de Janeiro setecentista*. [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Ministério da Cultura (2001). Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. *Declaração e Programa de Ação*.
- Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial*. <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/apoiproj/apoiproj>
- Ministério Público Federal (1996). *Decreto PNDH II*. Pp.20. <https://cutt.ly/9mIE8hK>
- Ministério Público Federal (2020). 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. *Coletânea de artigos: povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa*. MPF. http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/maio_cigano_coletanea_versao_final.pdf
- Moonen, F. (1994). *Ciganos calon no sertão da Paraíba*. MCS/UFPB, Cadernos de Ciências Sociais, João Pessoa.
- Moonen, F. (1999). *Rom, Sinti e Calon: os assim chamados ciganos*. Núcleo de Estudos Ciganos.
- Moonen, F. (2011). *Anticiganismo: Os ciganos na Europa e no Brasil*. http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/1_fmanticiganismo2011.pdf
- Mota, Á. V. da (2004). (Org.). *Ciganos: antologia de ensaios*. Thesaurus.
- Nora, P. (1984). *Rethinking France: Les lieux de mémoire*. The University of Chicago Press.
- Passerini, L. (2011). *A memória entre política e emoção*. Letra e Voz.
- Pollak, M. (1993). *L'historien et le sociologue: le tournant épistémologique des années 1960 aux années 1980*. CNRS Editions.
- Portelli, A. (1988). La verdad del corazón humano. Sobre los fines actuales de la historia oral. *Secuencia. Revista Americana de Ciencias Sociales*, 12, 191-196.
- Scheurman, W. (2018). Globalization, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. In E. N. Zalta (ed.).
- Shimura, I. (2017). *Ser cigano: identidade étnica em um acampamento Calon itinerante*. Amazon.
- Silva, C. & Santiago, E. (2016). História e cultura afro-brasileira: uma política curricular de afirmação da população negra no Brasil. *Educación*, 15(48). <https://cutt.ly/omIRonT>
- Steward, M. (2004). Remembering without Commemoration: The Mnemonics and Politics of Holocaust Memories among European Roma. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 10(3), pp.561-582. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9655.2004.00202.x>
- Teixeira, R. C. (2007). *Ciganos em Minas Gerais: uma breve história*. Crisálida.
- Tomlinson, J. (1991). Cultural Globalization Reconsidered. *BBVA – Open Mind*. <https://cutt.ly/dmIRaHr>
- Vishnevsky, Victor (1999). *Memórias de um cigano*. Duna Dueto

AUTOR

Brigitte Grossmann Cairus. Doutora em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Possui Mestrado em História da Diáspora Africana pela York University, Canadá e Bacharelado com Licenciatura Plena em Artes Plásticas pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Atualmente é docente do polo de Educação à Distância - NEAD da Uniasselvi em Indaial, Santa Catarina e colabora como pesquisadora com o Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação - LEER na Universidade São Paulo - USP e com o Grupo de Pesquisa Ethos, Alteridade e Desenvolvimento (GPEAD) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - (PPGDR) da Universidade Regional de Blumenau (FURB).

Conflicto de intereses

El autor declara que no existe conflicto de interés posible.

Financiamiento

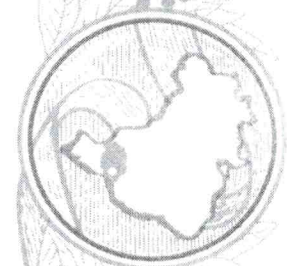
No existió asistencia financiera de partes externas al presente artículo.

Agradecimientos

N/A



REPÚBLICA



FEDERATIVA

DO BRASIL



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA ✓
ACADEMIA POLICIAL-MILITAR DO GUATUPÊ

AGRADECIMENTO

O Comandante da Academia Policial-Militar do Guatupê,
no uso de suas atribuições, confere o presente certificado ao Sr.

Claudio Ivanovitchi ✓

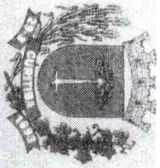
pela palestra proferida pela Associação de Preservação da Cultura Cigana aos alunos do Curso de
Formação de Oficiais.

São José dos Pinhais, 24 de outubro de 2016.

Ten.-Cel. QOPM Mauro Celso Monteiro,
Comandante da APMG.



Colaboração



CURITIBA
PREFEITURA DA CIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CURITIBA - COMTIBA

Certificado de Inscrição de Programas de Atendimento à Criança e ao Adolescente

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CURITIBA – COMTIBA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal n.º 7.829/1991, e em conformidade com a Lei n.º 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, especificamente em seus Artigos 90 e 91, considerando ainda a Resolução n.º 163/2013 – COMTIBA, que regulamenta os critérios para o registro das organizações sem fins lucrativos, e Resolução n.º 29/2015 – COMTIBA, certifica a inscrição n.º **471**, com validade até **14/04/2016** para a entidade **ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA CIGANA-APRECI/PR**, CNPJ n.º 00.977.370/0001-83, sito à Rua Dom Orione, n.º 834 – Santa Quitéria – Curitiba – Paraná.

Curitiba, 14 de abril de 2015. ✓


Cátia Regina Kleinke Jede
Presidente

FAS
FUNDAÇÃO AÇÃO SOCIAL



COMTIBA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE


Cássia Kelly


Cassia

Faculdade de Pinhais

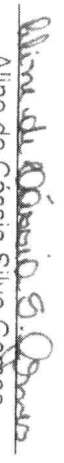
Av. Camilo Di Lellis, 1151 – Centro – Pinhais – Paraná

CEP: 83.323-000

Fone: (41) 3667-6000

Certificado registrado em 24/10/2013

livro n.º 03 fls 26 sob o n.º 1203


Aline de Cássia Silva Gomes
Secretária Geral

Câmara Municipal de Curitiba

A Câmara Municipal de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, agracia a Senhor **Claudio Domingos Bonanovitchi**, fundador da Associação de Preservação da Cultura Gigana, com o presente diploma em reconhecimento por sua participação na Tribuna Livre da Sessão Ordinária da dia 17 de Junho de 2015, a convite da **Vereadora Dona Lourdes**.

Palácio Rio Branco, em 17 de Junho de 2015.

Vereadora
Dona Lourdes
PROPOSTORA

Presidente
Altair Araújo
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

Adrielly




FACULDADE
GUARAPUAVA

Faculdade Guarapuava

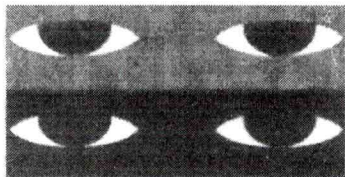
CERTIFICADO

Certificamos que **CLAUDIO DOMINGOS IOVANOVITCHI**, Presidente da Associação de Preservação da Cultura Cigana (APRECI), proferiu palestra/teatro na Faculdade Guarapuava, sob o tema "**Os ciganos e a educação para povos itinerantes**", para professores e alunos do curso de Ciências Sociais Licenciatura.

Guarapuava, 12 de março de 2014.


Prof. Dr. Carlos Alberto Gomes
DIRETOR GERAL


 *Carbally*



V SEREM

SEMINÁRIO EDUCAÇÃO, RELAÇÕES RACIAIS E MULTICULTURALISMO
COMUNIDADES TRADICIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

CERTIFICADO

Certificamos que Claudio Domingos Iovanovitchi ministrou a conferência intitulada "Os assim chamados ciganos" no *V Seminário Educação Reações Raciais e Multiculturalismo "Comunidades Tradicionais e Políticas Públicas"*, promovido pelo Núcleo de Estudos Afro Brasileiros (NEAB/UDESC), realizado no período de 14 a 16 de Maio de 2014, na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis – SC, com carga horária de 2h.

Profa. Dra. Luisa Tombini Wittmann

Coordenadora do V Seminário de
Educação Relações Raciais e
Multiculturalismo

Prof. Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso

Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-
Brasileiros (NEAB/UDESC)

Registrado no
Livro Nº 06 – Nº 3830 –
Direção de Extensão do
Centro de Ciências
Humanas e da Educação
(DEX-FAED)



FACULDADE DE PINHAIS

CERTIFICADO

A Coordenadoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão Universitária – COPPEX – Faculdade de Pinhais, certifica que

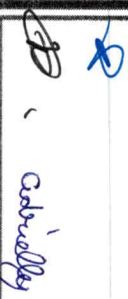
CLAÚDIO IOVANOVITCHI ✓

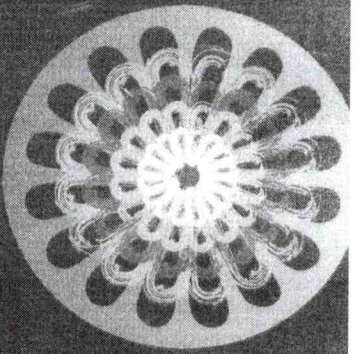
proferiu palestra sob o tema **A INCLUSÃO DOS ASSIM CHAMADOS CIGANOS** no “III Encontro de Iniciação Científica e Extensão Universitária”, realizado no dia 24 de outubro de 2013.

Pinhais, 24 de outubro de 2013.



Thais Espinola de Oliveira Lima
Coordenadora da COPPEX





Brasil Cigano

CERTIFICADO

CLAUDIO IOVANOVITCHI ✓

participou da Plenária Nacional dos Povos Ciganos, realizada no dia 23 de maio de 2013, durante o Brasil Cigano - I Semana Nacional dos Povos Ciganos. A Plenária é etapa da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - III CONAPIR, que tem como tema "Democracia e Desenvolvimento por um Brasil Afirmativo"

Brasília, 23 de maio de 2013

Luiza Bairros
Ministra de Estado Chefe da
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
da Presidência da República

Secretaria de
Políticas de Promoção
da Igualdade Racial



BR
Cokivally

CERTIFICATE OF MEMBERSHIP

This is to certify that

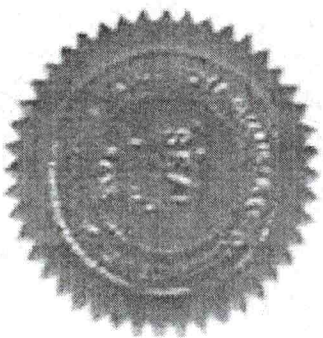
CLAUDIO DOMINGOS IOVANOVITCHI

is representative of

World Roma Federation
World Roma Chamber of Commerce
European Roma Unity Union

in Brazil

Brooklyn, New York
This 10th Day of September, 2013



A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Janos Sztojka'.



Janos Sztojka
President

WRF, WRCC, ERUU

Subscribing

CULTURA

Livro é criticado por ciganos

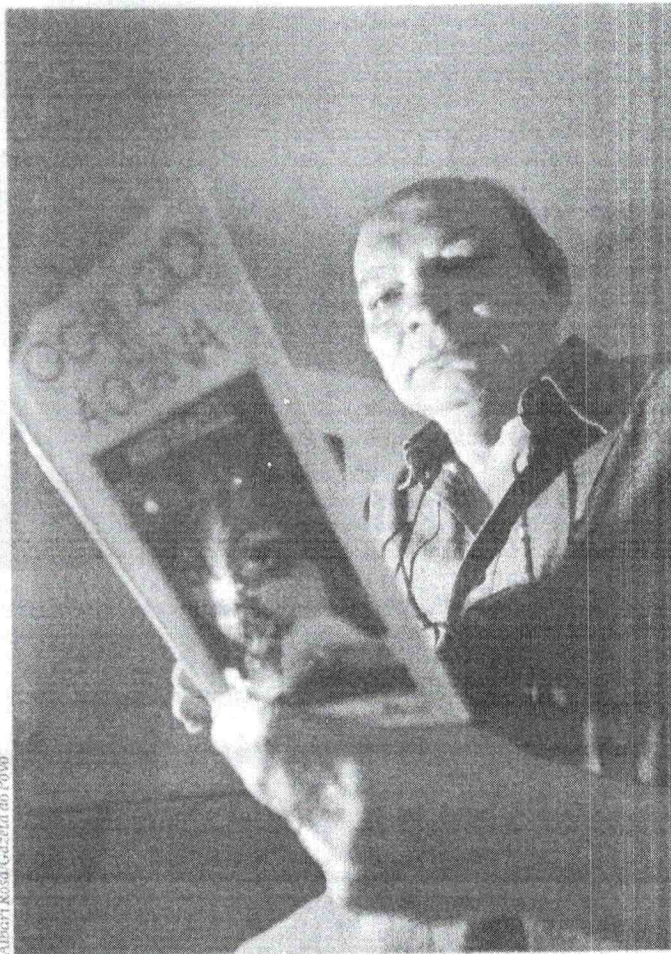
Obra indicada para ensino médio é apontada como discriminatória e racista. Governo alega defesa da pluralidade

FOZ DO IGUAÇU

de Fabiula Wurmeister, da sucursal

A Associação de Preservação da Cultura Cigana está há quase um ano tentando convencer a Secretaria de Estado da Educação (Seed) a recolher das bibliotecas da rede estadual de ensino 3 mil exemplares do livro *O Caboco e a Cigana*, de Assis Brasil. A batalha judicial que começou na 3.ª Vara de Fazenda Pública de Curitiba deve ter novos episódios em cortes superiores. Na ação indenizatória, a entidade sustenta que, ao recomendar e ofertar o romance aos alunos do Ensino Médio, o governo do estado estaria estimulando o racismo e o preconceito.

O presidente da associação, Cláudio Iovanovitchi, defende que desqualificar e criar mitos em torno de uma cultura, de uma nacionalidade ou de uma raça é uma forma cruel de discriminação. "A melhor forma de se aniquilar um povo é atingindo a sua cultura. E, ao adotar livros com conteúdo dis-



Alberto Rosa/Gazeta do Povo

Cláudio Iovanovitchi, representante dos ciganos: estímulo ao preconceito.

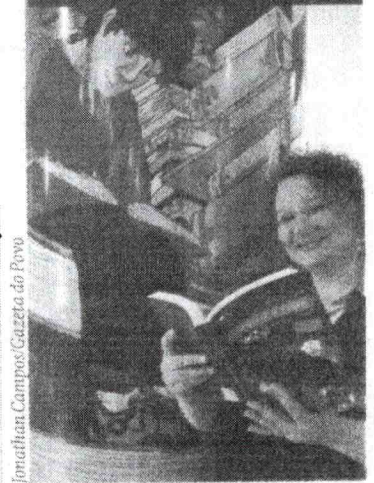
Diversidade

A chefe do Departamento de Educação Básica da Seed, Mary Lane Hutner, lembra que todas as 266 obras adotadas pela rede esta-

PROIBIDOS

Títulos foram

Entrevista



Jonathan Campos/Gazeta do Povo

Madalena lê no shopping

Maria Madalena Kriwouruska, idealizadora da "biblioteca anárquica".

de José Carlos Fernandes

■ Cinco formandos de Administração da Fesp acabaram de transformar uma praça de eventos do Omar Shopping, em Curitiba, em espaço de leitura. O projeto é simples e custou R\$ 2,5 mil: uma estante abriga cerca de 200 livros que podem ser retirados, sem controle de devolução. É o que explica a ex-atriz Maria Madalena Kriwouruska, 36 anos, uma das idealizadoras da "biblioteca anárquica", ao lado dos colegas Anne Clair Grein, Joyce Costamilan, Marcelo Magrim e Viviane Viana.

Vai dar certo?

Meu marido me desafiou: "Livros para serem levados embora? Sei não." Dá medo imaginar a estante vazia. Mas decidimos apostar. Haverá quem troque, quem devolva, quem passe para frente. Alguém vai parar, ler 15 minutos, e não querer largar mais.

cadrielly & 154

Ciganos fazem expedição para resgatar sua cultura

Grupo percorrerá 28 mil quilômetros, do Brasil ao México, em motorhome

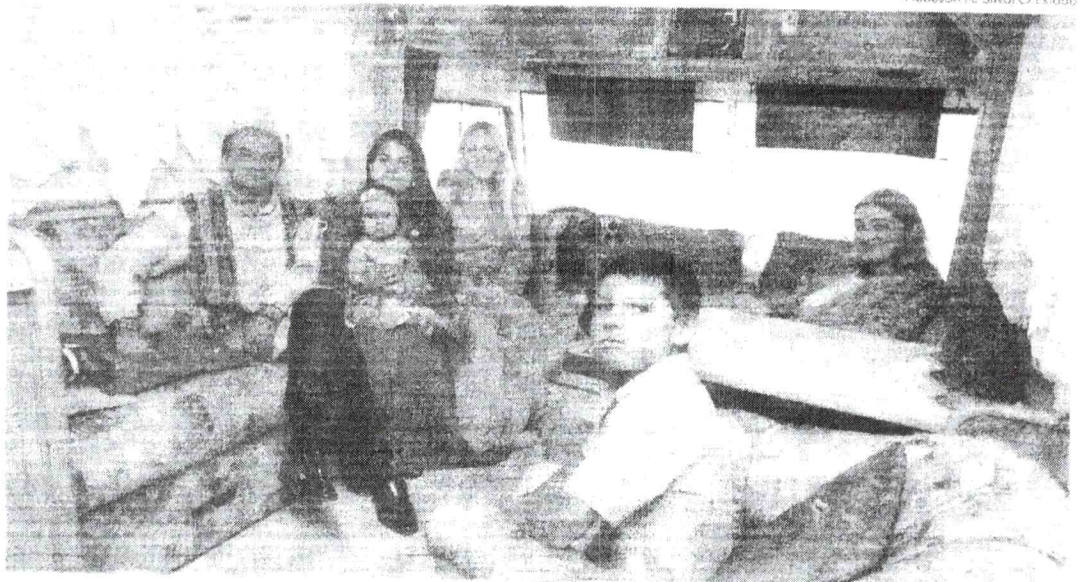
por Heloisa Caspary

Hederson A. Silva/O Estado

pesquisar e registrar a cultura dos ciganos nas Américas do Sul e Central. Esse é o objetivo da Expedição Resgate da Cultura Cigana, que pretende percorrer 28 mil quilômetros - do Brasil ao México - e fazer um panorama da etnia. O projeto está sendo desenvolvido pela Associação de Preservação da Cultura Cigana, uma organização não-governamental fundada há sete anos em Curitiba.

O presidente da associação, Cláudio Domingos Yovanovitchi, estima que só na capital existem duzentos ciganos fixos, mas no Brasil a população não pode chegar a 600 mil pessoas. "É um contingente grande, e muitos sofrem com problemas comuns como o diabetes, falta de documentos, mercado de trabalho e discriminação", disse Yovanovitchi. Ele comenta que várias histórias que são contadas sobre a cultura cigana acabam prejudicando mais o desenvolvimento dessas pessoas. O presidente da associação admite que a tradição, característica de uma cultura fechada, acaba potencializando essas dificuldades.

Uma das formas de diminuir esses problemas, acredita Yovanovitchi, é divulgar a cultura



Cláudio Yovanovitchi e sua família no motorhome que será usado na expedição.

cigana. Dentro desse objetivo a associação desenvolveu em 2000 parte do projeto Mostra Teatral Cigana, que pretendia levar, por meio de peças teatrais, a história da cultura cigana a crianças de escolas públicas de Curitiba e Região Metropolitana. O projeto só não foi desenvolvido na íntegra porque os recursos foram retidos junto ao Banco do Brasil. "Dos R\$ 500 mil totais do projeto, R\$ 120 mil foram obtidos junto à Sanepar, por meio da Lei de Incentivo à Cultura. Mas o Banco do Brasil criou empecilhos para liberar o dinheiro", acusa o presidente da associação. Hoje, a entidade está movendo uma ação judi-

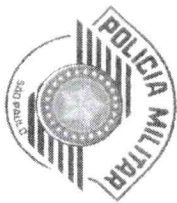
cial contra o banco em função dos prejuízos causados pelo atraso no repasse, bem como por discriminação.

Brasília

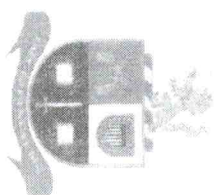
No próximo dia 18 de fevereiro membros da associação irão a Brasília para tentar uma audiência com o ministro da Cultura, Gilberto Gil. Eles pretendem reunir cerca de duzentos ciganos de várias partes do País para pedir apoio à cultura, bem como verbas para patrocinar a expedição - que deve partir de Curitiba em março com doze pessoas. "Será, com certeza, a maior concentração de ciganos no Brasil. Um acontecimento histórico", disse Yovano-

vitchi, que aposta que o governo federal tem condições de ajudar com parte dos R\$ 300 mil necessários para realizar a expedição.

Todo o trabalho de levantamento da cultura - que deverá ser realizado em oito meses - será registrado em fotos e documentários. O resultado final será a edição de livros e vídeos que serão distribuídos para universidades e bibliotecas públicas de todo o País. O presidente da associação ressalta que a expedição também quer contar com o apoio de empresários que queiram patrocinar o trabalho. Os contatos podem ser feitos pelo telefone (41) 274-0740.



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO E ESTUDOS SUPERIORES
"Cel PM Nelson Freire Terra"



CERTIFICADO

O Comandante do Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores, escola de pós-graduação da PMESP, confere ao Ilmo. Sr.

CLAUDIO DOMINGOS IOVANOVITCHI ✓

o Certificado pela palestra proferida sobre "A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS POLICIAIS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA FRENTE ÀS QUESTÕES SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS: QUESTÕES DE XENOFOBIA".

São Paulo, 11 de outubro de 2007.


FÁTIMA RAMOS DUTRA
Cel Fem PM Comandante


C. S. M. S.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO E ESTUDOS SUPERIORES
"Cel PM Nelson Freire Terra"

DIVISÃO DE ENSINO E PESQUISA

Secretaria Escolar

Certificado devidamente registrado nesta Secretaria, sob
n.º 1187, no livro de Registro de Diplomas, n.º 002, fls. 40

São Paulo, 11 de outubro de 2007


SIDNEY ANTONIO BOLSONI
1º Ten PM Adj Coord CSP/07


Cabrally

Relatório de Gestão ✓ 2003-2006

Promoção da Igualdade

Racial

Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Matilde Ribeiro

Secretária-adjunta

Maria do Carmo Ferreira da Silva

Chefe de Gabinete

Sandra Regina Maria do Carmo Teixeira

Assessor Parlamentar

Benedito Cintra

Assessora Internacional

Magali Naves

Subsecretária de Políticas de Ações Afirmativas

Maria Inês da Silva Barbosa

Subsecretário de Planejamento e Formulação de Políticas

Antônio da Silva Pinto

Subsecretário de Políticas para Comunidades Tradicionais

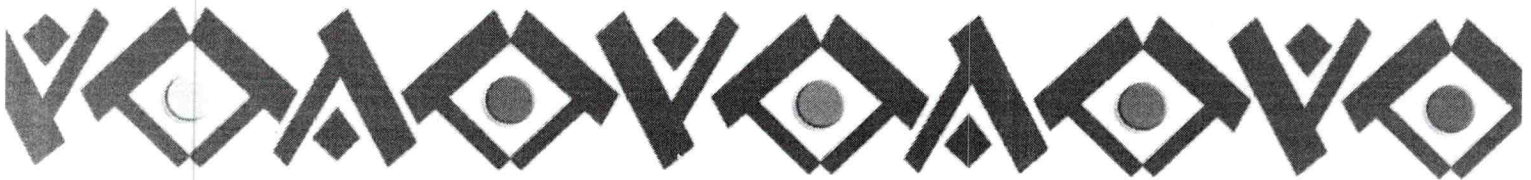
Carlos Eduardo Trindade

O Relatório de Gestão 2003-2006 é uma publicação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. Esplanada dos Ministérios, bl.A, 9º andar, CEP 70054-900, Brasília, Distrito Federal.

Coordenação geral: ministra Matilde Ribeiro; redação: Carlos Augusto Pessoa Machado, Fernanda Bittencourt Vieira, Jorge Luiz Carneiro de Macedo e Maria Palmira da Silva; colaboração: Cristina Teodoro Trinidad e Gevanilda Gomes dos Santos; preparação de texto e edição: Rose Silva.

Relatório de Gestão

2003-2006



Promoção da Igualdade

Racial

Sumário

Introdução	6
Apresentação	8
Lições Aprendidas Inspiram Futuro	10
Inovações no Cenário Político	12
Política de Igualdade Racial	18
Trabalhos Desenvolvidos	33
1 – Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais	36
1.1 - Programa Brasil Quilombola	36
1.2 - Apoio às Comunidades de Terreiro	65
1.3 - Comunidades Indígenas e Ciganas	68
1.4 - Segurança Alimentar e Nutricional	72
2 – Políticas de Ações Afirmativas	74
2.1 - Educação e Cidadania	74
2.2 - Desenvolvimento, Trabalho e Geração de Renda	87
2.3 - Saúde e Qualidade de Vida	98
2.4 - Cultura, Organização e Diversidade	103
3 – Intercâmbios e Relações Internacionais	120
3.1 - Inserção na Carreira Diplomática	123
3.2 - Debates e Formulação de Políticas	124
3.3 - Relações Multilaterais	132
3.4 - Relações Institucionais nas Regiões	140
Balanco das Ações	148
Referências Bibliográficas	155
Anexos	157
Siglas	203

Anexo – 3

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR)

Representantes da Sociedade Civil	
ENTIDADE	REPRESENTANTE
AGENTES DE PASTORAL NEGROS (APN)	Titular: ELIZABETH FERREIRA LOPES MORAES Suplente: JACINTA MARIA SANTOS
ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS	Titular: LÚCIA MARIA XAVIER DE CASTRO Suplente: ELAINE OLIVEIRA SOARES Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN).
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES NEGROS (ABPN)	Titular: NELSON FERNANDO INOCENCIO DA SILVA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ABONG)	Titular: MÔNICA OLIVEIRA Suplente: JORGE EDUARDO SAAVEDRA DURÃO
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO (ABERT)	Titular: RONALD SIQUEIRA BARBOSA Suplente: OSCAR LUIZ PICONEZ
ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA CIGANA (APRECI)	Titular: CLÁUDIO DOMINGOS IOVANOVITCHI Suplente: RODRIGO VINICIUS SOARES CARDOSO
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS COLETIVOS DE EMPRESÁRIOS AFRO-BRASILEIROS (ANCEABRA)	Titular: JOÃO BOSCO DE OLIVEIRA BORBA Suplente: BERNARDO NASCIMENTO DE SOUZA
FEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL (CONIB)	Titular: ANITA SCHUARTZ Suplente: SÉRGIO NISKIER
PASTORAL AFRO-BRASILEIRA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL	Titular: PADRE JURANDYR AZEVEDO ARAÚJO Suplente: CARLOS ALVES MOURA
CONGRESSO NACIONAL AFRO BRASILEIRO (CNAB)	Titular: EDUARDO FERREIRA DE OLIVEIRA Suplente: ERNESTO LUIZ PEREIRA FILHO
COORDENAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES NEGRAS (CONEN)	Titular: FLÁVIO JORGE RODRIGUES DA SILVA Suplente: VALÉRIA REGINA NEVES COELHO
COORDENAÇÃO NACIONAL DE QUILOMBOS (CONAQ)	Titular: MARIA ROSALINA DOS SANTOS Suplente: PAULOMARY ACÁCIO DOS SANTOS
FEDERAÇÃO ÁRABE PALESTINO BRASILEIRA	Titular: EMIR SALEH MOURAD Suplente: ELAYYAN TAHER ALADDIN
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS (FENATRAD)	Titular: CREUZA MARIA OLIVEIRA Suplente: REGINA MARIA SIMIÃO
FÓRUM NACIONAL DE MULHERES NEGRAS	Titular: DEISE BENEDITO Suplente: UBIRACI MATILDES DE JESUS
INSTITUTO ETHOS	Titular: MARIA CRISTINA NASCIMENTO Suplente: SÉRGIO EPHIN MINDLIN Dir. Presidente.
INSTITUTO NACIONAL DA TRADIÇÃO E CULTURA AFRO-BRASILEIRA (INTECAB)	Titular: EVERALDO CONCEIÇÃO DUARTE Suplente: VERA BEATRIZ SOARES
INSTITUTO SINDICAL INTERAMERICANO PELA IGUALDADE RACIAL (INSPIR)	Titular: NEIDE APARECIDA FONSECA Suplente: SILVIA JULIANO MARCELINO
UNIÃO DE NEGROS PELA IGUALDADE (UNEGRO)	Suplente: EDSON LUIZ FRANÇA
WARÁ – INSTITUTO INDÍGENA BRASILEIRO	Titular: AZELENE INÁCIO KAINGÁNG DANÍSIA Suplente: UBIRATAN DE SOUZA MAIA
REPRESENTANTES COM NOTÓRIO RECONHECIMENTO NAS RELAÇÕES RACIAIS	1. KABENGELE MUNANGA
	2. LECI BRANDÃO
	3. OLIVEIRA SILVEIRA

Adrielly



Troféu Galha Azul

[Bem-Vindo](#) [Fotos](#) [História](#) [Premiados](#)

[Voltar](#)

Premiados 1999



Espectáculo: Alencar
(Cla. Senhas de Teatro)



Espectáculo Itinerante: Na Boca da Noite
(G & G Produções Artísticas)



Direção: Edson Bueno
(Onde Estivestes à Noite?)



Direção Infantil: João Luiz Fiani
(Batimpaz e Circo de Balões)



Atriz e Atriz Coadjuvante: Gilda Elisa
(Na Boca da Noite e Liberdade para as Borboletas)



Atriz: Sílvia Monteiro
(A Mulher)



Atriz Infantil: Jana Mundana
(Batiimpaz)



Ator: Aldemar Tadeu
(A Farsa de Inês Pereira)



Ator Infantil: Marino Júnior
(Circo de Balões)



Ator Coadjuvante: Adolfo Pimentel
(Coriolano)



Revelação Criadores - Sonoplastia: Flávio Stein
(O Marinheiro)



Revelação Atriz: Laura Haddad
(O Exercício)



Iluminação: Najda Naira
(A Mulher e Onde Estiveste à Noite?)



Sonoplastia: Chico Nogueira
(Onde Estivestes à Noite? e Alegre Como nossas Cortinas)



Figurino e Adereço: Eduardo Giacomini
(Alencar)



Cenário: Carla Berri
(O Marinheiro e Onde Estivestes à Noite?)



Caracterização/Maquiagem: Márcia Moraes
(Alencar)



Texto Original: Sueli Araújo
(Alencar)



Coreografial: Cleide Piasecki
(Romeu e Julieta)



Técnico: Altamira de Oliveira
(Camareira)



Menção Honrosa: Claudio Iovanovitch
(Por seu inestimável empenho pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura)



Menção Honrosa: Ângelo Vanhoni



Espectáculo Infantil: Batimpaz
(Cla. Máscaras de Teatro)

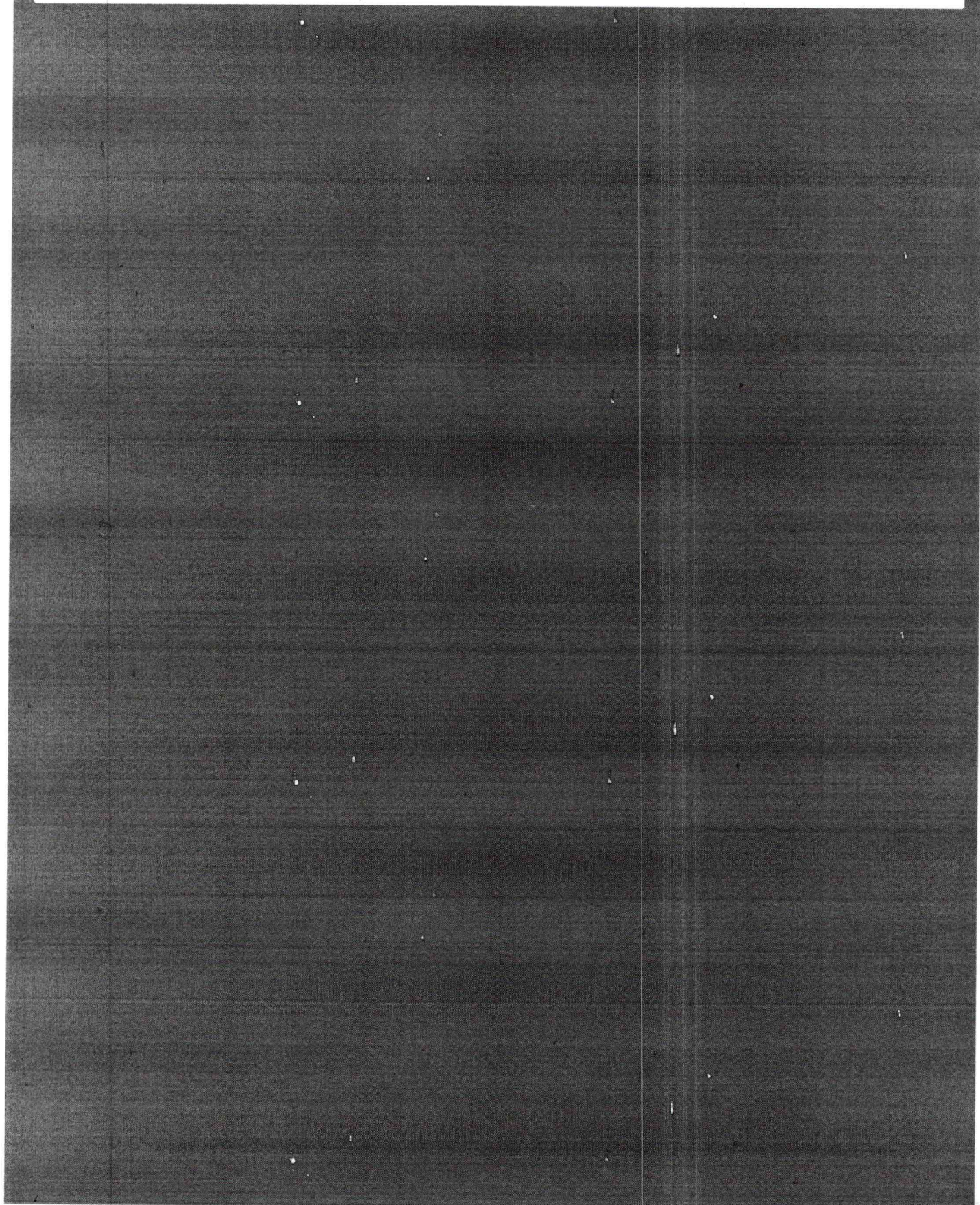
D. G. Adrielly

(Por seu inestimável empenho pela
Lei Estadual de Incentivo à Cultura)

Entrar no sistema

Voltar

© Centro Cultural Teatro Guaíra
Rua XV de Novembro 971 - Centro - 80060-000 - Curitiba - PR, (Paraná)
41 3304-7900 / 3304-7999 - [Localização](#)



ENSINO (/EDITORIA/ENSINO)

Primeira coordenação para educação cigana do Brasil

27/05/2015 - 12:54

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná é a primeira pasta do País a ter uma coordenação especial para a educação cigana. O certificado de criação do órgão foi entregue a lideranças ciganas pela superintendente da Educação, Fabiana Campos, nesta quarta-feira (27), em Curitiba.

A coordenação trabalhará para promover a inclusão cidadã e garantir o direito ao acesso à educação para as etnias Kalo e Romani. "É uma conquista importante para o povo cigano e para a educação no Paraná que hoje serve de referência para o resto do País", destacou Fabiana.

O documento orientador da coordenação, Os Assim Chamados Ciganos, servirá de referência para outros Estados que queiram trabalhar com a educação voltada para os povos ciganos. "O documento servirá de base para o resto do País. Mais uma vez o Paraná sai na frente", afirmou a superintendente.

Atualmente cerca de 40 mil ciganos vivem no Estado. No Brasil, são aproximadamente 600 mil. Para a presidente da Associação de Preservação da Cultura Cigana (Apreci), Neiva Camargo Iovanovitchi, o analfabetismo é uma das principais dificuldades encontradas pelos povos ciganos.

"Essa coordenação representa a emancipação do nosso povo. Hoje deixamos de ser vulneráveis e passamos a ter o direito garantido do acesso à educação", comemorou Neiva.

De acordo com o diretor da Apreci, Claudio Domingos Iovanovitchi, foram mais de 20 anos de espera pela criação da coordenação. "Muitos povos ainda estão lutando por esse reconhecimento e hoje nós conseguimos esta vitória. Foram anos de luta que significa muito para o nosso povo", lembrou.

A coordenação fará parte do Departamento da Diversidade da Superintendência da Educação e será dirigido pela professora Denize Terezinha Carvalho.

RECONHECIMENTO – Em 2014, a Secretaria de Estado da Educação promoveu a caravana Os Assim Chamados Ciganos em todas as regiões do Estado. Foram desenvolvidas atividades com os professores, funcionários e comunidade escolar, além de oficinas para suporte técnico aos profissionais para reproduzirem as atividades dentro de sala de aula aliadas as disciplinas da base nacional comum. A ação também foi inédita no Brasil.

GALERIA DE IMAGENS





[\(/sites/default/arquivos_restritos/files/imagem/migrados/galeria/2737/1432742550ciganos10.jpg\)](https://sites/default/arquivos_restritos/files/imagem/migrados/galeria/2737/1432742550ciganos10.jpg)

[\(site](#)

[Download em alta resolução \(/sites/default/arquivos_restritos/files/imagem/migrados/galeria/2737/1432742550ciganos10.jpg\)](#)

[Do](#)



adrielly

Catálogo

Realização
APRECI
Associação de Preservação
da Cultura Cigana

Apoio

Secretaria Especial de
Políticas de Programação
da Igualdade Social
PROSI
UM PAÍS DE TODOS
Governo Federal

Proletur e Museus
da Paraíba
Cultura
Cultura

Secretaria de Estado
Cultura

Arte Visual: Jane D'Avila



1ª AUDIÊNCIA NACIONAL
CIGANA

RUMO A
INCLUSÃO SOCIAL

191

Colevally

Programação da 1ª Audiência Nacional Cigana

Os caminhos que queremos percorrer são longos e sinuosos, mas hoje estamos delineando nossas fronteiras. É com estas ações que os ciganos do Brasil estão se organizando para inserir sua identidade etimológica e caminhar para a conquista da igualdade racial.	8h30 às 9h30	Credenciamento.
Acima de tudo somos Brasileiros, cidadãos nascidos nesta terra e queremos ser reconhecidos e respeitados em nossas diferenças e similaridades.	9h30	Abertura Oficial.
Conscientes de que este chamamento não aconteceu, em tempo e em lugar algum do planeta, temos nós, lideranças ciganas, a grande missão de sugerir políticas públicas para os ciganos nômades brasileiros.	9h40 às 11h	Palestra com Dr. Franz Josef Maria Moonen "Ciganos no mundo e Direitos dos Ciganos no Brasil".
Irmãados com o Município, o Estado e o Governo Federal, para que possamos começar a escrever a história do povo cigano neste país, juntamente com a jovem liderança cigana.	11h30 às 13h	Visita ao Espaço cultural Cigano
Acreditamos que finalmente partiremos do discurso para a ação concreta.	14h30 às 16h30	Apresentação e debate sobre os temas: - Educação e Cultura - Saúde - Mercado de Trabalho - Acesso a Cidadania
A partir deste encontro histórico, teremos certeza que a História Cigana no Brasil será diferente do resto do mundo e que nós Roms e Kalons (Ciganos), não vamos perder o 'trem da História Brasileira'.	17h	Escolha dos delegados para a Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
	17h30	Encerramento.

Opré Romálen
(Avante Ciganos)

Claudio Domingos Iovanovitchi
Presidente da APRECI - PR

DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO (AUTODECLARAÇÃO) ✓

Eu, **CLAUDIO DOMINGOS IOVANOVITCHI**, portador do RG n.º **1520622-5**, ✓
Órgão Expedidor **SSP/PR** e do CPF n.º **286.575.519-34**, nascido em **25/10/1957**,
residente e domiciliado (a) à **Rua Dom Orione, 836**, bairro/ setor **Santa Quitéria**,
CEP **80.310-250**, Cidade **Curitiba**, Estado **Paraná**, DECLARO, para os devidos
fins para a Seleção Pública 030/2024 da Fundação de Apoio à Pesquisa
(FUNAPE), que sou **CIGANO (A)** de origem e pertença à família **Rom** da
comunidade cigana.

Declaro, ainda, ter ciência de que as informações prestadas para o processo de
análise da condição declarada por mim, com vistas ao ingresso pelo Sistema de
Cotas na modalidade de sobreviventes, são de minha inteira responsabilidade e
quaisquer informações inverídicas prestadas implicarão no indeferimento da
minha solicitação e na aplicação de medidas legais cabíveis.

Na hipótese de configuração de fraude na documentação comprobatória em
qualquer momento, inclusive posterior à matrícula, assegurado a mim o direito
ao contraditório e a ampla defesa, estou também ciente de que posso perder o
direito à vaga conquistada e a quaisquer direitos dela decorrentes,
independentemente das ações legais cabíveis que a situação requerer.

Por ser verdade, dato e assino.

Curitiba (PR), 06 de novembro de 2024

gov.br

Documento assinado digitalmente
CLAUDIO DOMINGOS IOVANOVITCHI
Data: 06/11/2024 13:53:43-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Assinatura do declarante

CLAUDIO DOMINGOS IOVANOVITCHI ✓

Cabrielly 169

DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO LIDERANÇA DE COMUNIDADE
CIGANA /

Eu, **HAYANNE GIOVANA IOVANOVITCHI**, portador do RG n.º **130610676**, Órgão Expedidor **SSP-PR**, e do CPF n.º **096.743.589-78**, nascida em **20/12/2001**, liderança da família **Rom**, localizada à **Rua Dom Orione, 836**, bairro/ setor **Santa Quitéria**, no Município de **Curitiba**, Estado **Paraná**, DECLARO, para os devidos fins para a Seleção Pública 030/2024 da Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE), que o Sr. **CLAUDIO DOMINGOS IOVANOVITCHI**, portador do RG n.º **1520622-5**, Órgão Expedidor **SSP/PR** e do CPF n.º **286.575.519-34**, nascido em **25/10/1957**, é CIGANO de origem ROM e mantém vínculos familiares, econômicos, sociais e culturais de participação na comunidade /

Declaro, ainda, ter ciência de que as informações prestadas para o processo de análise da condição declarada por mim, com vistas ao ingresso pelo Sistema de Cotas na modalidade de sobrevagas, são de minha inteira responsabilidade e quaisquer informações inverídicas prestadas implicarão no indeferimento da minha solicitação e na aplicação de medidas legais cabíveis.

Na hipótese de configuração de fraude na documentação comprobatória em qualquer momento, inclusive posterior à matrícula, asseguro a mim o direito ao contraditório e a ampla defesa, estou também ciente de que posso perder o direito à vaga conquistada e a quaisquer direitos dela decorrentes, independentemente das ações legais cabíveis que a situação requerer.

Por ser verdade, dato e assino.

Curitiba (PR), 06 de novembro de 2024 /

Documento assinado digitalmente
gov.br **HAYANNE GIOVANA IOVANOVITCHI**
Data: 06/11/2024 14:49:50-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Assinatura do(a) declarante
HAYANNE GIOVANA IOVANOVITCHI

Cabrielly

D

170

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE VINCULAÇÃO CONTRATUAL FUTURA ✓

Eu, **CLAUDIO DOMINGOS IOVANOVITCHI**, portadora do CPF **286.575.519-34**, residente à **Rua Dom Orione, 836**, bairro/ setor **Santa Quitéria**, CEP **80.310-250**, Cidade **Curitiba**, Estado **Paraná**, neste ato, declaro compromisso de vínculo contratual futuro junto a Manacá Cine Studio Ltda, CNPJ 25.301.822/0001-33, para serviço de consulta/assessoria da etnia cigana Rom, para a Seleção Pública nº 030/2024 da Fundação de Apoio à Pesquisa – FUNAPE - CNPJ: 00.799.205/0001-89, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados em audiovisual, produção e gerenciamento de rede social, pelo período de 05 (cinco) meses, para atender às atividades previstas do convênio Mapeamento e Registro de Famílias Ciganas das Etnias Calon, Rom e Sinti, de Territórios e Rotas dos Povos Ciganos e das Políticas Públicas.

Este termo é válido se houver parecer favorável a Manacá Cine Studio Ltda.

Sem mais para o momento, assino.

Curitiba, 06 de novembro de 2024

gov.br

Documento assinado digitalmente
CLAUDIO DOMINGOS IOVANOVITCHI
Data: 06/11/2024 13:41:24-0300
Verifique em <https://validar.ti.gov.br>

CLAUDIO DOMINGOS IOVANOVITCHI

claudio
171

EQUIPE TÉCNICA

NOME	FUNÇÃO	DOCUMENTOS
Manoel Pereira Barros Gomes Alcântara	Consultor/Assessoria/ Povos Ciganos	<ul style="list-style-type: none">✓ Currículo.✓ Memorial descritivo.✓ Comprovantes Memorial.✓ Autodeclaração de pertencimento étnico.✓ Declaração emitida por outra liderança ou representação cigana do mesmo grupo étnico (calon, rom e/ou sinti) do consultor/assessor.✓ Declaração de vínculo contratual.

PÁGINAS 172 A 188

Adrielly  

Porfólio Manoel Pereira Alcântara ✓

Dados Pessoais

Nome Completo: Manoel Pereira Barros Gomes Alcântara

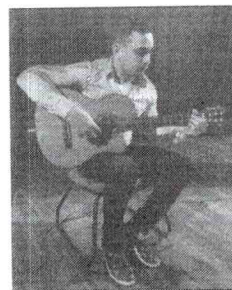
Nome Artístico: Pereira Alcântara

Data de Nascimento: 17/04/1993 ✓

Endereço: Rua Tiburtino Gomes de Sá, S/N, Jardim Sorrilandia III, rancho dos ciganos, Sousa/PB.

Telefone: (83) 991964206

E-mail: pereirakalon@gmail.com



Apresentação

Músico versátil com uma paixão por criar e interpretar música que emociona e inspira. Buscando oportunidades para colaborar em projetos musicais inovadores e para compartilhar minha arte com um público mais amplo.

Pereira Alcântara é um nome que carrega um peso significativo dentro da comunidade cigana, não apenas como um talentoso músico, mas também como um guardião da cultura e tradição ciganas. Através de sua música, Pereira tem sido capaz de contar histórias, expressar emoções e conectar-se com a essência da identidade cigana, tanto para os membros da comunidade quanto para aqueles fora dela.

Sua influência se estende além das notas musicais; Pereira é uma ponte entre gerações, incentivando jovens ciganos a explorar sua herança cultural e a expressar-se através da música. Ele entende a música cigana como um elemento vital para a preservação da língua, costumes e valores ciganos, e trabalha para garantir que essa tradição seja mantida e celebrada.

Além de sua contribuição musical, Pereira Alcântara tem sido um defensor dos direitos ciganos, usando sua voz e plataforma para abordar questões sociais e promover a inclusão e o respeito pela diversidade cultural. Seu compromisso com a comunidade e sua arte refletem um profundo amor pela cultura cigana e um desejo de compartilhar essa beleza com o mundo.

Através de suas composições, performances e ativismo, Pereira Alcântara continua a ser uma figura central na manutenção e na celebração da identidade cigana, garantindo que a música e a cultura cigana continuem a prosperar e a ser apreciadas por gerações futuras.

Biografia:

Ao longo dos anos, juntamente com minha família produzimos diversas apresentações no campo da música e da dança. Sou Pós graduado em Marketing pela Centro Universitário Dr Leão Sampaio, que fica em Juazeiro do Norte/CE, desde os meus 17 anos sou músico, tendo participado de festivais de música, trilha sonoras para documentários, apresentações em bares e restaurantes da nossa cidade, em eventos promovidos pela secretaria de cultura do Estado da Paraíba, da Prefeitura Municipal de Sousa/PB e Centro Cultural Banco do Nordeste.

O grupo Dirachin kalin, de tradições e dança cigana formada por minha família está ativo desde o ano de 2009, tendo este realizado diversas apresentações de dança e músicas no Centro Cultural Banco do nordeste em Sousa/PB e Juazeiro do Norte/CE e em cidades vizinhas, participações na virada cultural de nossa cidade, apresentamos por 2 anos consecutivos no festival Janinhar que é promovido pela Secult/PB, eventos promovidos por empresas e escolas, inaugurações públicas do governo Municipal e Estadual e recentemente lançamos o nosso primeiro single autoral "Luar cigano" nas plataformas digitais, junto com o Centro Cultural do Banco do Nordeste por Título " Vida Cigana" onde nossa família apresenta a história e cultura dos ciganos em Sousa-PB tudo contado através de música, dança, depoimentos e poesia.

Realizo apresentações desde o ano de 2010 em bares e restaurantes, casamentos e cerimônias, fazendo lives através de nosso instagram e mídias sociais e participação em DVD's de artistas de nossa localidade. No meu repertório levo um vasto acervo de músicas dos mais variados gêneros, levando sempre o melhor da boa música popular Brasileira e cultura cigana.

Adrielly

 173

Particpei de grupos musicais de minha escola, tendo participado do coral de vozes e grupo de violão do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) no Campus de Sousa, realizando apresentações na virada Cultural de minha cidade e nas programações promovidas pelo instituto. Durante minha graduação também fiz diversas apresentações em eventos da Universidade federal de Campina Grande (UFCG) no CCJS campus de Sousa.

Durante os anos de pandemia produzi Lives musicais com apoio da Lei Aldir Blanc, através dos Editais Corrinha Mendes e FERNANDA BENVENUTTY

Neste ano de 2024, particpei da criação da trilha sonora do curta metragem "Cigamos", dirigido pelo professor Janifran Oliver da cidade de Sousa/PB.

Sou membro da equipe organizadora do festival de tradições ciganas Janinhar, maior evento de cultura cigana de nosso estado, evento este que teve sua segunda edição neste ano de 2024 e contou com a participação de mais de 3 mil pessoas em seu encerramento.

Habilidades

- Violão Clássico e Violão Popular, Violão Flamenco
- Composição e Arranjo Musical
- Performance ao Vivo
- Gravação de Estúdio
- Música Instrumental

Principais projetos e Realizações

- Artista Independente – 2010 - 2024
- Grupo de dança e tradições ciganas "Dirachin Calin" – 2009 -2024
- Gravação de Discos dupla Marcelo & Mundico – Sousa/PB – 2010 -2020
- Grupo musical Juventude Cigana – 2010
- Grupo Gradycélia Acústico – 2010 – 2013
- Ministério de Música RUAH – 2012 -2016
- Coral de Vozes IFPB Sousa/PB – 2014
- Grupo de Violões IFPB Sousa/PB – 2014
- Live "Rádio, Música e Boemia" – Lei Aldir Blanc – EDITAL Nº 003/2020 – EDITAL FERNANDA BENVENUTTY -2020
- Live "A voz das Rosas" – Lei Aldir Blanc – EDITAL Nº 002/2021 – EDITAL CORRINHA MENDES – 2021
- Curta Metragem Vida Cigana – CCBNB Sousa/PB – 2021
- Participação na Virada Cultural Sousa/PB – 2014 - 2022

Cobrelly  174 

- Trilha sonora para o curta metragem "CIGAMOS" – Dir Janifran Oliver – 2024
- Participação no Festival Cigano Janinhar – Sousa/PB – 2023-2024
- Direção do Festival Janinhar – 2024
- Palestras sobre cultura cigana para Universidades e Instituições de ensino – 2020 -2024

MEMORIAL ÉTNICO AUTODESCRITIVO

Manoel Pereira Barros Gomes Alcântara

Eu, Manoel Pereira B. G. Alcântara, 31 anos, casado, cigano de etnia calon, residente na comunidade cigana de Sousa/PB, desde o meu nascimento vivo na comunidade cigana e levo a vida como um cigano. Desde muito cedo aprendi os costumes e tradições que regem a vida na comunidade cigana. Músico, aprendi a levar a minha cultura para além da comunidade através do meu violão, já sofri na pele as marcas do preconceito com o meu povo, mas consegui abrir muitas portas mostrando o verdadeiro valor do povo cigano.

Aprendi a nossa língua de forma mais natural possível, que é participando das rodas de conversas com os mais velhos, é nas rodas de conversas que aprendemos os valores ciganos e as histórias dos nossos antepassados para nunca esquecermos os nomes daqueles que construíram essa grande comunidade.

Sou músico e empreendedor, acredito que tenha vindo em meu DNA, pois todos os membros da minha família possuem uma dessas duas qualidades. Sou autodidata, nunca frequentei qualquer escola de música, desenvolvi o talento no violão apenas apreciando os ciganos mais velhos tocarem com maestria este instrumento.

Além da contribuição musical, tenho sido um defensor dos direitos ciganos, usando minha voz e plataformas para abordar questões sociais e promover a inclusão e o respeito pela diversidade cultural. Meu compromisso com a comunidade e sua arte refletem um profundo amor pela cultura cigana e um desejo de compartilhar essa beleza com o mundo

Sou membro da equipe organizadora do festival de tradições ciganas Janinhar, maior evento de cultura cigana de nosso estado, evento este que teve sua

Codruelly 176

segunda edição neste ano de 2024 e contou com a participação de mais de 3 mil pessoas em seu encerramento.

Ser cigano é motivo de orgulho, é pertencer a um povo resistente e lutador, mas acima de tudo um povo feliz e que aos poucos está conseguindo grandes conquistas na defesa de seus direitos e a sua cultura.

Por ser verdade, dato e assino

Sousa, 06 de Novembro de 2024 /

gov.br

Documento assinado digitalmente

MANOEL PEREIRA BARROS GOMES ALCANTARA

Data: 07/11/2024 06:03:16-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Manoel Pereira Barros Gomes Alcântara

Cadrielly 177



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
OTÁVIO MAIA
34.408.231/0001-50

DECLARAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO Comunitária Otávio Maia inscrita no CNPJ sob nº 34.408.231/0001-50, vem por meio desta declarar que Manoel Pereira Barros Gomes Alcântara, inscrito no CPF sob nº 095.937.984-39, residente e domiciliado à Rua Tiburtino Gomes de Sá, bairro Jardim Sorrilândia III, Sousa/PB, realiza trabalhos políticos na mediação junto às famílias ciganas.

Sousa, 27 de agosto de 2024

Documento assinado digitalmente

gov.br

CICERO ROMAO BATISTA

Data: 28/08/2024 21:03:54-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura digital

Nome: **Cícero Romão Batista**

Cargo: Tesoureiro

Associação Comunitária Otavio Maia

Rua Tiburtino Gomes de Sa
Jardim Sorrilândia III, S/N, Sousa-PB
CEP: 58.805-360
Contato: (83) 99445-4650 / (83) 99108-7873

Cicero Romão Batista
178



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO TURISMO E ARTES
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

DECLARAÇÃO

Declaro que **Manoel Pereira Barros Gomes Alcântara** participou das atividades da disciplina Relações étnico-raciais, ocorridas no dia 23/10/2023, para alunos do Curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba/UFPB, com a apresentação de palestra sob o título Povos Ciganos - Histórias, costumes e tradições de um povo milenar

João Pessoa, 30 de outubro de 2023



Documento assinado digitalmente
MARLUCE PEREIRA DA SILVA
Data: 03/09/2024 15:05:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marluce Pereira da Silva(SIAPE 6337151)

Professora ministrante da disciplina

Adrielly
179



FUNDAÇÃO
MUNICIPAL
de CULTURA
Sandoval de Assis

A CULTURA É, TAMBÉM, INSTRUMENTO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA COM
LIBERDADE DE EXPRESSÃO, RESPONSABILIDADE SOCIAL E ESPÍRITO COLETIVO



PREFEITURA DE SOUSA
ESTADO DA PARAÍBA

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE CULTURAL

DECLARAMOS, para fins de comprovação que o (a) senhor (a) **MANOEL /
PEREIRA BARROS GOMES DE ALCÂNTARA** CPF: **095.937.984-39** residente
à Rua Tiburtino Gomes de Sá S/N Sorrilândia III – Sousa/PB, atua como
MÚSICO INSTRUMENTISTA (violonista), na área artística e cultural no Município
de Sousa/PB, há mais de **11** anos.

A Fundação Municipal de Cultura, reconhece e dá validade as informações
acima apresentadas.

Sousa (PB), 13 de outubro de 2021.


GEORGE ANTONIO MARQUES LINS
Diretor Administrativo e Financeiro

Certificados de palestras sobre cultura cigana



João Pessoa, 29 de maio de 2024

CERTIFICADO

Certificamos que **MANOEL PEREIRA BARROS GOMES ALCÂNTARA** participou da Live, que ocorreu no dia 27 de maio de 2024, no Youtube, como apresentadora da live intitulada **"18 ANOS DE CRIAÇÃO DO DIA NACIONAL DO CIGANO"**, promovida pelo Grupo de Estudos Culturais (GEC/UFPB) e Agora TalkCast.

 Desenvolvido com o gov.br
PROFA. DRA. PATRICIA LOPES GOLDFARB
Data: 29/05/2024 14:04:50 (GMT-03:00)
URL: https://certificados.gov.br

Profa. Dra. Patricia Lopes Goldfarb
Lider do Grupo de Estudos Culturais do CNPq (GEC)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Departamento de Ciências Sociais

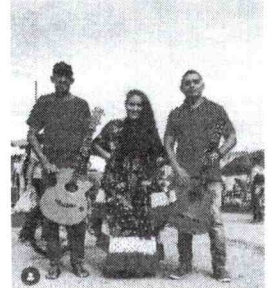
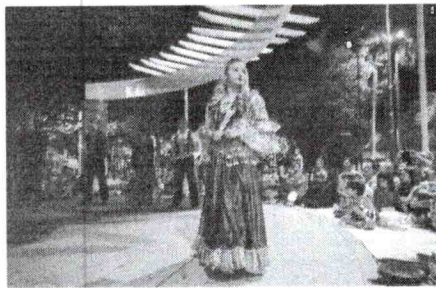
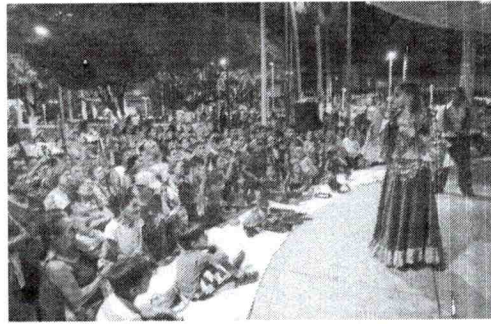
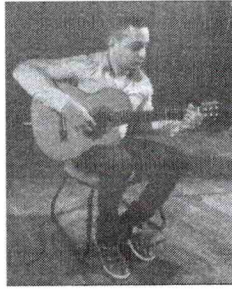
Cabrally  

Fotos

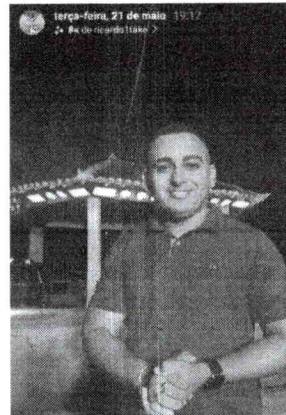
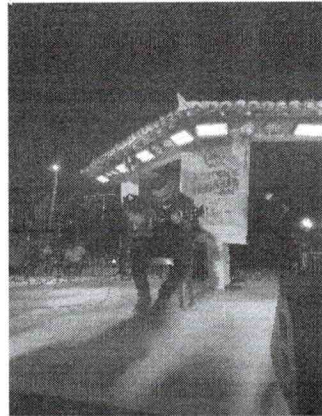
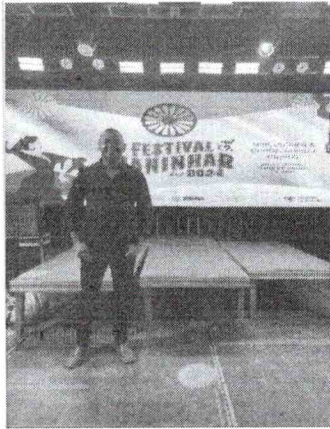
Coral de Vozes grupo de violões IFPB 2014



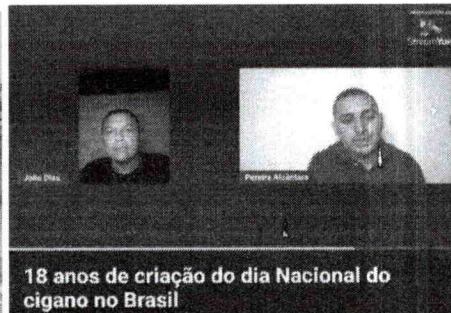
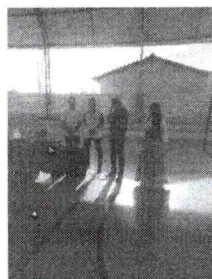
Grupo de tradições ciganas Dirachin Kalin – 2009 - 2024 ✓



Festival Janinhar – 2023 - 2024



Palestras sobre cultura cigana



Links

Videobiografia Pereira –

https://www.youtube.com/watch?v=d6f_8SoF2PM&t=1128s&ab_channel=PereiraAlc%C3%A2ntara

Apresentação Matriz das Artes - Gradycélia e Pereira Alcântara –

<https://www.youtube.com/watch?v=y-MHXu1esA4>

Documentário Vida cigana - Programação Virtual – Vida Cigana - CCBNB

<https://www.youtube.com/watch?v=1md4GWMWlyU>

Gradycélia e Pereira Alcântara – Mercedita

https://www.instagram.com/tv/CDEZLv_F2JG/?utm_medium=share_sheet

Dança Viva – Por Grady e Pereira

<https://youtu.be/hCbuy8E0AnA>

Virada Cultural Sousa/PB -Tradição Cigana - Música e Dança com a Família Alcântara -

https://www.youtube.com/watch?v=YvYp_FDxpLA&t=1410s

Live - Rádio Música e Boêmia – Lei Aldir Blanc:

https://www.youtube.com/watch?v=fDi-rFqxV_0&t=1021s

Live - A Voz das Rosas – Lei Aldir Blanc:

https://www.youtube.com/watch?v=CRDoK9QJJqw&t=4191s&ab_channel=PereiraAlc%C3%A2ntara

Canal do youtube:

<https://www.youtube.com/c/PereiraAlc%C3%A2ntara>

Spotify

Dupla - Marcelo & Mundico - <https://open.spotify.com/intl-pt/artist/7rMFqfCMp1gjqsp1RAFkw3?si=yndM7voxTBCSYTGbU9S7lw>

Luar Cigano – Dirachhim Kalin - https://open.spotify.com/intl-pt/album/2P2sTJEnExbEG6avsGu8vX?si=ywWRcUSzSFITTK5Hp3v_Pw

Matérias e Jornais

<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-cultura/noticias/festival-janinhar-reverencia-arte-e-cultura-dos-povos-ciganos-com-programacao-em-sousa-e-condado>

<https://jornaldaparaiba.com.br/comunidade/dia-nacional-do-cigano-comunidade-preserva-cultura-e-idiona-na-pb-sousa?d=1>

<https://www.brasildefatopb.com.br/2023/05/22/paraiba-recebe-lancamento-da-caravana-brasil-cigano-do-ministerio-da-igualdade-racial>

Redes Sociais:

Instagram Pereira Alcântara : <https://www.instagram.com/pereira.alcantara/>

Instagram grupo Dirachin Kalin: <https://www.instagram.com/dirachincalin/>

Codivally  185

DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO (AUTODECLARAÇÃO) /

Eu, **MANOEL PEREIRA BARROS GOMES ALCÂNTARA**, portador do RG n.º **3650952**, Órgão Expedidor **SSPPB** e do CPF n.º **095.937.984-39**, nascido em **17 de abril de 1993**, residente e domiciliado à **Rua Tiburtino Gomes de Sá, bairro Jardim Sorrilandia III, Sousa/PB**, DECLARO, para os devidos fins para a Seleção Pública 030/2024 da Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE), que sou **CIGANO (A)** de origem e pertença à família **CALON**, da comunidade cigana Pedro Maia, de Sousa/PB.

Declaro, ainda, ter ciência de que as informações prestadas para o processo de análise da condição declarada por mim, com vistas ao ingresso pelo Sistema de Cotas na modalidade de sobreviventes, são de minha inteira responsabilidade e quaisquer informações inverídicas prestadas implicarão no indeferimento da minha solicitação e na aplicação de medidas legais cabíveis.

Na hipótese de configuração de fraude na documentação comprobatória em qualquer momento, inclusive posterior à matrícula, asseguro a mim o direito ao contraditório e a ampla defesa, estou também ciente de que posso perder o direito à vaga conquistada e a quaisquer direitos dela decorrentes, independentemente das ações legais cabíveis que a situação requerer.

Por ser verdade, dato e assino.

Sousa (PB), 06 de novembro de 2024

Documento assinado digitalmente
gov.br MANOEL PEREIRA BARROS GOMES ALCANTARA /
Data: 07/11/2024 06:03:16-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Assinatura do declarante

MANOEL PEREIRA BARROS GOMES ALCÂNTARA

Calonelly  
186

**DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO LIDERANÇA DE COMUNIDADE
CIGANA**

Eu, **MARCILIANA GOMES ALCÂNTARA FIGUEIREDO**, portador do RG n.º **3162029**, Órgão Expedidor **SSP-PB**, e do CPF n.º **059.549.264-92**, nascida em **13/05/1986**, liderança da família **Calon**, localizada à **Rua Tiburtino Gomes de Sá, bairro Jardim Sorrilandia III, Sousa/PB**, DECLARO, para os devidos fins para a Seleção Pública 030/2024 da Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE), que o Sr. **MANOEL PEREIRA BARROS GOMES ALCÂNTARA**, portador do RG n.º **3650952**, Órgão Expedidor **SSPPB** e do CPF n.º **095.937.984-39**, nascido em **17/04/1993**, é CIGANO de origem CALON e mantém vínculos familiares, econômicos, sociais e culturais de participação na comunidade. /

Declaro, ainda, ter ciência de que as informações prestadas para o processo de análise da condição declarada por mim, com vistas ao ingresso pelo Sistema de Cotas na modalidade de sobrevagas, são de minha inteira responsabilidade e quaisquer informações inverídicas prestadas implicarão no indeferimento da minha solicitação e na aplicação de medidas legais cabíveis.

Na hipótese de configuração de fraude na documentação comprobatória em qualquer momento, inclusive posterior à matrícula, assegurado a mim o direito ao contraditório e a ampla defesa, estou também ciente de que posso perder o direito à vaga conquistada e a quaisquer direitos dela decorrentes, independentemente das ações legais cabíveis que a situação requerer.

Por ser verdade, dato e assino.

Curitiba (PR), 06 de novembro de 2024

Documento assinado digitalmente

gov.br

MARCILIANA GOMES ALCANTARA FIGUEIREDO

Data: 06/11/2024 13:04:16-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Assinatura do(a) declarante

MARCILIANA GOMES ALCÂNTARA FIGUEIREDO

Adrielly 

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE VINCULAÇÃO CONTRATUAL FUTURA

Eu, **MANOEL PEREIRA BARROS GOMES ALCÂNTARA**, portador do CPF 095.937.984-39, residente à Rua Tiburtino Gomes de Sá S/N, Sorrilândia III, Sousa, Estado da Paraíba, neste ato, declaro compromisso de vínculo contratual futuro junto a Manacá Cine Studio Ltda, CNPJ 25.301.822/0001-33, para serviço de **consulta/assessoria da etnia cigana Calon**, para a Seleção Pública nº 030/2024 da Fundação de Apoio à Pesquisa – FUNAPE - CNPJ: 00.799.205/0001-89, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados em audiovisual, produção e gerenciamento de rede social, pelo período de 05 (cinco) meses, para atender às atividades previstas do convênio Mapeamento e Registro de Famílias Ciganas das Etnias Calon, Rom e Sintí, de Territórios e Rotas dos Povos Ciganos e das Políticas Públicas.

Este termo é válido se houver parecer favorável a Manacá Cine Studio Ltda.

Sem mais para o momento, assino.

Sousa (PB), 06 de novembro de 2024

gov.br

Documento assinado digitalmente

MANOEL PEREIRA BARROS GOMES ALCANTARA

Data: 07/11/2024 06:03:16-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MANOEL PEREIRA BARROS GOMES ALCÂNTARA

Adrielly 188

EQUIPE TÉCNICA

NOME	FUNÇÃO	DOCUMENTOS
Alessandra da Rosa Pinho	Tradutor/Interprete em Libras	<ul style="list-style-type: none">✓ Currículo.✓ Certificados Cursos.✓ Comprovação de experiência.✓ Declaração de vínculo contratual!

PÁGINAS 189 A 194

Cidrely

Currículo

ALESSANDRA DA ROSA PINHO

Graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Também, é bacharel em Letras Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina. ✓

Iniciou a carreira na TVi Televisão e Cinema no início do ano 2000, tendo colaborado na produção de vários projetos históricos, filmes, programas para televisão, comerciais, audiovisuais institucionais, além de desenvolver roteiros para obras audiovisuais publicitárias.

Atualmente, à frente da Raça Livre Produções, coordena a Produção de Recursos de Acessibilidade para diversos formatos audiovisuais, tendo tornado dezenas de obras cinematográficas acessíveis ao público surdo e cego. Entre elas: "5xChico"; "Sérgio Ricardo, uma outra história do cinema novo"; "Daniel, 30 anos de estrada"; "Junho de 2013, o começo do avesso"; "Cinco Mulheres"; "Caminhos do Alimento"; "Libertários"; "Série Crisálida"; "Crisálida – O Filme"; "Mestre Sirso"; e "Pequenos Grandes Talentos".

Também, dedica-se a criação, desenvolvimento e a produção executiva de conteúdo para TV e cinema, buscando mecanismos para a viabilização dos projetos da produtora e de seus parceiros.

Destaque para as obras do projeto CRISÁLIDA, nos quais além de produtora executiva, também é autora:

- **CRISÁLIDA – O FILME** (Arapy Produções) – longa-metragem de ficção - roteirista e produtora executiva; <https://vimeo.com/334313513/dc8fd01ed9>

- **SÉRIE CRISÁLIDA** (1ª e 2ª Temporadas - Arapy Produções) – série de ficção sobre o universo dos surdos / 10 episódios até o momento – autora e produtora executiva; **1ª Temporada:** <https://vimeo.com/195934331>

2ª Temporada: <https://vimeo.com/manage/videos/870792330/privacy>

- **CRISÁLIDA** (Raça Livre Produções) – curta metragem de ficção – roteirista e produtora executiva; <https://vimeo.com/manage/videos/168455620>

Cabrielly R P 189

Projetos recentes incluem a produção, roteiro e direção do curta-metragem "Entre Paredes", o lançamento da série "Crisálida"- 2ª Temporada, além do desenvolvimento das séries de ficção "Som & Silêncio" e "Crisálida"- 3ª Temporada, bem como os longa-metragens "18 Dias", "Silêncio Bruto" e "Storgé".

Outros trabalhos na área de produção audiovisual:

Projetos históricos: **OS FARRAPOS, O CONTESTADO, LENDAS, CONTOS E OUTRAS HISTÓRIAS CATARINENSES** (Tvi Televisão e Cinema) e **FLORIANÓPOLIS, UMA HISTÓRIA A SER CONTADA** (Zig Filmes);

Curtas metragens: **AS DIVERSAS MORTES DE ADÉLIA, PERTO DO MAR, UM AMOR TÃO LEVE** e **ALUMBRAMENTOS** (Tvi Televisão e Cinema);

Documentários: **FORTALEZAS DA ILHA, GRANDES NOMES DA ARTE CATARINENSE, SANTAS HISTÓRIAS, COMUNICAÇÕES, 50 ANOS EM SC E SEM LIMITES** (Tvi Televisão e Cinema);

Média-metragem: **O TESOURO DO MORRO DA IGREJA** (30 Por Segundo);

Programas para TV: **PALAVRA ABERTA, RETRATOS CATARINENSES E FALA JOVEM** (30 Por Segundo para TVAL).

Mais informações em:

<https://www.racalivreproducoes.com.br/a-ra%C3%A7a-da-ra%C3%A7a>

<https://www.racalivreproducoes.com.br/acessibilidade-audiovisual>

Cabrielly  190



Currículo

RAÇA LIVRE PRODUÇÕES

A **RAÇA LIVRE PRODUÇÕES** é uma produtora audiovisual brasileira independente, registrada na Ancine sob o número 32025, situada em Florianópolis, Santa Catarina, e agente no mercado audiovisual desde 2014, atuando na criação, desenvolvimento e produção de conteúdo; na busca de mecanismos para viabilizar projetos da produtora e de seus parceiros; e na elaboração de recursos de acessibilidade audiovisual como tradução para janela de libras, legenda para surdos e ensurdecidos e audiodescrição, para diversos formatos audiovisuais.

Realizou três obras voltadas à inclusão: É produtora do curta-metragem **CRISÁLIDA**, viabilizado por meio do Edital do Fundo Municipal de Cinema de Florianópolis/Funcine - Prêmio Armando Carreirão 2014; e coprodutora da **SÉRIE CRISÁLIDA** (1ª temporada licenciada para a TV Cultura e para a Netflix, e 2ª temporada em lançamento na TV Cultura) e de **CRISÁLIDA - O FILME**, realizados por meio dos Prêmios Catarinense de Cinema 2015/2019, em parceria com a Arapy Produções e a TVi Televisão e Cinema. Recentemente, realizou o curta-metragem **ENTRE PAREDES**, contemplado no Edital do Funcine - Prêmio Armando Carreirão 2019/2020.

Links das obras:

CRISÁLIDA – O FILME – longa-metragem de ficção
<https://vimeo.com/334313513/dc8fd01ed9>

SÉRIE CRISÁLIDA (1ª e 2ª Temporadas) – série de ficção sobre o universo dos surdos / 10 episódios **1ª Temporada:** <https://vimeo.com/195934331>

2ª Temporada: <https://vimeo.com/manage/videos/870792330/privacy>

CRISÁLIDA – curta metragem de ficção <https://vimeo.com/manage/videos/168455620>

No dia a dia da empresa, a Raça Livre produz recursos de acessibilidade audiovisual, tendo tornado ao longo dos últimos 10 anos, dezenas de obras cinematográficas nacionais e internacionais acessíveis aos espectadores surdos, ensurdecidos e cegos. Portfólio no link: <https://vimeo.com/manage/videos/960631602>

Mais informações em: www.racalivreproducoes.com.br e www.seriecrisalida.com.br

Catally 191



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

O Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do curso de Graduação em **Bacharelado em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS** na data de **12 de julho de 2023** e a colação de grau realizada na data de **30 de agosto de 2023**, confere o título de **Bacharela em Letras** a

Alessandra da Rosa Pinho

de nacionalidade *brasileira*, natural do Estado de Santa Catarina, carteira de identidade com registro geral número **3.562.353/SC**, nascida a **16 de setembro de 1978**, outorgando-lhe o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Florianópolis, 30 de agosto de 2023

Silvana Aguiar dos Santos
Prof.ª. **Silvana Aguiar dos Santos**
Coordenadora do curso

Alessandra da Rosa Pinho
Titulara
13206035

Prof. Dr. Irineu Manoel de Souza
Reitor

Cartilha

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA
Escrivania de Paz Distrito do Campeche - Comarca de Florianópolis
Felício Siedschlag - Tabelião e Oficial Registrador



AUTENTICAÇÃO Nº 600098 Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento original que me foi apresentado com o qual conferi.
Emolumentos: R\$ 5,03 + R\$ 1,14 + R\$ 0,25 = R\$ 6,42
Selo Digital de Fiscalização do tipo NORMAL - HDY72411-D2KV
Florianópolis - SC, 27/08/2024.

LUIS FELIPE BASSANI VICENTIM - Escrevente Substituto



Coabruelly



DECLARAÇÃO

DECLARAMOS para os devidos fins, que Alessandra da Rosa Pinho, CPF 003.416.599-16, prestou serviço como tradutora e intérprete na língua brasileira de sinais no documentário Sérgio Ricardo: uma outra história do cinema novo – 66 minutos, 2023, produzido pela Manacá Cine Studio Ltda.

Florianópolis (SC), 21 de agosto de 2024

MANACA CINE
STUDIO

LTDA:2530182200
0133

Assinado de forma digital
por MANACA CINE STUDIO
LTDA:25301822000133
Dados: 2024.08.16
08:46:42 -03'00'

Márcia Calobrizi Navai
Representante Legal
Manacá Cine Studio Ltda.
CNPJ 25.301.822/0001-33

Cedredly
193

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE VINCULAÇÃO CONTRATUAL FUTURA

Eu, **ALESSANDRA DA ROSA PINHO**, portadora do CPF 003.416.599-16, residente à Servidão Capitão Carlos Lamarca, 152, Campeche, Florianópolis, estado de Santa Catarina, neste ato, declaro compromisso de vínculo contratual futuro junto a Manacá Cine Studio Ltda, CNPJ 25.301.822/0001-33, para serviço de **tradutora e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras)**, para a Seleção Pública nº 030/2024 da Fundação de Apoio à Pesquisa – FUNAPE - CNPJ: 00.799.205/0001-89, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados em audiovisual, produção e gerenciamento de rede social, pelo período de 05 (cinco) meses, para atender às atividades previstas do convênio Mapeamento e Registro de Famílias Ciganas das Etnias Calon, Rom e Sinti, de Territórios e Rotas dos Povos Ciganos e das Políticas Públicas.

Este termo é válido se houver parecer favorável a Manacá Cine Studio Ltda.

Sem mais para o momento, assino.

Florianópolis, 06 de novembro de 2024

Documento assinado digitalmente
gov.br ALESSANDRA DA ROSA PINHO
Data: 06/11/2024 18:47:23 -0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALESSANDRA DA ROSA PINHO

Cabrielly 194

7.1.4. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO TÉCNICA** (Art. 21, Decreto n. 8.241/2014) consistirá em (Documentos deverão ser originais ou cópia autenticada por cartório competente):

7.1.4.1. Estarão aptas a prestar os serviços técnicos especializados, às pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto deste Instrumento Convocatório que **atenderem cumulativamente** aos seguintes requisitos de capacidade técnica:

I. Atestado de capacidade técnica, ou mais, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado em papel timbrado, que comprove(m) a prestação de serviço com características pertinentes ou superiores ao do objeto a ser contratado. Devendo estar claro no documento o serviço prestado.

II. Comprovação, por meio dos Atestado (s) de Capacidade Técnica, de experiência em trabalhos técnicos científicos em áreas das ciências humanas e sociais .

III. Os membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da empresa participante na data prevista para entrega da proposta de preços, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; **e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o participante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso a proponente se sagre vencedora da licitação. (Acórdão nº 2607/2011-Plenário).**

PÁGINAS 23 A 194

Codivelly

g

Certificado de Produto



Nº B23-003390-00000

A AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, conforme inciso XIII do Art. 7º da Medida Provisória nº.2.228-1, de 06 de setembro de 2001, com redação introduzida pela Lei nº. 10.454, de 13 de maio de 2002, e conforme Decreto nº.4.456, de 04 de novembro de 2002, confirma que constitui obra audiovisual brasileira o produto identificado neste Certificado, válido como documento de origem para exportação. Este documento não atesta regularidade em relação à utilização de recursos públicos, inclusive para fins de prestação de contas. As informações desse certificado podem ser conferidas no portal da Ancine,

Título Original SÉRGIO RICARDO: UMA OUTRA HISTÓRIA DO CINEMA NOVO
Classificação BRASILEIRA INDEPENDENTE CONSTITUINTE DE ESPAÇO QUALIFICADO
Tipo DOCUMENTÁRIO
Organização Temporal NÃO SERIADA
Duração 01:00:04
Ano de 2023 **Formato da 1ª** VÍDEO DIGITAL ALTA DEFINIÇÃO - 720PX A 1079PX

Produtor(es)
25.301.822/0001-33 MANACÁ CINE STUDIO EIRELI-ME

Diretor(es)
RAFAEL ROSA HAGEMMEYER








Detentor(es) de Cotas		%
25.301.822/0001-33	MANACÁ CINE STUDIO EIRELI-ME	100

Data de Emissão 14/08/2023 /

Esta via foi gerada às 16:37 do dia 14 de Agosto de 2023

Pág. 1 de 1

Adrielly

-  
-  ITENS DO PROPONENTE >
-  ITENS DA INSCRIÇÃO >
-  ITENS DA SELEÇÃO >
-  ITENS DA CONTRATAÇÃO ✓
- MAPA DE CONTRATAÇÃO
- DOCUMENTOS DE CONTRATAÇÃO
- RESUMO DO CONTRATO
- MAPA DE DESEMBOLSO
-  SISTEMA >

Resumo de contratação



Projeto: **Sérgio Ricardo: Uma Outra História do Cinema Novo** /
Chamada Pública: **Arranjos Regionais – Projetos para TV**

Lista de contratações

CONTRATO	NÚMERO CONTRATO	DATA DE ASSINATURA	DATA DE PUBLICAÇÃO DOU	DATA CONTRATAÇÃO	VALOR INVESTIMENTO	SITUAÇÃO
Contrato 1	4108	17/06/2021	16/07/2021	16/07/2021	R\$ 300.000,00	Ativo

Cancelar

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
 Email de contato: fsa.brde@brde.com.br
 Objetos FSA/BRDE é homologado para utilização com os navegadores Google Chrome e Microsoft Edge.
 BRDE Ancine v24.16 05/11/2024 11:50
[Política de privacidade](#)

Cabrielly
 24 



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA – FCC
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE CONTRATOS

TERMO DE ACEITE CONTRATUAL /

Contrato nº 450/2019

Processo FCC 4130/2019

Prêmio Catarinense de Cinema 2019 / Recursos oriundos da Fundação
Catarinense de Cultura (FCC)


A Proponente contemplada, **MANACA CINE STUDIO EIRELI**, referida abaixo como **CONTRATADA**, declara estar de acordo com os direitos e obrigações referentes ao contrato nº (vide topo deste documento), disponível digitalmente no Sistema Geral de Protocolo Eletrônico do Governo do Estado de Santa Catarina (SGP-e), sob o processo sigla FCC nº (vide topo deste documento). A assinatura deste termo substitui a assinatura do contrato, conforme disposto na cláusula XV do mesmo.

Categoria: 1.1.2. Produção de Telefilme de Documentário

Projeto: Sérgio Ricardo: Uma Outra História do Cinema Novo

Valor: R\$300.000,00 (trezentos mil reais)

Florianópolis, 16 de dezembro de 2019. /



CONTRATADA

Adrielly



25





DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA
EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO



Código de Verificação

Publicado em: 16/12/2019 | Edição: 21164 | Matéria nº: 644317

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA-FCC
HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DE CONCURSO

A Fundação Catarinense de Cultura, comunica aos interessados o suplente contemplado após a terceira redistribuição de recursos não contemplados do edital de Concurso Público n. 60-2019 - Prêmio Catarinense de Cinema 2019. CIG FCC 1909/2019:

PROPONENTE / NOME PROJETO (CATEGORIA)

MANACA CINE STUDIO EIRELI / Sérgio Ricardo: Uma Outra História do Cinema Novo (1.1.2)

contraponto

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA /

Declaro, para os devidos fins, que a MANACÁ CINE STUDIO EIRELI ME, registrada no CNPJ sob o nº 25.301.822/0001-33, com sede na Servidão Olindina Maria Lopes, 440, Campeche, CEP 88066-028, Florianópolis/SC, foi produtora do documentário longa-metragem **"Quem Precisa de Identidade?"** (84min), CPB nº B21-000761-00000, realizada em coprodução com a Contraponto Multimeios, CNPJ 11.248.548/0001-71, executando o projeto com alto desempenho técnico e criativo, desde o desenvolvimento até a entrega final da obra.

Valor do Projeto: R\$ 286.855,67

Por ser verdade, dato e assino o presente documento.

Florianópolis, 31 de julho de 2024. /

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
gov.br LÍCIA BRANCHER
Data: 31/07/2024 15:01:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lícia Brancher

Representante Legal . Contraponto

rua altenor vieira, 85 • lagoa da conceição | CEP 88062-160 • florianópolis/sc

producao@contraponto.tv . CNPJ 11.248.548/0001-71

Cabrielly  27 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O Poder Legislativo Catarinense, em comemoração aos 20 anos da TVAL,
certifica que a obra

Cabe Rock Nessa Ilha?

Foi classificada no primeiro edital do concurso de audiovisuais catarinenses da Assembleia Legislativa e será veiculada na emissora no período de 2021 - 2022

Florianópolis, 12 de novembro de 2019.

Deputado Julio Garcia
Presidente

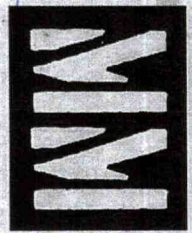
3º TABELIONATO DE NOTAS e
2º OFÍCIO DE PROTESTO
Adelaide da Silva Jardim - Tabeliã
Rua dos Ilhéus, 25 - Térreo - Centro
Florianópolis - SC - CEP: 8010-560
(48) 3227-5522 - cartorio.silvajardim@gmail.com
Horário de Funcionamento: Das 9.00h às 18.00hs

AUTENTICAÇÃO - 332286
Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Do que dou fé.
Florianópolis, 29 de agosto de 2024
Em test. da verdade.
Antonio Roberto Damasco - Escrevente
Substituto
Empolm/Idade: R\$ 5.03 FRU: R\$ 1,14 + 15% R\$
0,26 - Total: R\$5,42 - Emitido por:
MATHÉUSC Selo Digital de Fiscalização - Selo
normal HED24795-ET3U Confira os dados do
selo em: selo.tlsc.jus.br



Cativally

AUTENTICAÇÃO - 332266
Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Da que dou fé.
Florianópolis, 28 de agosto de 2024
Emtest. de verdade.
Antonio Roberto Damasco - Escrivente
Substituto
Emolumentos: R\$ 6,03 FPD - R\$ 1,14 + ISS R\$
0,26 - Total: R\$6,43 - Efetuado por
MATHIEUSC, Selo Digital de Fiscalização, Selo
normal: HED247946M AG. Confira os dados do
ato em: selo.tisc.jus.br



13º MUNDOS DE MULHERES & FAZENDO GÊNERO 11 TRANSFORMAÇÕES, CONEXÕES, DESLOCAMENTOS

CERTIFICADO

Certificamos que **MANACÁ CINE STUDIO** participou como produtora audiovisual parceira da *Comissão de Comunicação* do 13º Congresso Mundos de Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 - 'Transformações, Conexões, Deslocamentos', realizado na Universidade Federal de Santa Catarina de 30 de julho a 04 de agosto de 2017, com duração total de 60 horas.

Florianópolis, 04 de agosto de 2017

Cristina Scheibe Wolf

Miriam Pillar Grossi

Marlene de Fávani

Coordenação geral

- IBAU
- UDESC
- INSTITUTO GÊNERO
- CAPES
- CNPq
- FAPESC

Adavilly



13º MUNDOS DE MULHERES
& FAZENDO GÊNERO 11
TRANSFORMAÇÕES, CONEXÕES, DESLOCAMENTOS



13º WOMEN'S WORLDS
& FAZENDO GÊNERO 11
TRANSFORMATIONS, CONNECTIONS, DISPLACEMENTS

Florianópolis, 17 de agosto de 2017.

DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE

Declaramos, a quem possa interessar, que a produtora MANACÁ CINE ESTÚDIO e sua representante e proprietária, Márcia Calobrizi Navai, possuem exclusividade na produção audiovisual de documentários sobre o 13º MUNDOS DE MULHERES (WOMEN'S WORLDS CONGRESS) / SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11, incluindo o uso de imagens captadas pela equipe da Comissão de Comunicação do evento, com autorização de sua Coordenação Geral. O evento ocorreu entre os dias 30 de julho e 04 de agosto de 2017 na Universidade Federal de Santa Catarina, campus de Florianópolis, Brasil.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA MARIA VEIGA
Data: 05/08/2024 09:01:23-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Ana Maria Veiga

Coordenadora de Programação
Coordenadora de Comunicação

13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11
Instituto de Estudos de Gênero
Universidade Federal de Santa Catarina
+55 48 3721 8211

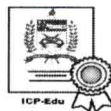


Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Socioeconômico
Departamento de Serviço Social
Fone: (48) 3721-9540/3721-3800 – E-mail: dss@contato.ufsc.br

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que a Produtora Audiovisual **MANACÁ CINE STUDIO**, constituiu o documentário institucional comemorativo dos 60 anos do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Esta produção foi realizada no ano de 2019 e seu conteúdo pode ser acessado em:
<https://dss.ufsc.br/2019/07/09/relatorio-das-comemoracoes-dos-60-anos-do-curso/>

Florianópolis, 19 junho de 2024



Documento assinado digitalmente

Maria Teresa dos Santos

Data: 19/06/2024 14:05:23-0300

CPF: ***.459.218-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Maria Teresa dos Santos
Chefe do Departamento de Serviço Social
Centro Socioeconômico

Cedrielly
31



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins e efeitos legais, que a Manacá Cine Studio, empresa estabelecida na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, sita à Servidão Olindina Maria Lopes, nº 440, bairro Campeche, inscrita no CNPJ sob nº 25.301.822/0001-33, prestou os serviços de captação de imagem direção, roteiro e edição para o II Colóquio Antropologia “Sujeitos, Estado e Políticas Públicas” - Núcleo de Antropologia do Contemporâneo / PPGAS – UFSC / INCT Brasil Plural, realizado nos dias 19 e 20 de junho de 2017.

Informamos ainda que a prestação dos serviços acima referidos apresentou um excelente desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente.

Florianópolis, 09 de julho de 2024



Documento assinado digitalmente

SONIA WEIDNER MALUF

Data: 09/07/2024 11:28:09-0300

CPF: ***.180.980-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa. Dra. Sônia Weidner Maluf
Coordenadora do Núcleo de Antropologia do Contemporâneo
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Universidade Federal de Santa Catarina

Cabrielly  32

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto, para os devidos fins e efeitos legais, que a Manacá Cine Studio, empresa estabelecida na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, sita à Servidão Olindina Maria Lopes, nº 440, bairro Campeche, inscrita no CNPJ sob no 25.301.822/0001-33, prestou os serviços de captação de imagem, direção, roteiro, edição e fotografia para o audiovisual de 30 minutos, INGLÊS CRIATIVO: EM CONSTRUÇÃO, realizado em março e abril de 2017 para UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina, (FAPESC2015TR364).

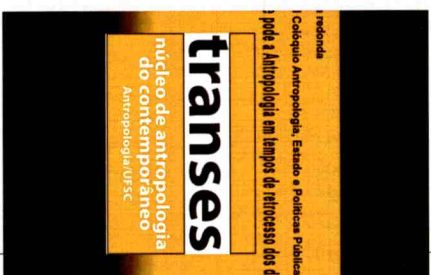
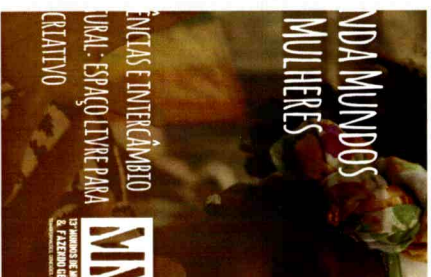
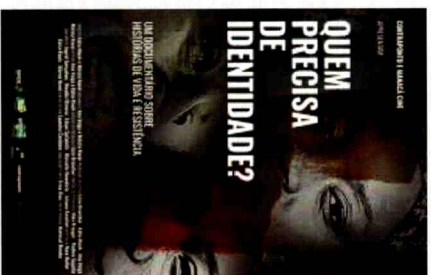
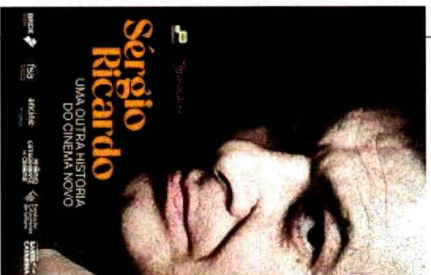
Informo ainda que a prestação dos serviços acima referidos apresentou um excelente desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente.

Florianópolis, 29 de julho de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA ISABEL DE CASTRO LIMA
Data: 29/07/2024 17:58:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARIA ISABEL DE CASTRO LIMA
CPF: 075.554.918-00
Mestre em Literatura
Tradutora
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5473679529517480>)

PORTFÓLIO



**MANACÁ GINE
STUDIO**
produtora de audiovisual

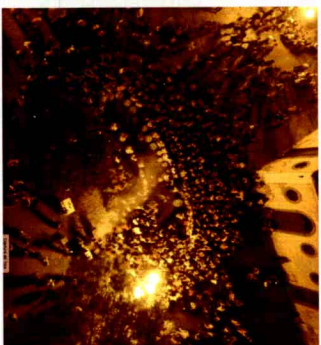
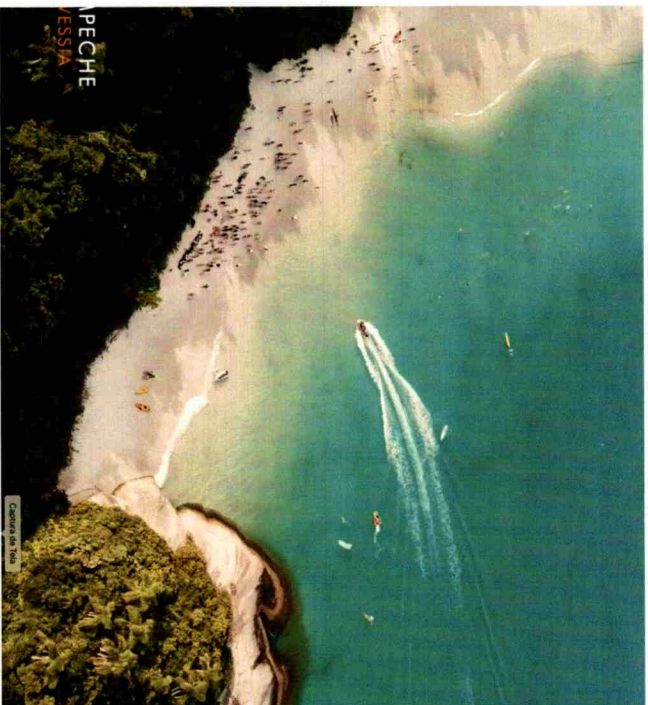
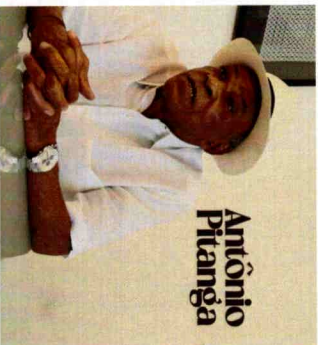
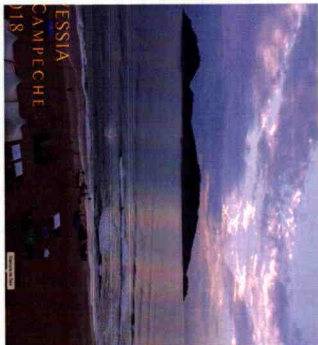
Handwritten signature

Cadavalilly



A MANACÁ CINE STUDIO É UMA EMPRESA PRODUTORA INDEPENDENTE QUE TEM COMO PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS A PRODUÇÃO DE DOCUMENTÁRIOS, CONTEÚDO AUDIOVISUAL E DE PROJETOS MULTIPLATAFORMAS. ESTES COM FOCO EM ELABORAÇÃO DE AUDIOVISUAIS DE CONTEÚDO ACADÊMICO. A ESTRUTURA GERENCIAL DA PRODUTORA É CONSTITUÍDA POR SUA PROPRIETÁRIA, MÁRCIA NAVAI, DOCUMENTARISTA, FOTÓGRAFA E DIRETORA EXECUTIVA, QUE SE DEDICA AO NÚCLEO CRIATIVO E PRODUTIVO, COM O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS, PESQUISA E DIREÇÃO. MÁRCIA NAVAI TRABALHA COM PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DESDE O COMEÇO DOS ANOS 1990, CONSOLIDANDO DESDE ENTÃO UMA REDE PROFISSIONAL DE APOIO À PRODUÇÃO AUDIOVISUAL.

QUEM SOMOS

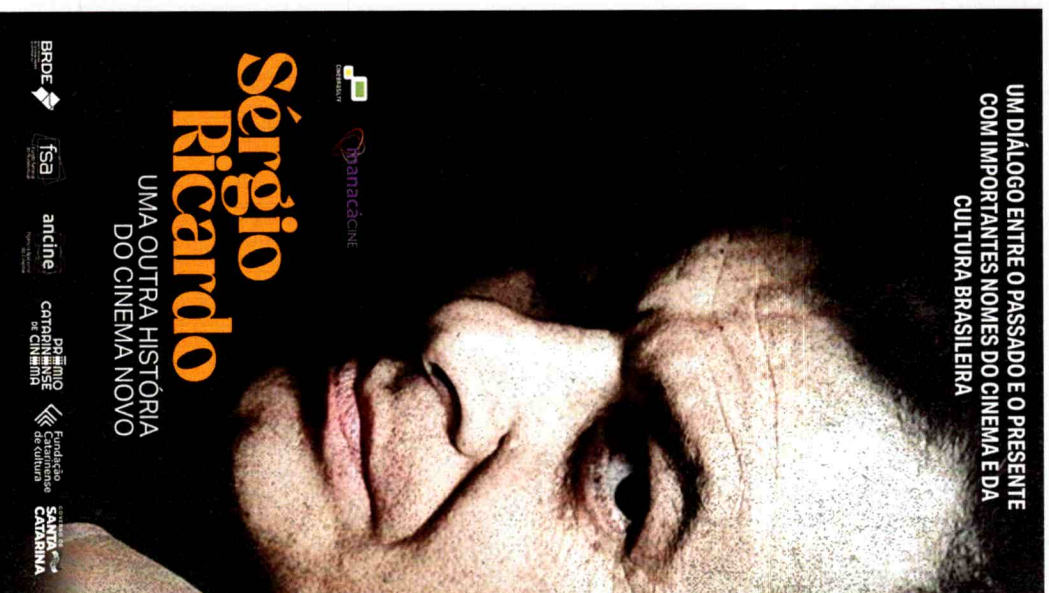


PRODUÇÕES REALIZADAS



Cashingly

UM DIÁLOGO ENTRE O PASSADO E O PRESENTE
COM IMPORTANTES NOMES DO CINEMA E DA
CULTURA BRASILEIRA



Em 2024, foi realizado o lançamento do documentário "Sérgio Ricardo: uma outra história do Cinema Novo", no cinema Paradigma, em Florianópolis (SC). O projeto foi aprovado em 2019, no Prêmio Catarinense de Cinema e contou com recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) - Agência Nacional do Cinema (ANCINE).

Sérgio Ricardo, multiartista do cinema brasileiro, ganha destaque no documentário, que revela a importância de sua produção cinematográfica. Conhecido por suas músicas icônicas e pela cena em que quebra seu violão durante um festival da Record de 1967, Sérgio Ricardo foi um diretor e compositor talentoso, responsável por trilhas sonoras marcantes em filmes como Deus e o Diabo na Terra do Sol e Terra em Transe, ambos dirigidos por Glauber Rocha. Além disso, ele dirigiu filmes como O Menino da Calça Branca, Esse Mundo é Meu, Juliana do Amor Perdido e A Noite do Espantalho, todos com forte teor narrativo, estético e político, seguindo a linha do Cinema Novo. Aos 85 anos, ele retornou à direção com o filme Bandeira de Retalhos, em colaboração com grandes nomes do cinema brasileiro. Sua obra é uma referência para a produção nacional e este documentário convida o público a revisitar sua contribuição para a história do Cinema Novo.

TÍTULO SERGIO RICARDO: UMA OUTRA HISTÓRIA DO CINEMA NOVO

ANO 2023

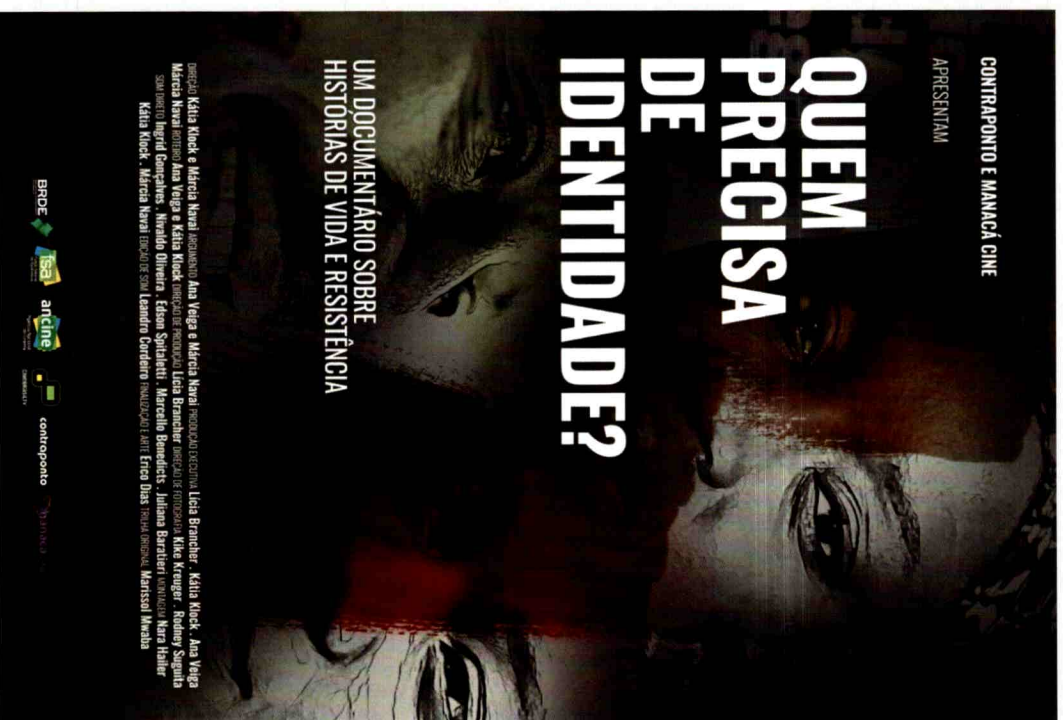
DIRIGIDO POR RAFAEL ROSA HAGEMeyer

DURAÇÃO 66 MINUTOS

GÊNERO DOCUMENTÁRIO

PAÍS BRASIL





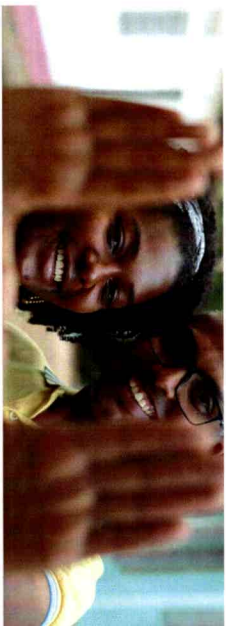
A Manacá Cine em parceria com a Contraponto, igualmente situada no sul do Brasil coproduziu o projeto longa-metragem documental intitulado "Quem precisa de identidade?", contratado no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e aprovado pela ANCINE. finalizado em 2020, o filme se encontra na grade de exibição do canal Cine Brasil TV. O filme trata de histórias pessoais e coletivas que despertam a sensibilidade para questões sociais latentes. São mulheres, homens, pessoas LGBTQTs, povo de santo, imigrantes que ganham a tela com suas vivências e lutas diárias, colocando em debate o que é ser negra e negro no Brasil. Em grupos ou em ações individuais, mobilizam ativismo e superação na busca cotidiana por uma existência digna e por um lugar social de respeito e de direitos.

O documentário "Quem precisa de identidade?" foi exibido na abertura da edição de 25 anos do Florianópolis Audiovisual Mercosul (FAM)! O Festival se consagrou como um dos acontecimentos audiovisuais mais importantes do Sul do Brasil e tem como objetivo de fomentar a formação de público, difundir obras inéditas e viabilizar o debate de temas da plataforma audiovisual.

TÍTULO QUEM PRECISA DE IDENTIDADE?
ANO 2021
DIRIGIDO POR KÁTIA KLOCK E MÁRCIA NAVAL
DURAÇÃO 84 MINUTOS
GÊNERO DOCUMENTÁRIO
PAÍS BRASIL

24
 Cobiwally





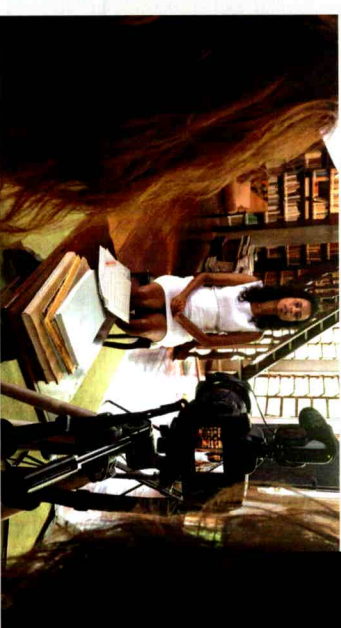
CONTRAPONTO E MANACÁ CINE
APRESENTAM

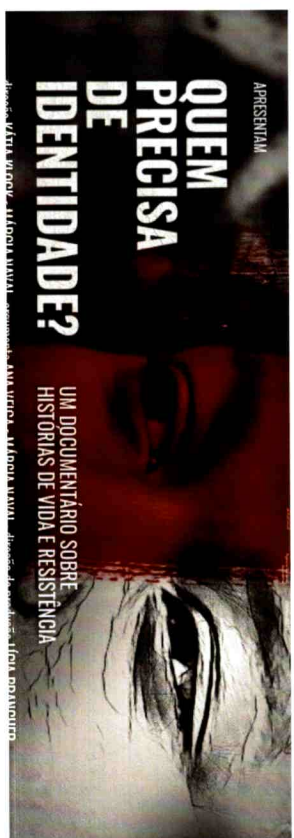
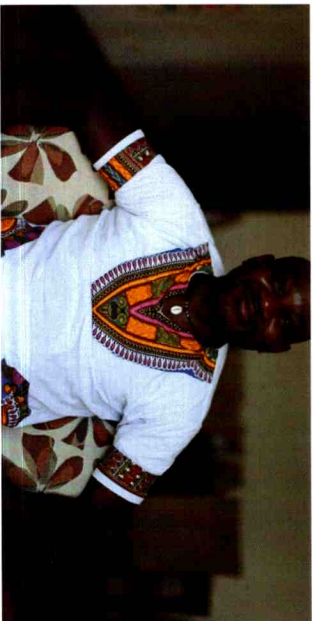
QUEM PRECISA DE IDENTIDADE?

UM DOCUMENTÁRIO SOBRE
HISTÓRIAS DE VIDA E RESISTÊNCIA

DIREÇÃO: Kátia Kloock e Marcia Navaei. APRESENTAM: Ana Velga e Marcia Navaei. PRODUÇÃO EXECUTIVA: Lícia Brancheir, Kátia Kloock, Ana Velga, Marcia Navaei. MONTAGEM: Ana Velga e Kátia Kloock. DIREÇÃO DE PRODUÇÃO: Lícia Brancheir. DIREÇÃO DE FOTOGRAFIA: Kike Krueger, Rodrigo Siqueira. SOM DIRETOR: Ingrid Gonçalves. EDIÇÃO: Amanda Oliveira, Edson Spitznagel. MÚSICA: Marcello Benedict, Juliana Baralieri. NARRAÇÃO: Karla Heller. Kátia Kloock - Marcia Navaei. FUNDADO DE SÃO LAMPRO DO BOM DIA. LANÇAMENTO: 11 JUNI. ERICA DIAS. TELA: TELA BRANCA. MARSSOL MACHADO

BRDF





P R O G R A M A Ç Ã O

O FESTIVAL PARA TODOS OS FANs DE CINEMA

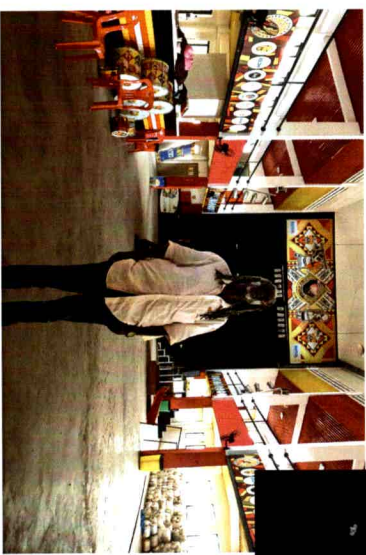
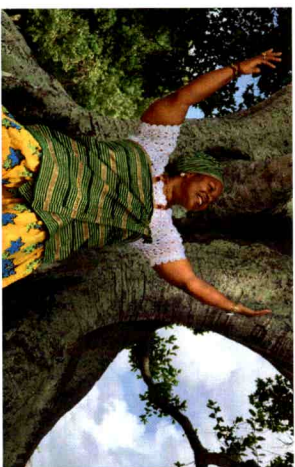
fam 25º

FLORIANÓPOLIS AUDIOVISUAL MERCOSUL 2021

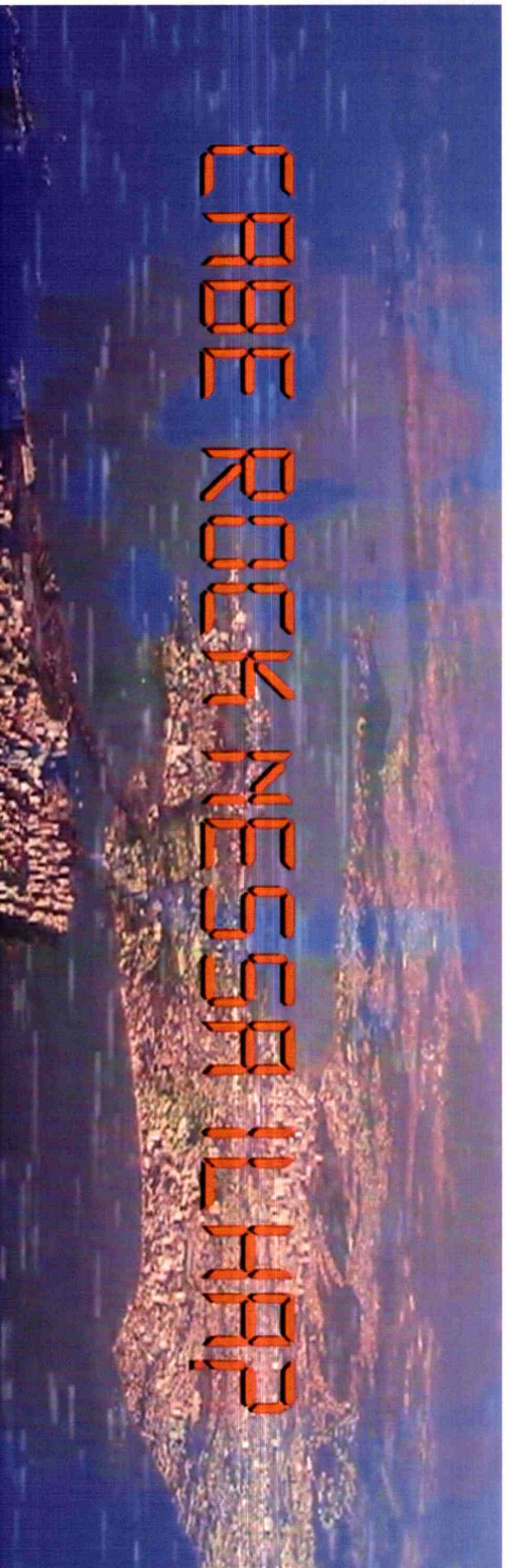
DE 23 A 29 / 09

patrocínio **SEBRAE** **PANVISION** **WUTINGA**

www.famdetodos.com.br | f | i | t | w | /famdetodos



Cobrinelly



Em 2019, foi classificada no primeiro edital do concurso de audiovisuais catarinenses da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) com o prêmio para o longa-metragem "Cabe Rock Nessa Ilha?", veiculado na emissora no TV ALESC em 2022. O filme retrata a cena do rock em Florianópolis nos anos 80.

TÍTULO CABE ROCK NESSA ILHA?

ANO 2022

DIRIGIDO POR VINICIUS GOMES

DURAÇÃO 68 MINUTOS

GÊNERO DOCUMENTÁRIO

PAÍS BRASIL



Handwritten mark

Handwritten mark

Cabineelly

60 ANOS
DSS | UFSC



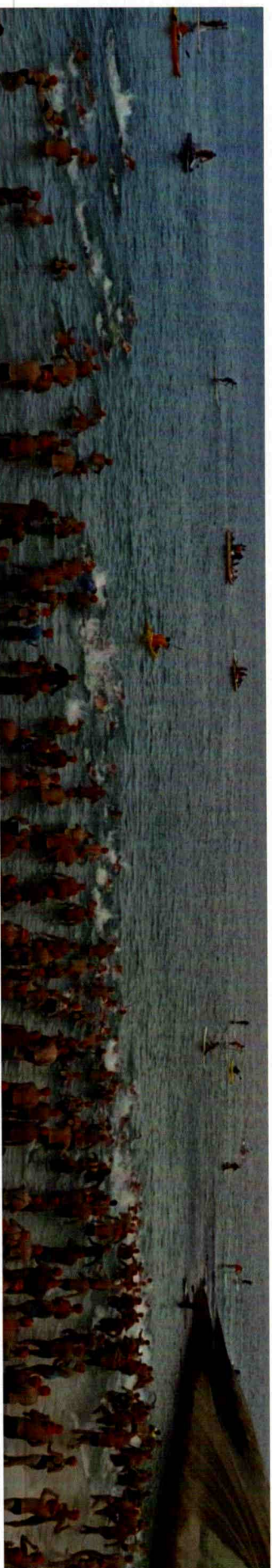
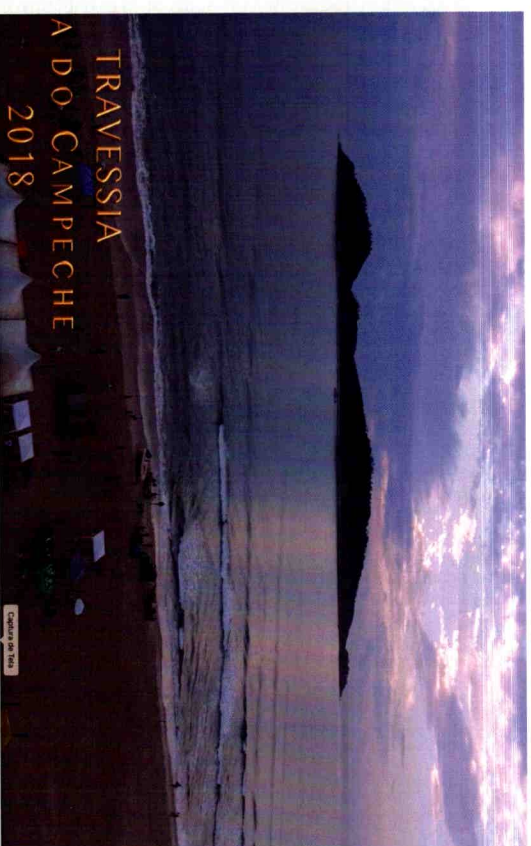
TÍTULO 60 ANOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ANO 2019
DIRIGIDO POR MÁRCIA NAVAL
DURAÇÃO 25 MINUTOS
GÊNERO DOCUMENTÁRIO
PAÍS BRASIL

Também em 2019, a Manacá Cine produziu um documentário média-metragem (25min) sobre os 60 anos do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A criação do Curso de Serviço Social em Florianópolis foi resultado da articulação de entidades sociais catarinenses, em maio de 1958. A Faculdade de Serviço Social, vinculada à Fundação Vidal Ramos, teve sua aula inaugural em março de 1959 e, em seguida, em 1961, foi agregada à estrutura da então recém-criada Universidade Federal de Santa Catarina. Naquela ocasião, o Curso já tinha, entre seus propósitos, formar profissionais habilitados e comprometidos com o conhecimento e com a intervenção na realidade social. Ao longo de sua história, o curso de Serviço Social sempre teve o compromisso com uma sólida formação profissional, constituída a partir de uma base de conhecimentos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos visando preparar o assistente social para a intervenção nas múltiplas expressões da questão social e capacitá-lo para os desafios, processos, demandas e necessidades sociais que se atualizam e se transformam constantemente. Articulando ações de ensino, pesquisa, extensão e de gestão acadêmica, o Curso de Serviço Social da UFSC inscreve hoje como um dos mais importantes do país.



Adrielly

Em 2018, a Manacá Cine produziu um curta-metragem documental sobre a Travessia da Ilha do Campeche naquele ano, em Florianópolis (SC). A Travessia da Ilha do Campeche é um evento esportivo e filantrópico realizado pela Sotália Sports em Florianópolis. Com 25 anos de tradição, o evento reúne centenas de atletas e amantes do mar, que nadam os 1.500 metros da Ilha à Praia do Campeche. A Travessia também promove diversas atividades lúdicas e educativas na areia, como mutirão de lixo, feira socioambiental, atividades culturais, música e premiações.



CP
Cadbury

TENDA MUNDOS DE MULHERES

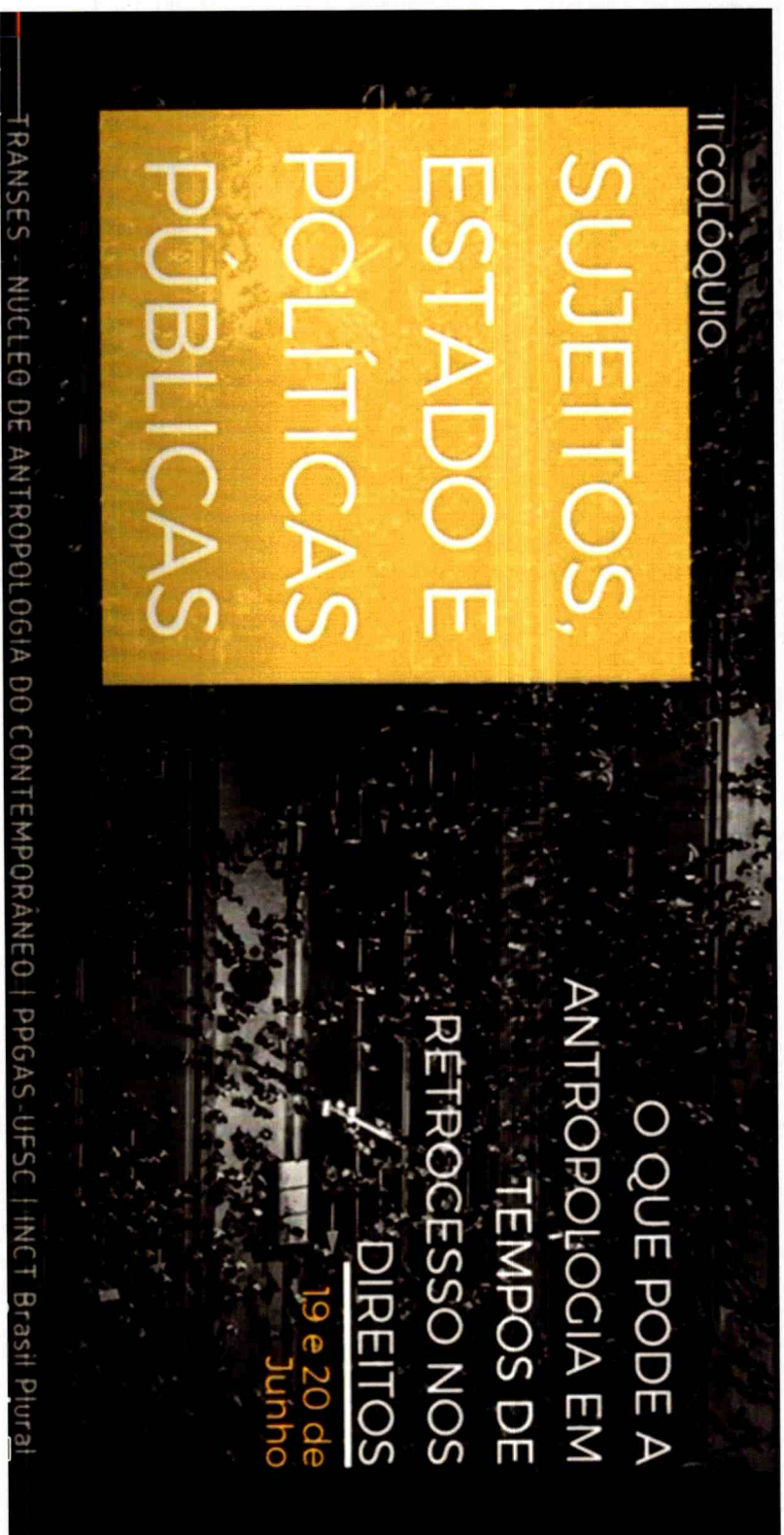
VIVÊNCIAS E INTERCÂMBIO CULTURAL: ESPAÇO LIVRE PARA USO CRIATIVO



Valorizando o trabalho de viés acadêmico, a Manacá Cine Studio foi a produtora parceira do evento internacional 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11, realizado em 2017, pela Universidade Federal de Santa Catarina, um evento que mobilizou mais de 10 mil pessoas na cidade de Florianópolis. Possui material exclusivo do encontro, que constitui a base do documentário "Mundos de Mulheres Brasil"; realizou a cobertura geral do evento com programetes, entrevistas e arquivo documental. Exibição no canal da TV UFSC e Streaming.



↳ *Cadernelly*



2017 - II Colóquio Antropologia "Sujeitos, Estado e Políticas Públicas" - Núcleo de Antropologia do Contemporâneo / PPGAS - UFSC / INCT Brasil Plural. A cobertura geral do evento foi realizada pela Manacá Cine. Exibição no canal do Youtube e Streaming.

GP

Cobertura



No Colóquio foram apresentados trabalhos de pesquisa, finalizados ou em andamento, que problematizaram a articulação entre sujeitos-Estado-políticas públicas. O tema das políticas públicas e dos direitos ganhou um espaço importante na antropologia nos últimos anos, de algum modo refletindo uma conjuntura de crescimento e avanço dessas políticas nas últimas décadas.

A antropologia política do Brasil contemporâneo que buscam desenvolver nos projetos realizados no Transes tem buscado descrever as interfaces entre os agenciamentos sociais e a ação do Estado, através das políticas públicas, dos serviços públicos e das instituições, principalmente as de acolhimento e/ou encarceramento.

De modo geral, tem se desenvolvido uma reflexão sobre as biopolíticas contemporâneas, o que inclui, além de questões de saúde e saúde mental (tema trabalhado mais especificamente nos últimos anos), questões sobre direitos, cidadania, políticas voltadas a populações específicas e aos diferentes dispositivos sociais mobilizados no sentido da produção de corpos e sujeitos.

Fonte: <https://transes.paginas.ufsc.br/2017/09/>

Mesa redonda

II Colóquio Antropologia, Estado e Políticas Públicas:



O que pode a Antropologia em tempos de retrocesso dos direitos

transes

núcleo de antropologia
do contemporâneo

Antropologia/UFSC

➤


 *Castro-Ally*

Em 2017, a Manacá Cine produziu o documentário "INGLÊS CRIATIVO: EM CONSTRUÇÃO". O vídeo tem como objetivo registrar o resultado do projeto realizado na Unisul que refletiu sobre o uso das novas tecnologias em prol do processo de ensino/aprendizagem, o projeto foi idealizado para motivar estudantes do ensino médio das escolas públicas de Palhoça (SC) para o estudo da língua inglesa. Utilizando a questão da escrita de si e as novas formas de expressão dos sujeitos, como blogs e vídeos, a proposta selecionou alunos de uma escola pública do município de Palhoça, localizada no entorno da Unisul Pedra Branca, trazendo-os para dentro do âmbito universitário, oferecendo, através de oficinas e trabalho de campo, a possibilidade de construção ou solidificação de conhecimentos em inglês, fazendo com que estes, através de participação direta, possam adquirir uma ampla visão cultural da língua meta, com a construção e tradução de textos para publicação no blog. A proposta é de um trabalho coletivo, e que os textos reflitam não apenas questões individuais, mas do entorno do estudante. O cuidado de si significa também o cuidado com sua comunidade, e, além de pensar textos a partir de relatos de gente da comunidade, conhecendo melhor seu próprio espaço e seu entorno, sua comunidade e suas experiências internacionalmente, através do blog e de plataformas acessíveis na internet. Desta forma o aluno deixa de ser apenas um consumidor, um receptor das informações veiculadas, e passa a ser autor, construtor de informações pertinentes a seu mundo onde as novas tecnologias do blog e audiovisual são os catalisadores no processo de ensino/aprendizagem.



Handwritten signature
socially

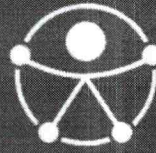


PARA MAIORES INFORMAÇÕES E
ORÇAMENTOS ENTRAR EM
CONTATO.



MARCIA NAVAI
[48] 99997 8087
manacacine@gmail.com

18ª Primavera dos museus



TEMA
museus,
acessibilidade
e inclusão

Um cinema no museu com o filme
"Quem precisa de identidade?"



Data: 28/9 (sábado)

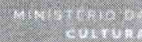
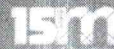
Horário: 19h

Local: Jardim do Museu Nacional de Imigração e Colonização
(rua Rio Branco, 229 - Centro)

Entrada gratuita

L *Classificação livre*

Saiba mais em: visite.museus.gov.br



Cabrielly
49

EQUIPE TÉCNICA

NOME	FUNÇÃO
Márcia Calobrizi Navai	Coordenadora Geral e Produtora de vídeo - Cinegrafista
Hermínio Pires Nunes	Fotógrafo
Erico Dias	Editor de vídeo
Cláudio Domingos Iovanovitchi	Consultor/Assessoria Povos Ciganos
Manoel Pereira Barros Gomes Alcântara	Consultor/Assessoria Povos Ciganos
Alessandra da Rosa Pinho	Tradutor/Interprete em Libras

PÁGINAS 50 A 194

EQUIPE TÉCNICA

NOME	FUNÇÃO	DOCUMENTOS
Márcia Calobrizi Navai	Coordenadora Geral Produtora de vídeo - Cinegrafista	<ul style="list-style-type: none">✓ Currículo.✓ Declaração de indicação de função Coordenação Geral.✓ Certificados Cursos.✓ Comprovação de experiência.✓ Declaração de vínculo contratual.

PÁGINAS 50 A 60



MINIBIO

Cine-fotógrafa pelo IIF - Instituto Internacional de Fotografia, publicitária e fotógrafa desde 1987. Exerceu funções no planejamento e gerenciamento de campanhas de mercado, fotografias publicitárias; na direção de programas de TV; na criação e roteiro de produções comerciais, de vídeos empresariais e videoclipes musicais; na elaboração de logotipos; no desenvolvimento de projetos e produções musicais para álbuns e shows; e no planejamento e gerenciamento de eventos. É documentarista e proprietária da produtora Manacá Cine Studio.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

📅 2023 📍 Florianópolis - SC

DIREÇÃO E PRODUÇÃO EXECUTIVA **Sérgio Ricardo: Uma Outra História do Cinema Novo**

Longa-metragem documental.
Prêmio Fundação Catarinense de Cinema.
Exibição no canal CineBrasil TV.

📅 2022 📍 Florianópolis - SC

PRODUÇÃO EXECUTIVA **Solidão: Histórias Desterradas**

Longa-metragem documental.
Desenvolvimento de projeto.

📅 2021 📍 Florianópolis - SC

DIREÇÃO EXECUTIVA **Cabe Rock Nessa Ilha?**

Longa-metragem documental.
Concurso de Audiovisuais Catarinenses da Assembleia Legislativa 2021-2022 (ALESC).

📅 2020 📍 Florianópolis - SC

DIREÇÃO, ARGUMENTO E MONTAGEM **Quem precisa de identidade?**

Longa-metragem documental.
Prêmio Fundação Catarinense de Cinema.
Exibição no canal CineBrasil TV.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

📅 2019 📍 Florianópolis - SC

DIREÇÃO, CAPTAÇÃO E EDIÇÃO **Comemoração dos 60 anos do Curso de Serviço Social (UFSC - CSE)**

Longa-metragem documental.
Exibição no canal do Youtube e Streaming.

📅 2018 📍 Florianópolis - SC

DIREÇÃO, ROTEIRO, CAPTAÇÃO E EDIÇÃO **Travessia da Ilha do Campeche**

Curta-metragem documental.
Exibição promovida pelo grupo Las Lunas (publicitária).

📅 2017 📍 Florianópolis - SC

DIREÇÃO, ROTEIRO, CAPTAÇÃO E EDIÇÃO **13o Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11 (Evento Internacional - IEG/USFC)**

Cobertura geral do evento com programetes, entrevistas e arquivo documental.
Exibição no canal da TV UFSC e Streaming.

📅 2017 📍 Florianópolis - SC

DIREÇÃO, ROTEIRO, CAPTAÇÃO E EDIÇÃO **II Colóquio Antropologia "Sujeitos, Estado e Políticas Públicas", Núcleo de Antropologia do Contemporâneo e pelo INCT Brasil Plural (ANTROPOLOGIA - UFSC)**

Cobertura geral do evento.
Exibição no canal do Youtube e Streaming.

📅 2015 📍 São Paulo - SP

ROTEIRO E CODIREÇÃO **Celulares NOKIA**

Programetes publicitários de 30 segundos e de 60 segundos.
30 peças publicitárias para aparelhos celulares - em pré-lançamento.

📅 1992-1996

📍 Santos - SP

DIREÇÃO

Jornal da Tribuna 1ª edição (no Jornal Hoje) e 2ª edição

Programas jornalísticos diários de 45 min. e 15 min.
Exibição em TV aberta (TV TRIBUNA Baixada Santista e Vale do Ribeira).

📅 1992-1996

📍 Santos - SP

DIREÇÃO

Esporte Tribuna (no Globo Esporte)

Programa diário de esporte com 20 min.
Exibição em TV aberta (TV TRIBUNA Baixada Santista e Vale do Ribeira)

📅 1992-1996

📍 Santos - SP

DIREÇÃO

Esporte Tribuna (edição de sábado)

Programa semanal de esporte com 40 min.
Exibição em TV aberta (TV TRIBUNA Baixada Santista e Vale do Ribeira).

📅 1992-1996

📍 Santos - SP

DIREÇÃO

Comunidade

Programa jornalístico semanal com 40 min.
Exibição em TV aberta (TV TRIBUNA Baixada Santista e Vale do Ribeira).

📅 1992-1996

📍 Santos - SP

DIREÇÃO E COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Revista da Praia

Programa de entretenimento sazonal com 40 min.
Exibição em TV aberta (TV TRIBUNA Baixada Santista e Vale do Ribeira).

📅 1992-1996

📍 Santos - SP

DIREÇÃO

TV Tribuna Entrevista

Programa jornalístico sazonal com 40 min.
Exibição em TV aberta (TV TRIBUNA Baixada Santista e Vale do Ribeira).

📅 1992-1996

📍 Santos - SP

DIREÇÃO E COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Corpo em Ação

Programa jornalístico e de entretenimento semanal com 40 min.
Exibição em TV aberta (TV TRIBUNA Baixada Santista e Vale do Ribeira).

📅 1994

📍 Santos - SP

DIREÇÃO

Fórmula 1

Transmissão ao vivo.
Exibição em TV aberta (Rede Globo de Televisão).

📅 1992-1996

📍 Santos - SP

DIREÇÃO

Futebol

Transmissão ao vivo.
Exibição em TV aberta (TV TRIBUNA Baixada Santista e Vale do Ribeira).

📅 1992-1996

📍 Santos - SP

DIREÇÃO, COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE VIDEOCLIPES DAS ESCOLAS DE SAMBA DE SANTOS

Carnaval

Transmissão ao vivo e produção em estúdio.
Exibição em TV aberta (TV TRIBUNA Baixada Santista e Vale do Ribeira).

📅 1992-1996

📍 Santos - SP

DIREÇÃO

Vôlei de Praia

Transmissão ao vivo.
Exibição em TV aberta (TV TRIBUNA Baixada Santista e Vale do Ribeira).

📅 1992-1996

📍 São Paulo - SP

CRIAÇÃO E EDIÇÃO

Chamadas de programação e institucionais

Audiovisuais de 15 segundos, 30 segundos e 60 segundos.

Exibição em TV aberta (TV TRIBUNA Baixada Santista e Vale do Ribeira).

📅 1992-1996

📍 Santos - SP

CRIAÇÃO E EDIÇÃO

Vinhetas de Programas Institucionais

Audiovisuais de 5 segundos a 15 segundos.

Exibição em TV aberta (TV TRIBUNA Baixada Santista e Vale do Ribeira).

📅 1993

📍 Santos - SP

PROJETO DE RENOVAÇÃO E CRIAÇÃO

Logomarca e vinhetas da TV Tribuna

Logomarca e animação de vinhetas.

Exibição em TV aberta (TV TRIBUNA Baixada Santista e Vale do Ribeira).

📅 1993-1996

📍 Santos - SP

CRIAÇÃO, ROTEIRO E DIREÇÃO DE INÚMEROS COMERCIAIS

Comerciais diversos

Comerciais de 15, 30 e 45 segundos.

Exibição em TV aberta (TV TRIBUNA Baixada Santista e Vale do Ribeira, e também em outras emissoras de TV).

📅 1990-1992

📍 São Paulo - SP

CRIAÇÃO DO PROGRAMA, DIREÇÃO GERAL, CRIAÇÃO E DIREÇÃO DE QUADROS E VIDEOCLIPES Espaço Amador

Programa de entretenimento com 60 min. (5 blocos).

Exibição em TV aberta (TV Bandeirantes, depois TV Record).

📅 1987-1990

📍 São Paulo - SP

SUPERVISÃO E CRIAÇÃO DE PEÇAS GRÁFICAS E DE COMERCIAIS

Actor Propaganda

Peças publicitárias gráficas e audiovisuais.

Visibilidade de clientes como SAAB Scania do Brasil, Jeep Club do Brasil, Associação Brasileira de Criadores de Gado Jersey (produção gráfica).

Comerciais de TV para clientes como Arapuã e Pneus Michelin.



INDICAÇÃO DE COORDENAÇÃO GERAL ✓

A empresa Manacá Cine Studio Ltda., inscrita sob CNPJ nº 25.301.822/0001-33, vem, nas condições estabelecidas no Termo de Referência da Seleção Pública 030/2024 da Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE), e no caso de aprovação no presente certame, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados em audiovisual, produção e gerenciamento de rede social, pelo período de 05 (cinco) meses, para atender às atividades previstas do convênio Mapeamento e Registro de Famílias Ciganas das Etnias Calon, Rom e Sinti, de Territórios e Rotas dos Povos Ciganos e das Políticas Públicas, indicar como Coordenadora Geral a sua representante legal, Márcia Calobrizi Navai, CPF 074.646.938-17, fone 48 99997 8087, e-mail marcianavai29@gmail.com.

Florianópolis (SC), 07 de novembro de 2024 ✓

MANACA CINE STUDIO
LTDA:25301822000133

Assinado de forma digital
por MANACA CINE STUDIO
LTDA:25301822000133
Dados: 2024.11.07 13:08:11
-03'00'

Márcia Calobrizi Navai
Representante Legal
Manacá Cine Studio Ltda.
CNPJ 25.301.822/0001-33



IIIF INSTITUTO INTERNACIONAL DE
FOTOGRAFIA

CERTIFICADO

Certificamos que

Márcia Calobrizi Navai

Participou do Curso Intensivo de Cinefotografia, ministrado pelo cineasta Toni Martin com carga horária de 45 horas, realizado no Estúdio do Instituto Internacional de Fotografia.

São Paulo, 21 de janeiro de 2011.

Toni Martin

Toni Martin

Cineasta e Professor

Daniilo Russo

Daniilo Russo

Diretor

3º TABELIONATO DE NOTAS e
2º OFÍCIO DE PROTESTO
Adeleide da Silva Jardim - Tabeliã
Rua dos Ilhéus 28 - 1º Andar - Centro
Florianópolis - SC - CEP: 88010-560
(48) 3222-5572 - aspsilvajardim@gmail.com
Horário de Funcionamento: das 9:00hs às 18:00hs

AUTENTICAÇÃO - 332286
Autentico a presente cópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Do que dou fé.
Florianópolis, 28 de agosto de 2024
Em test. da verdade
Antonio Roberto Damasco - Escrivante
Substituto
Empenho: R\$ 5,03 FRL; R\$ 1,14 + 15% R\$
0,26 - Total R\$ 6,42 - Efetuado por:
MATHIEUSC Selo Digital de Fiscalização - Selo
normal HE024798-4EJN. Confira os dados do
ato em: sala.tsc.jus.br





CERTIFICAMOS QUE

MÁRCIA CALOBRIZI NAVAÍ

PARTIÇIPOU, NA QUALIDADE DE

ALUNO (A)

DO(A)

WORKSHOP: RETOQUE

REALIZADO(A)

SOLAR DO BARÃO (ATELIER)

NA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA

PERÍODO: 18/8/98.

REGISTRO DE LIVRO Nº IV FOLHA 26 CARGA HORÁRIA 2H
CURITIBA, 18 DE AGOSTO DE 19 98.

Sandra
SANDRA FOGAGNOLI
COORDENADORA DE ARTES PLÁSTICAS

Jose Albano
JOSÉ ALBANO
INSTRUTOR

CURITIBA
PREFEITURA DA CIDADE

3º TABELIONATO DE NOTAS e
2º OFÍCIO DE PROTESTOS
Adelaide da Silva Jardim - Tabeliã
Rua dos Irmãos, 28 - Térreo - Centro
Florianópolis - SC - CEP 88010-960
(48) 3202-4500 - e-mail: cartorio@tjsc.jus.br
Herdado do Funcionamento dos 3º Ofícios às 18:00hs

AUTENTICAÇÃO - 332286

Autentico a presente fotocópia por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado. Do que dou fé.

Florianópolis, 28 de agosto de 2024

Em test. _____ da verdade.

Antonio Roberto Damasco - Escrevente

Substituto

Emolumentos: R\$ 5,03 FRJ: R\$ 1,14 + ISS R\$

0,26 - Total R\$6,42 - Efetuado por:

MATHEUSC Selo Digital de Fiscalização - Selo normal HED24796-JGCW. Confirma os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br



adrielly



Certificado de Conclusão

Certificamos que
Marcia Navai
concluiu o curso
Gerenciando Projetos com MS Project
com duração de
18 horas
no período de
5/2/2007 a 6/2/2007

3º TABELIONATO DE NOTAS e
2º OFÍCIO DE PROTESTOS
Adelaide da Silva Jardim - Tabelião

Rua dos Ilhéus, 23 - Térreo - Centro
Florianópolis - SC - CEP 88010-560
(48) 3222-5522 - artorioasilva.jardim@gmail.com
Horário de Funcionamento: das 00hs às 18:00hs

AUTENTICAÇÃO - 332296
Autenticação presente, fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Do que dou fé
Florianópolis, 28 de agosto de 2024
Em test. da verdade
Antônio Roberto Damasco - Escrevente
Substituto
Embutimentos: R\$ 5,03 FR - R\$ 1,14 + ISS R\$
0,25 - Total: R\$ 6,42 - Emitido por:
MATEUSC - Selo Digital de Fiscalização - Selo
normal HED24797-372E. Confira os dados do
ato em: selo.jsc.us.br



02.888.195/0001-83

BESSA CONSULTORES ASSOCIADOS
LTDA

Rua São João, 119 - Gr. 401
Centro - CEP 24010-040
Niterói - RJ

Luiz Bessa
Presidente

BESSA
Consultores Associados
www.bessa-consultores.com

Project Management Institute
Building professionalism in project management



Admissibly



3º TABELIONATO DE NOTAS e
2º OFÍCIO DE PROTESTO
Adelaide da Silva Jardim - Tabelaí

Rua dos Ilhéus, 28 - Térreo - Centro
Florianópolis - SC - CEP 88010-560
(48) 3222-9522 - cafon@silvaja.dim@gmail.com
Horário de Funcionamento: das 9:00hs às 18:00hs

AUTENTICAÇÃO - 3322288
A presente Autenticação foi realizada nos
termos do artigo 1.287 do Código de Normas,
tendo sua veracidade conferida. Do que dou
fé, Florianópolis, 29 de agosto de 2024.
Em test. da verdade.
Antonio Roberto Damasco - Escrevente
Substituto
Emolumento: R\$ 5,03 FRJ; R\$ 4,14 + ISS R\$
0,26 - Total: R\$6,42 - Efetuado por:
MATHÉUSC. Selo Digital de Fiscalização - Selo
normal HED2A799-RGSA. Confira os dados do
ato em: selo.tjfc.jus.br



Certificado de conclusão

Certificamos que o aluno:

Marcia Cabralini Marzari

concluiu o **Curso de Premiere Pro CC**

No período de 03/08/2024 a 13/08/2024 com Carga Horária de 40 horas
Com 100% de aproveitamento - Certificado n° 1308-2024-1338-12476

Cabralini

GYN CURSOS ONLINE
CNPJ 32.970.217/0001-10
gyn cursos.com.br

ALUNO

CPF: 074.646.938-17

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO



Certificado de Curso Online Livre, emitido em conformidade com o Decreto Federal Nº 5.154/04
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

Professor / Empregador verifique a autenticidade deste certificado
fazendo a leitura do QR CODE acima



DECLARAÇÃO ↗

DECLARAMOS para os devidos fins, que Márcia Calobrizi Navai, CPF 074.646.938-17, atuou como cinegrafista nos projetos realizados pela Manacá Cine Studio Ltda., conforme discriminado abaixo.

Documentários:

Quem Precisa de Identidade? – 84 minutos, 2021.

60 anos do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – 25 minutos, 2019.

Curta-metragem documental sobre a Travessia da Ilha do Campeche – 02 minutos e 27 segundos, 2018.

Cobertura do 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11 - 60 horas, 2017.

Curta-metragem “Inglês Criativo” – 30 minutos, 2017.

Cobertura geral do II Colóquio Antropologia “Sujeitos, Estado e Políticas Públicas” – 09 vídeos, totalizando 208 minutos aproximadamente, 2017.

Florianópolis (SC), 21 de agosto de 2024

MANACA CINE
STUDIO

LTDA:2530182200
0133

Assinado de forma digital
por MANACA CINE STUDIO
LTDA:25301822000133
Dados: 2024.08.15 16:35:41
-03'00'

Márcia Calobrizi Navai
Representante Legal
Manacá Cine Studio Ltda.
CNPJ 25.301.822/0001-33

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE VINCULAÇÃO CONTRATUAL FUTURA

Eu, **MÁRCIA CALOBRIZI NAVAI**, portadora do CPF 074.646.938-17, residente à Rua Ana Luiza Vieira, 83, apto. 103 Campeche, Florianópolis, Santa Catarina, neste ato, declaro compromisso de vínculo contratual futuro junto a Manacá Cine Studio Ltda, CNPJ 25.301.822/0001-33, para serviço de **coordenadora geral**, para a Seleção Pública nº 030/2024 da Fundação de Apoio à Pesquisa – FUNAPE - CNPJ: 00.799.205/0001-89, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados em audiovisual, produção e gerenciamento de rede social, pelo período de 05 (cinco) meses, para atender às atividades previstas do convênio Mapeamento e Registro de Famílias Ciganas das Etnias Calon, Rom e Sinti, de Territórios e Rotas dos Povos Ciganos e das Políticas Públicas.

Este termo é válido se houver parecer favorável a Manacá Cine Studio Ltda.

Sem mais para o momento, assino.

Florianópolis, 07 de novembro de 2024

MANACA CINE STUDIO
LTDA:2530182200013
3

Assinado de forma digital por
MANACA CINE STUDIO
LTDA:25301822000133
Dados: 2024.11.07 13:01:38
-03'00'

MÁRCIA CALOBRIZI NAVAI

Calobrizi

59

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE VINCULAÇÃO CONTRATUAL FUTURA

Eu, **MÁRCIA CALOBRIZI NAVAÍ**, portadora do CPF 074.646.938-17, residente à Rua Ana Luiza Vieira, 83, apto. 103 Campeche, Florianópolis, Santa Catarina, neste ato, declaro compromisso de vínculo contratual futuro junto a Manacá Cine Studio Ltda, CNPJ 25.301.822/0001-33, para serviço de **produtora de vídeo/cinegrafista**, para a Seleção Pública nº 030/2024 da Fundação de Apoio à Pesquisa – FUNAPE - CNPJ: 00.799.205/0001-89, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados em audiovisual, produção e gerenciamento de rede social, pelo período de 05 (cinco) meses, para atender às atividades previstas do convênio Mapeamento e Registro de Famílias Ciganas das Etnias Calon, Rom e Sinti, de Territórios e Rotas dos Povos Ciganos e das Políticas Públicas.

Este termo é válido se houver parecer favorável a Manacá Cine Studio Ltda.

Sem mais para o momento, assino.

Florianópolis, 07 de novembro de 2024

MANACA CINE
STUDIO

LTDA:2530182200013
3

Assinado de forma digital
por MANACA CINE STUDIO
LTDA:25301822000133
Dados: 2024.11.07 13:03:47
-03'00'

MÁRCIA CALOBRIZI NAVAÍ

Adrielly



EQUIPE TÉCNICA ✓


NOME	FUNÇÃO	DOCUMENTOS
Hermínio Pires Nunes ✓	Fotógrafo	<ul style="list-style-type: none">✓ Currículo.✓ Certificados Cursos.✓ Comprovação de experiência.✓ Declaração de vínculo contratual.

PÁGINAS 61 A 74

Adrielly 

HERMINIO PIRES NUNES

Fotógrafo

 (48) 99981 6224

 herminiopnunes@gmail.com

MINIBIO

Fotojornalista, 59 anos, iniciou na carreira há quase quarenta anos. Além de trabalhar em agência de publicidade, e assessoria de imprensa, atuou em diversos jornais e revistas locais, estaduais (JSC, OE e DC), nacionais (JB, Valor Econômico, FSP, IstoÉ etc.) e Whashington Post. Também teve inúmeras publicações sindicais. Recebeu Menção Honrosa no maior prêmio de fotografia de Direitos Humanos - Vladimir Herzog, ganhou o prêmio estadual Olívio Lamas em várias edições e colocações e a Medalha Dakir Polidoro, da Câmara de Vereadores de Florianópolis.

PRÊMIOS E DESTAQUES

2009 TROFÉU OLÍVIO LAMAS DE FOTOJORNALISMO - 3ª EDIÇÃO

MENÇÃO HONROSA - destaque nos aspectos capacidade de aliar informação à imagem, grau de dificuldade, impacto da imagem e composição técnica e estética do material inscrito. Florianópolis (SC).

2009 TROFÉU OLÍVIO LAMAS DE FOTOJORNALISMO - 3ª EDIÇÃO

TERCEIRO COLOCADO - de acordo com os quesitos capacidade de aliar informação à imagem, grau de dificuldade, impacto da imagem e composição técnica e estética. Florianópolis (SC).

2008 TROFÉU OLÍVIO LAMAS DE FOTOJORNALISMO - 2ª EDIÇÃO

MENÇÃO HONROSA - destaque nos aspectos capacidade de aliar informação à imagem, grau de dificuldade, impacto da imagem e composição técnica e estética do material inscrito. Florianópolis (SC).

2008 TROFÉU OLÍVIO LAMAS DE FOTOJORNALISMO - 2ª EDIÇÃO

SEGUNDO COLOCADO - de acordo com os quesitos capacidade de aliar informação à imagem, grau de dificuldade, impacto da imagem e composição técnica e estética. Florianópolis (SC).

PRÊMIOS E DESTAQUES

2008 PRÊMIO JORNALÍSTICO VLADIMIR HERZOG DE ANISTIA E DIREITOS HUMANOS

MENÇÃO HONROSA - Categoria - Fotografia. Limpeza na Penitenciária. Diário Catarinense, Santa Catarina.

2002 PRÊMIO RAULINO REITZ DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

MEMBRO DA COMISSÃO JULGADORA - análise dos trabalhos inscritos na categoria Meios de Comunicação. Florianópolis (SC).

1994 - III BANCO REAL CUP DE TENIS

PASSAPORTE AO PROFISSIONALISMO - trabalho premiado. Florianópolis (SC).

CURSOS

2024 - FOTOGRAFIA DIGITAL 40 HORAS ✓

Curso Livre de Aperfeiçoamento. Realizzare Cursos.

Certificado

Certificamos que **Hermínio Pires Nunes** completou com êxito o curso livre de aperfeiçoamento **Fotografia Digital** da modalidade de ensino online, com carga horária de **40 horas** concluído em **13 agosto de 2024**.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: F2C4-B3C-8

Certificado válido em todo o território nacional, amparado pela Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Acesse: <https://www.realizzarecursos.com.br/certificado/> para verificar a validade deste certificado de curso livre.

Diretora Educacional Realizzare Cursos

CNPJ: 43.262.514/0001-28

REALIZZARE CURSOS

Rua: Lítium, 178, Frei Leopoldo,
CEP: 31746-040 - BELO HORIZONTE - MG

SOMOS ASSOCIADOS



ABED

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

**3º TABELIONATO DE NOTAS e
2º OFÍCIO DE PROTESTO**
Adelaide da Silva Jardim - Tabeliã

Rua dos Ilhéus, 28 - Térreo - Centro
Florianópolis - SC - CEP 88010-560
(48) 3227-5522 - cartorios.vajardim@gmail.com
Horário de Funcionamento: das 9:00hs às 18:00hs

AUTENTICAÇÃO - 332288
A presente Autenticação foi realizada nos termos do artigo 1.287 do Código de Normas, tendo sua veracidade conferida. Do que dou fé em Florianópolis, 28 de agosto de 2024.

Em test. da verdade:
Antonio Roberto Damasco - Escrevente Substituto
Emitido em: R\$ 5,03 FRU - R\$ 1,14 - FSS R\$ 0,26 - Total: R\$5,42 - Efeito por: MATHIEUS, Selo Digital de Fiscalização - Selo normal HED44803-2HAA. Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br



Conteúdo programático

- Breve Histórico
- O que é Fotografar
- A Luz e as Cores
- Equipamentos e Formatos
- Como a Imagem é Registrada
- Os Dispositivos de Exposição
 - Como Fotografar
- A Composição da Imagem
- Imprima e Impressione
- Escolhendo um Equipamento
- Cuidados Especiais
- Bibliografia



 **Realizzare**

CURSOS ONLINE


Catharina

Cristiano Schmidt Andujar

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que Hermínio Pires Nunes, inscrito no CPF nº 561.292.209-44, domiciliado à Servidão Idelfonso Caetano de Mello, 145, Carianos, Florianópolis, SC, prestou serviços de fotografia em campo aberto, para esta instituição - tanto quanto pessoa física quanto para pessoa jurídica (MEI), com os seguintes trabalhos:

CRM - Conselho Regional de Medicina - 2024/2023

Cobertura de Evento na Loja de Roupas Etté - 2024

Florianópolis/SC, 31 de agosto de 2024



Cristiano Schmidt Andujar
Jornalista MTB: SC – 01653 – JP
Afiliação à AIPS (Association de la Presse Sportive): BRA 08534

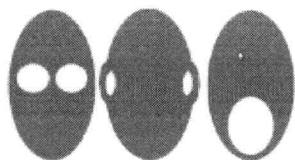
gov.br

Documento assinado digitalmente
CRISTIANO SCHMIDT ANDUJAR
Data: 31/08/2024 08:07:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Razão Social: CRISTIANO SCHMIDT ANDUJAR 02913245927 – CNPJ 19.246.518/0001-38
Rua: Dom Jaime Câmara nº 234, 301 / Cep: 88015-120, Centro Florianópolis SC Brasil
Fone: +55 (48) 9.9911-1001 – www.crisandujar.com - cristianoandujar@gmail.com

Cidreelly

64



SINDICATO DOS
Jornalistas
SANTA CATARINA

Declaração

Declaro para os devidos fins que Hermínio Pires Nunes, casado, CPF 56129220944, domiciliado à Servidão Idelfonso Caetano de Mello, 145, Carianos, Florianópolis, SC, possui registro como repórter fotográfico na Secretaria de Trabalho e Emprego, sob o número SC-00654-RF.

Florianópolis, 2 de agosto de 2024.

Atenciosamente,

Fábio Bispo
Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina

gov.br

Documento assinado digitalmente
FABIO FELIPE BISPO DE SOUZA
Data: 05/08/2024 12:11:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina
Av. Mauro Ramos, 1624 Sala 207 - Centro - Florianópolis – SC. CEP 88020-302 Fone: (48)
3228.2500 :: Fax: (48) 3228.5908 :: Info: imprensa@sjsc.org.br

Adrielly 65



DECLARAÇÃO

DECLARAMOS para os devidos fins, que Hermínio Pires Nunes, inscrito no CPF nº 561.292.209-44, domiciliado à Servidão Idelfonso Caetano de Mello, 145, Carianos, Florianópolis, SC, atuou como fotógrafo, registrando fotografias em campo aberto, para Manacá Cine Studio Ltda., conforme discriminado abaixo. /

Marcha Mundos de Mulheres por Direitos, 2 de agosto de 2017 – prestação de serviço de 150 (cento e cinquenta) fotografias.

Florianópolis (SC), 04 de outubro de 2024

MANACA CINE STUDIO
LTDA:25301822000133

Assinado de forma digital por
MANACA CINE STUDIO
LTDA:25301822000133
Dados: 2024.10.04 12:12:58
-03'00'

Márcia Calobrizi Navai
Representante Legal
Manacá Cine Studio Ltda.
CNPJ 25.301.822/0001-33

Cabrielly  66



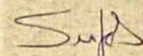
PRÊMIO RAULINO REITZ DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Hermínio Pires Nunes

A FATMA - Fundação do Meio Ambiente - agradece por sua dedicação e profissionalismo como membro da comissão julgadora na análise dos trabalhos inscritos na categoria Meios de Comunicação do Prêmio Raulino Reitz de Conservação da Natureza - edição 2002.

Florianópolis, Santa Catarina, 27 de agosto de 2002.


Jaime de Souza
Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente


Suzana Maria Cordeiro Trebien
Diretora Geral da FATMA



Secretaria de Estado do
Desenvolvimento Urbano e
Meio Ambiente



ENVELOPE A – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
TOTAL DE PÁGINAS 194

Adrielly 

ENVELOPE A – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Ficha Pré-Cadastral

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Para habilitação na Seleção Pública serão exigidas, exclusivamente, as documentações referentes à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e qualificação técnica conforme segue:

7.1.1. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** (Art. 19, Decreto n. 8.241/2014) consistirá em (Documentos deverão ser originais ou cópia autenticada por cartório competente):

- I. Cédula de identidade, no caso de pessoas físicas;
- II. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- III. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais, e em caso de sociedades por ações;
- IV. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- V. Em caso de pessoa jurídica com representante por delegação, apresentar cópia da Cédula de identidade do representante legal signatário dos documentos, declarações e propostas comerciais e, quando procurador, também cópia da procuração.
- VI. Declaração para Cadastramento de Domicílio Bancário – ANEXO II.
- VII. Declaração de Concordância – ANEXO IV.
- VIII. Declaração de Inexistência de Trabalhador Menor Trabalhando em Condições Perigosas, Insalubre ou Noturno – ANEXO V.
- IX. Declaração de inexistência de fatos impeditivos – ANEXO VI.
- X. Declaração de Atendimento aos requisitos de Habilitação Jurídica – ANEXO VIII.

PÁGINAS 1 A 16

C. S. S. S. S.



**INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
SELEÇÃO PÚBLICA
TIPO: MENOR PREÇO**

Seleção Pública nº 030/2024

Processo n.º 303248/2024

FICHA PRÉ-CADASTRAL

Razão Social:	Manacá Cine Studio Ltda.
CNPJ:	25.301.822/0001-33
Endereço:	Servidão Olindina Maria Lopes, 440, Campeche, Florianópolis – SC, CEP 88.066-028
Telefone:	48 99997 8087
E-mail:	manacacine@gmail.com
Representante Legal:	Márcia Calobrizi Navai

Florianópolis (SC), 07 de novembro de 2024

MANACA CINE

STUDIO

LTDA:2530182200013

3

Assinado de forma digital
por MANACA CINE STUDIO

LTDA:25301822000133

Dados: 2024.11.07

11:42:36 -03'00'

Márcia Calobrizi Navai

Representante Legal

Manacá Cine Studio Ltda.

CNPJ 25.301.822/0001-33

Calobrizi





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 25.301.822/0001-33 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 27/07/2016
NOME EMPRESARIAL MANACA CINE STUDIO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MANACA CINE STUDIO	PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 59.11-1-01 - Estúdios cinematográficos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO SRV OLINDINA MARIA LOPES	NÚMERO 440	COMPLEMENTO *****
CEP 88.066-028	BAIRRO/DISTRITO CAMPECHE	MUNICÍPIO FLORIANOPOLIS
UF SC	ENDEREÇO ELETRÔNICO MARCIACALO@YAHOO.COM.BR	
TELEFONE (48) 9997-8087		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/07/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **07/11/2024** às **11:58:28** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Cabrielly

**ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL
DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
MANACÁ CINE STUDIO EIRELI**

Pelo presente Instrumento Particular de Constituição:

MARCIA CALOBRIZI NAVAÍ nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 29/01/1965, SOLTEIRA, CINEFOTÓGRAFA. CPF/MF nº 074.646.938-17, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 16771952X, órgão expedidor SSP - SP, residente e domiciliado no(a) SERVIDAO OLINDINA MARIA LOPES, 440, CAMPECHE, FLORIANOPOLIS, SC, CEP 88.066-028, BRASIL

Resolve por este ato CONSTITUIR, como de fato constitui, uma empresa do tipo jurídico, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada -EIRELI, nos termos do art. 980-A da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: A empresa gira sob o nome empresarial MANACÁ CINE STUDIO EIRELI.

Cláusula Segunda: A empresa tem sede: **SERVIDAO OLINDINA MARIA LOPES, 440, CAMPECHE, FLORIANOPOLIS, SC, CEP 88.066-028.**

Cláusula Terceira: A empresa pode, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração do ato constitutivo.

Cláusula Quarta: A empresa tem por objetivo(s): **PRODUÇÃO DE FILMES FORA DE ESTÚDIOS E EM ESTÚDIOS CINEMATOGRAFICOS.**

Cláusula Quinta: A empresa iniciará suas atividades a partir do registro deste ato perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina e seu prazo de duração será indeterminado.

Cláusula Sexta: A empresa tem o capital de R\$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, de responsabilidade do titular.

Cláusula Sétima: A administração da empresa caberá **ISOLADAMENTE** a MARCIA CALOBRIZI NAVAÍ, com poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto, sempre de interesse da empresa, autorizado o uso do nome empresarial.

Cláusula Oitava: Ao término de cada exercício da empresa, em 31 de dezembro, proceder-se-à a elaboração do inventário, do balanço patrimonial de resultado econômico, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Nona: Falecendo ou interditado o titular, a empresa continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

8160000677906



AUTENTICAÇÃO - 332286
Autentico a presente fotocópia por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado. Do que dou fé
Florianópolis, 29 de agosto de 2024
Em test. _____ da Verdade.
Antonio Roberto Damasco - Escrevente Substituto
Emolumentos: R\$ 6,03 FRJ; R\$ 1,14 + ISS R\$ 0,25 - Total: R\$ 6,42 - Efetuado por: MATHEUS Selo Digital de Fiscalização - Selo normal HE024791-TENF. Confira os dados do ato em: selo.tsc.jus.br



Adrielly
1/2 - A

(Signature)
3

ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA MANACÁ CINE STUDIO EIRELI

Cláusula Décima: O Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

Cláusula Décima Primeira: O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não participa de outra empresa da mesma modalidade.

FLORIANOPOLIS, 18 de julho de 2016.

MARCIA CALOBRIZI NAVAI

CPF: 074.646.938-17



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 27/07/2016 SOB Nº: 42600242883
Protocolo: 16/923965-9, DE 27/07/2016

MANACÁ CINE STUDIO EIRELI

ANDRE LUIZ DE REZENDE
SECRETÁRIO GERAL

3º TABELONATO DE NOTAS e
2º OFÍCIO DE PROTESTOS
Adelândia da Silva - Jardim - Itabellia
Rua dos Pinheiros, 28 - Teveo - Centro
Florianópolis - SC - CEP 88010-560
(48) 372-5522 - cartorios_agardi@gmail.com
Horário de Funcionamento: das 9:00 às 18:00hs

AUTENTICAÇÃO - 332286
Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Do que dou fé.
Florianópolis, 26 de agosto de 2024
Em test. da verdade.
Antonio Roberto Damasco - Escrevente
Substituto
Emolumentos: R\$ 6,03 FRJ, R\$ 1,14 + ISS R\$
0,25 - Total: R\$5,42 - Efetuado por:
MATHEUSC Selo Digital de Fiscalização - Selo
normal HED24792-106W. Confira os dados do
ato em: selo-tjcc-jus.br



8160000677906

Adrially
2/2 - A

4
↙

Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME

A empresa MANACÁ CINE STUDIO EIRELI estabelecida na(o) SERVIDAO OLINDINA MARIA LOPES, 440 , CAMPECHE, FLORIANOPOLIS, SC, CEP 88.066-028, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da lei, que se enquadra nas condições de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 315

Descrição do Ato: Enquadramento MICROEMPRESA

FLORIANOPOLIS, 18 de julho de 2016.


MARCIA CALOBRIZI NAVAÍ

Para uso exclusivo da Junta Comercial

DEFERIDO EI	 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIFICO O REGISTRO EM: 27/07/2016 SOB Nº: 20169239543 Protocolo: 16/923954-3, DE 27/07/2016 Empresa: 42 6 0024288 3 MANACÁ CINE STUDIO EIRELI	 ANDRE LUIZ DE REZENDE SECRETÁRIO GERAL
-------------	---	---

3º TABELIONATO DE NOTAS e
2º OFÍCIO DE PROTESTOS
Adelaide da Silva Jardim - Tabeliã
Rua dos Ilhéus, 28 - Térreo - Centro
Florianópolis - SC - CEP 89010-660
(48) 3223-5522 - catromelajardim@gmail.com
Horário de Funcionamento: de: 9:00hs às: 18:00hs

AUTENTICAÇÃO - 332286

Autentico a presente fotocópia por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado. Do que dou fé.

Florianópolis, 28 de agosto de 2024

Em test. da verdade.

Antonio Roberto Damasco - Escrevente

Substituto

Emolumentos: R\$ 5,03 ERJ - R\$ 4,14 + ISS R\$

0,26 - Total: R\$ 9,43 - Efetuado por:

MATHEUSC - Selo Digital de Fiscalização - Selo

normal HED24793 QPUB. Confira os dados do

ato em: selo.tjsc.jus.br



Requerimento: 81600000677906

catrilly

[Handwritten initials]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8120-8

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

526D6E43

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NÃO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 16.771.952-X 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 09/05/2014

NOME **MARCIA CALOBRIZI NAVAÍ**

FILIAÇÃO DOALDO NAVAÍ
WANDAIR CALOBRIZI NAVAÍ

NATURALIDADE S.PAULO - SP DATA DE NASCIMENTO 29/01/1965

DOC ORIGEM SÃO PAULO - SP LIBERDADE CN:LV.A134/FLS.174V/Nº69082

CPF 074646938/17 12013166437

Roberto Avino
Delegado de Polícia Divisório 11860-559-SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

3º TABELIONATO DE NOTAS e
2º OFÍCIO DE PROTESTOS
Adelaide da Silva Jardim - Tabela
Rua dos Indus, 28 - Térreo - Centro
Florianópolis - SC - CEP 88010-560
(48) 3272-5522 - fax: 3272-5522
Horário de Funcionam: das 9:00hs às 18:00hs

AUTENTICAÇÃO - 332286
Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Do que dou fé.
Florianópolis, 28 de agosto de 2024
Em test. da verdade.
Antonio Roberto Damasco - Escrevente
Substituto
Emolumentos: R\$ 5,03 FRJ; R\$ 1,14 - ISS R\$
0,25 - Total: R\$ 6,42 - Efetuado por
MATHEUS Selo Digital de Fiscalização - Selo
normal HED24790-RUAZ. Confira os dados do
ato em: selo.tjsc.jus.br

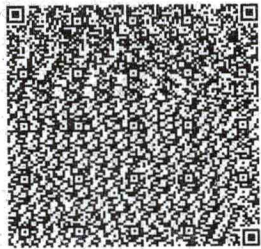
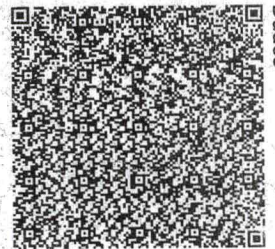


Foto (online)



Dados

Serie: B-730
016.887-7



Serie: B-730
016.887-7



Em BRANCO desta
linha para baixo

Calobrizi



Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração



CERTIDÃO INTEIRO TEOR DIGITAL

DADOS DA EMPRESA	
Nome: MANACÁ CINE STUDIO LTDA	
NIRE: 42600242883	
ARQUIVAMENTO SOLICITADO	
Número Arquivamento	Páginas
42600242883	3
20169239543	2
TOTAL DE PÁGINAS	5
DADOS DE CONTROLE DA CERTIDÃO	
Código de controle: 103.697.576.110.80	
Emissão: 27/08/2024 11:03:15	

FLORIANÓPOLIS, Terça-Feira, 27 de Agosto de 2024

ASSINADA ELETRONICAMENTE POR

LUCIANO LEITE KOWALSKI
SECRETÁRIO-GERAL

Cubrielly  



Presidência da República



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 27/07/2016 SOB N°: 42600242883
Protocolo: 16/923965-9, DE 27/07/2016

N° DO PROTOCOLO (Uso do órgão de registro
JUDESC)
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA
CATARINA

27 JUL 2016

16/923965-9

Matricul
quando

MANACÁ CINE STUDIO EIRELI

ANDRE LUIZ DE REZENDE
SECRETÁRIO GERAL

JUDESC 2514



1 - REQUERIMENTO

ILM° SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Requerimento: 81600000677906
DBE analisado.
Emitida em 18/07/2016 - V3

NOME: MANACÁ CINE STUDIO EIRELI

Requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato.

N° DE VIAS	CÓD. ATO	CÓD. EVENTO	QTD	DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO
0	091			ATO CONSTITUTIVO
				PROCESSO
				90 MINUTOS

FLORIANÓPOLIS
18/07/2016

Representante Legal da Empresa /Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: MARCIA CALOBRIZI NAVAI

Assinatura:

Telefone de contato: (48)99978087

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s)

SIM

SIM

Processo em ordem.

A decisão.

Data

NÃO

NÃO

Data

Responsável

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência
(Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e

Processo indeferido.

2° Exigência

3° Exigência

4° Exigência

5° Exigência

27 JUL 2016

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência
(Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e

Processo indeferido.

2° Exigência

3° Exigência

4° Exigência

5° Exigência

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES:

Carteira



JUCESC 2515

**ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL
DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
MANACÁ CINE STUDIO EIRELI**

Pelo presente Instrumento Particular de Constituição:

MARCIA CALOBRIZI NAVAÍ nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 29/01/1965, SOLTEIRA, CINEFOTÓGRAFA. CPF/MF nº 074.646.938-17, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 16771952X, órgão expedidor SSP - SP, residente e domiciliado no(a) SERVIDAO OLINDINA MARIA LOPES, 440, CAMPECHE, FLORIANOPOLIS, SC, CEP 88.066-028, BRASIL

Resolve por este ato CONSTITUIR, como de fato constitui, uma empresa do tipo jurídico, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada -EIRELI, nos termos do art. 980-A da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: A empresa gira sob o nome empresarial MANACÁ CINE STUDIO EIRELI.

Cláusula Segunda: A empresa tem sede: SERVIDAO OLINDINA MARIA LOPES, 440, CAMPECHE, FLORIANOPOLIS, SC, CEP 88.066-028.

Cláusula Terceira: A empresa pode, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração do ato constitutivo.

Cláusula Quarta: A empresa tem por objetivo(s): **PRODUÇÃO DE FILMES FORA DE ESTÚDIOS E EM ESTÚDIOS CINEMATOGRAFICOS.**

Cláusula Quinta: A empresa iniciará suas atividades a partir do registro deste ato perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina e seu prazo de duração será indeterminado.

Cláusula Sexta: A empresa tem o capital de R\$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, de responsabilidade do titular.

Cláusula Sétima: A administração da empresa caberá ISOLADAMENTE a MARCIA CALOBRIZI NAVAÍ, com poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto, sempre de interesse da empresa, autorizado o uso do nome empresarial.

Cláusula Oitava: Ao término de cada exercício da empresa, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial de resultado econômico, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Nona: Falecendo ou interditado o titular, a empresa continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

8160000677906

1/2 - A

Calobrizi  9


JUCESC 2516

**ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL
DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
MANACÁ CINE STUDIO EIRELI**

Cláusula Décima: O Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

Cláusula Décima Primeira: O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não participa de outra empresa da mesma modalidade.


FLORIANOPOLIS, 18 de julho de 2016.


MARCIA CALOBRIZI NAVAI
CPF: 074.646.938-17



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 27/07/2016 SOB Nº: 42600242883
Protocolo: 16/923965-9, DE 27/07/2016

MANACÁ CINE STUDIO EIRELI


ANDRE LUIZ DE REZENDE
SECRETÁRIO GERAL

8160000677906

2/2 - A





Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

N° DO PROTOCOLO (Uso do órgão de registro JUCESC)
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

27 JUL 2016 16/923954-3



Matrícula(da sede ou da filial quando a sede for em outra UF)	CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA	N° DE MATRÍCULA AUXILIAR	AGENTE CIO
	2305	JUCESC 2519	

1 - REQUERIMENTO

ILM° SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Requerimento: 81600000677906
 DBE analisado.
 Emitida em 18/07/2016 - V3

NOME: MANACÁ CINE STUDIO EIRELI

Requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato.

N° DE VIAS	CÓD. ATO	CÓD. EVENTO	QTD	DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO
0	315	315		ENQUADRAMENTO MICROEMPRESA
				PROCESSO
				90 MINUTOS

2.2

FLORIANOPOLIS
 18/07/2016

Representante Legal da Empresa /Agente Auxiliar de Comércio:
 Nome: **MARCIA CALOBRIZI NAVAÍ**
 Assinatura: _____
 Telefone de contato: (48)99978087

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s)

<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> SIM
<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> NÃO
Data	Responsável

Processo em ordem.
 À decisão.
 ____/____/____
 Data

 Responsável

DECISÃO SINGULAR

<input type="checkbox"/> Processo em exigência (Vide despacho em folha anexa)	2° Exigência <input type="checkbox"/>	3° Exigência <input type="checkbox"/>	4° Exigência <input type="checkbox"/>	5° Exigência <input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e				
<input type="checkbox"/> Processo indeferido.				

27 JUL 2016

 Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

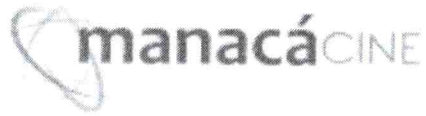
<input type="checkbox"/> Processo em exigência (Vide despacho em folha anexa)	2° Exigência <input type="checkbox"/>	3° Exigência <input type="checkbox"/>	4° Exigência <input type="checkbox"/>	5° Exigência <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e				
<input type="checkbox"/> Processo indeferido.				

 Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES:

Calobrizi



DECLARAÇÃO PARA CADASTRAMENTO DE DOMICÍLIO BANCÁRIO

Declaro para o fim de comprovação e pagamento dos devidos créditos, que nossos dados Bancários são os abaixo especificados:

Razão Social:	Manacá Cine Studio Ltda.
CNPJ:	25.301.822/0001-33
Banco:	Caixa Econômica Federal
Número da agência e conta:	Agência: 3524 Conta Corrente: 2268-5 Operação: 003

Florianópolis (SC), 07 de novembro de 2024

MANACA CINE
STUDIO

LTDA:2530182200013
3

Assinado de forma digital
por MANACA CINE STUDIO
LTDA:25301822000133
Dados: 2024.11.07 11:53:19
-03'00'

Márcia Calobrizi Navai
Representante Legal
Manacá Cine Studio Ltda.
CNPJ 25.301.822/0001-33

Calobrizi 12
J





DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA ✓

DECLARAMOS, para todos os efeitos legais, que ao apresentar uma proposta, com preços e prazos indicados, estamos de pleno acordo com as condições estabelecidas para esta Seleção Pública, às quais nos submetemos incondicional e integralmente.

Florianópolis (SC), 07 de novembro de 2024 ✓

MANACA CINE	Assinado de forma digital
STUDIO	por MANACA CINE
LTDA:253018220	STUDIO
00133	LTDA:25301822000133
	Dados: 2024.11.07
	11:48:16 -03'00'

Márcia Calobrizi Navai
Representante Legal
Manacá Cine Studio Ltda.
CNPJ 25.301.822/0001-33


Caruelly 13 



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHADOR MENOR TRABALHANDO EM CONDIÇÕES PERIGOSAS, INSALUBRE OU NOTURNA.

DECLARAMOS que não estamos impedidos de contratar com a Administração Pública, nem suspensos de participar da Seleção Pública.

DECLARAMOS, também, sob as penas da Lei, que não utilizamos mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utilizamos, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme disposições da Lei n.º 14.133/2021 e da Lei 9.854, de 27.10.1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05.09.2002.

Florianópolis (SC), 07 de novembro de 2024

Assinado de forma digital por
MANACA CINE STUDIO
LTDA:25301822000133
Dados: 2024.11.07 11:51:51
-03'00'

Márcia Calobrizi Navai
Representante Legal
Manacá Cine Studio Ltda.
CNPJ 25.301.822/0001-33

Adrielly

14



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS ✓

Manacá Cine Studio Ltda., CNPJ nº 25.301.822/0001-33, sediada à Servidão Olindina Maria Lopes, 440, Campeche, Florianópolis – SC, CEP 88.066-028, DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação na presente seleção pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Florianópolis (SC), 07 de novembro de 2024 ✓

MANACA CINE	Assinado de forma digital
STUDIO	por MANACA CINE
STUDIO	STUDIO
LTDA:253018220	LTDA:25301822000133
00133	Dados: 2024.11.07
	11:49:32 -03'00'

Márcia Calobrizi Navai
Representante Legal
Manacá Cine Studio Ltda.
CNPJ 25.301.822/0001-33

Carrielly

15



**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO /
JURÍDICA**

A Empresa Manacá Cine Studio Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 25.301.822/0001-33, sediada à Servidão Olindina Maria Lopes, 440, bairro Campeche, Florianópolis – SC, CEP 88.066-028 por intermédio da Sra. Márcia Calobrizi Navai, portadora da Carteira de Identidade nº 16771952-X, DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita em cadastros nacionais de empresas punidas pela Administração Pública, na forma do art. 18, inciso V, do Decreto 8.241/2014.

Florianópolis (SC), 07 de novembro de 2024 /

MANACA CINE
STUDIO

LTDA:253018220001
33

Assinado de forma digital
por MANACA CINE STUDIO
LTDA:25301822000133
Dados: 2024.11.07 11:46:42
-03'00'

Márcia Calobrizi Navai
Representante Legal
Manacá Cine Studio Ltda.
CNPJ 25.301.822/0001-33

Calobrily

7.1.2. A documentação referente à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** (Art. 20, Decreto n. 8.241/2014) consistirá em (Documentos deverão ser originais ou cópia autenticada por cartório competente):

I. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do interessado, ou outra equivalente, na forma da lei;

II. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, que comprove situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

III. Prova regularidade com a Justiça do Trabalho através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT) ou Certidão Positiva Débitos com Efeitos Negativos, conforme art. 642-A da Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

PÁGINAS 17 A 21

Cabrielly
9



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **MANACA CINE STUDIO LTDA** /
CNPJ: **25.301.822/0001-33**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:50:45 do dia 21/10/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/04/2025. /

Código de controle da certidão: **AEEB.7B69.B386.DB12**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Adrielly

17



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS /

Nome (razão social): **MANACA CINE STUDIO LTDA**
CNPJ/CPF: **25.301.822/0001-33 /**
(Solicitante sem inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS/SC)

Esta certidão é válida para o número do CPF ou CNPJ informado pelo solicitante, que não consta da base de dados da Secretaria de Estado da Fazenda.

O nome e o CPF ou CNPJ informados pelo solicitante devem ser conferidos com a documentação pessoal do portador.

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão: **240140235876454**
Data de emissão: **29/07/2024 12:05:12**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158): **25/01/2025 /**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 22/10/2024 09:59:20

Adrielly  18




CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ↗

Nome / Razão Social _____

MANACA CINE STUDIO EIRELI CNPJ: 25301822000133 ↗

Aviso _____

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à _____

Finalidade _____

Fundações, Órgãos Federais e demais

Licitações e comprovação Geral

Mensagem _____

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle _____

CWD88SVK0AYA8M31

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Florianópolis (SC), 22 de Outubro de 2024

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade do
FGTS - CRF**

Inscrição: 25.301.822/0001-33 /
Razão Social: MANACA CINE STUDIO EIRELI ME
Endereço: SRV OLINDINA MARIA LOPES 440 / CAMPECHE / FLORIANOPOLIS / SC /
88066-028

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/10/2024 a 24/11/2024 /

Certificação Número: 2024102603083837701215

Informação obtida em 07/11/2024 12:09:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MANACA CINE STUDIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 25.301.822/0001-33 /
Certidão nº: 77304266/2024
Expedição: 07/11/2024, às 12:16:45
Validade: 06/05/2025 /- 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MANACA CINE STUDIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **25.301.822/0001-33**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

7.1.3. A documentação referente à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** (Art. 22, Decreto n. 8.241/2014) consistirá em (Documentos deverão ser originais ou cópia autenticada por cartório competente):

I. Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa jurídica.

PÁGINA 22

Adrielly 



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

numero do pedido: 3209113

FOLHA: 1 / 1

CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 3209113
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

NOME: MANACÁ CINE STUDIO LTDA

Raiz do CNPJ: 25.301.822

País endereço da sede : BRASIL

Estado endereço da sede : SANTA CATARINA

Município endereço da sede : FLORIANOPOLIS

Endereço da sede : Servidão Olindina Maria Lopes, 440 - Campeche

Certidão emitida às 14:20 de 07/11/2024. /

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.


b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.



A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço <https://certidoes.tjsc.jus.br/download> - Solicitado por: Marcia Calobrizi Navai - CPF:

Adrielly 22

ENVELOPE B – PROPOSTA DE PREÇO
TOTAL DE PAGINAS 04

Gabrielly 

ENVELOPE B – PROPOSTA DE PREÇO

- ✓ **Ficha Pré-Cadastral;**
- ✓ **Proposta de Preço**

Astrally 

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
SELEÇÃO PÚBLICA
TIPO: MENOR PREÇO

Seleção Pública nº 030/2024

Processo n.º 303248/2024

FICHA PRÉ-CADASTRAL

Razão Social:	Manacá Cine Studio Ltda.
CNPJ:	25.301.822/0001-33
Endereço:	Servidão Olindina Maria Lopes, 440, Campeche, Florianópolis – SC, CEP 88.066-028
Telefone:	48 99997 8087
E-mail:	manacacine@gmail.com
Representante Legal:	Márcia Calobrizi Navai

Florianópolis (SC), 07 de novembro de 2024

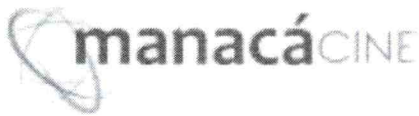
MANACA CINE
STUDIO

LTDA:2530182200013
3

Assinado de forma digital
por MANACA CINE STUDIO
LTDA:25301822000133
Dados: 2024.11.07
11:42:36 -03'00'

Márcia Calobrizi Navai
Representante Legal
Manacá Cine Studio Ltda.
CNPJ 25.301.822/0001-33

Calobrizi



PROPOSTA DE PREÇOS

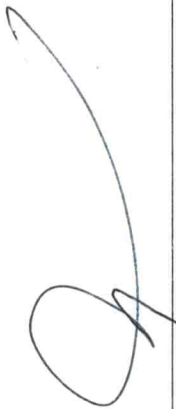
Prezados Senhores,

Em atendimento ao Instrumento Convocatório da Seleção Pública nº 030/2024 apresento nossa proposta de preço:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. FÍSICA	QTD.	VALOR TOTAL
01	<p>I. Serviço profissional de fotografia e filmagem em campo nas 05 (cinco) regiões do Brasil</p> <p>✓ O serviço consiste em captar imagens relacionadas ao objeto do projeto nas 05 (cinco) regiões do Brasil, ora o mapeamento e registro de famílias ciganas das etnias calon, rom e sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil. A captação das imagens deverá estar alinhada ao planejamento da produtora com a adesão ao cronograma do plano de trabalho do Termo de Execução Descentralizada nº 05/2023, celebrado entre a Universidade Federal de Jataí e o Ministério da Igualdade Racial (TED 05/2023).</p> <p>✓ O serviço profissional de fotografia e filmagem em campo deve estar em coesão com o estudo técnico objeto do plano de trabalho do termo de execução descentralizada.</p> <p>✓ O plano de trabalho do supracitado convênio organiza-se a partir de 5 (cinco) coordenações, correspondendo a cada região do país e sendo intermediadas por centros de pesquisas em universidades que representam respectivamente as regiões sul, sudeste, nordeste, centro-oeste e norte e que realiza o estudo técnico objeto do TED 05/2023.</p> <p>✓ A produção possui natureza técnica e intelectual, cujo conceito, o conteúdo e a estética do material audiovisual deve estar consonância ao estudo técnico realizado pelas respectivas coordenações das regiões sul, sudeste, norte, nordeste e centro-oeste. Tem valor preponderantemente educativo.</p> <p>II. Serviço profissional de filmagem em campo nas 05 (cinco) regiões do Brasil</p> <p>✓ O serviço consiste na filmagem em lugares, previamente informado pela equipe de pesquisadores do projeto, nas 05 (cinco) regiões do Brasil.</p> <p>✓ A filmagem deverá estar alinhada ao planejamento da produtora com adesão ao cronograma do plano de trabalho referente ao TED 05/2023 e sua respectiva organização conforme descrito no item 1.1 do presente termo de referência.</p> <p>✓ A realização do serviço deverá ser feita por profissional da área e devidamente qualificado. III. Serviço de produção e edição de vídeo</p>	Unidade	01	R\$ 249.000,00

Cabrielly

1
9

	<p>de 35 (trinta e cinco) minutos. ✓ O serviço consiste em produzir um vídeo com duração de 35 (trinta) minutos com os materiais coletados nos itens acima, fotográficas e filmagens, nas 05 (cinco) regiões do Brasil.</p> <p>✓ O serviço deverá ser realizado por profissional da área e devidamente qualificado.</p> <p>✓ O vídeo deverá estar adaptado para a acessibilidade em Libras e audiodescrição, por profissional da área e devidamente qualificado.</p> <p>✓ Editar imagens, áudios e sons relacionadas ao estudo técnico objeto do plano de trabalho do TED 05/2023 e as coordenações da pesquisa de cada 05 (cinco) regiões do Brasil.</p> <p>✓ O vídeo adotará conteúdo em consonância ao estudo técnico objeto do plano de trabalho do TED 05/2023.</p> <p>✓ O texto, a narrativa e todos elementos conceituais que abarcam a produção e a edição do vídeo envolvem informações e dados que decorrem do trabalho intelectual abrangido pelo estudo técnico do TED 05/2023.</p> <p>III. Serviço de Gerenciamento de Rede Social</p> <p>✓ O serviço consiste na divulgação dos materiais audiovisuais produzidos, captados, ao longo desta trajetória.</p> <p>✓ As publicações considerar aspectos éticos da pesquisa e de comum acordo com o planejamento da pesquisa nacional.</p> <p>✓ As postagens devem relacionar o objetivo do projeto com os trabalhos realizados nas diferentes regiões do Brasil.</p> <p>✓ A realização do serviço deverá ser feita por profissional da área e devidamente qualificado.</p> <p>✓ O gerenciamento ocorrerá ao longo da vigência do contrato, devendo a contratada realizar postagens semanais relatando o trabalhado dos pesquisadores em campo.</p> <p>✓ Deverá ser realizado de 02 (duas) a 05 (cinco) postagens fotos semanais, incluindo arte e legenda, no Instagram e/ou Facebook, com o mesmo conteúdo.</p> <p>✓ O vídeo deverá estar adaptado para a acessibilidade em Libras e audiodescrição, por profissional da área e devidamente qualificado.</p> <p>✓ As imagens devem estar relacionadas ao objeto do projeto nas 05 (cinco) regiões do Brasil.</p> <p>✓ O conteúdo produzido pelo serviço de gerenciamento de redes sociais devem estar em consonância ao estudo técnico objeto do plano de trabalho do TED 05/2023.</p> <p>✓ O conteúdo do material divulgado em redes sociais possui natureza técnica e intelectual, é preponderantemente educativo.</p> <p>IV. Dos equipamentos</p> <p>✓ A empresa licitante deverá possuir todo material necessário para a boa e excelente execução completa do serviço descrito neste documento.</p>			
<p>VALOR TOTAL</p>	<p>R\$ 249.000,00</p>			

Cabrielly




- Preço global da proposta R\$ 249.000,00 (duzentos e quarenta e nove mil reais).
- Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- Período de fornecimento: 05 (cinco) meses a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos após anuência das partes, de acordo com a determinação legal, conforme item 7.1. do Termo de Referência da Seleção Pública nº 030/2024, Processo n.º 303248/2024.
- Os itens deverão ser de acordo com as especificações contidas no Anexo I do Instrumento Convocatório da Seleção Pública n.º 030/2024 – FUNAPE.
- Estão inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, serviços e encargos sociais.
- Não será necessária de subcontratação de terceiros.

DADOS BANCÁRIOS

Razão Social:	Manacá Cine Studio Ltda.
CNPJ:	25.301.822/0001-33
Banco:	Caixa Econômica Federal
Praça de Pagamento:	Florianópolis (SC)
Número da agência	3524
Número da conta corrente	2268-5 Operação: 003

Florianópolis (SC), 08 de novembro de 2024

MANACA CINE STUDIO Assinado de forma digital por MANACA
CINE STUDIO LTDA:25301822000133
LTDA:25301822000133 Dados: 2024.11.08 08:48:09 -03'00'

Márcia Calobrizi Navai
RG 16.771.952-X SSP/SP
Representante Legal
Manacá Cine Studio Ltda. ME.

Calobrizi



**ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO DE
HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA DE PREÇO DA
SELEÇÃO PÚBLICA N.º 030/2024**

Aos 13 (treze) dias do mês de novembro de 2024, às 09:06 min, reuniu-se a Comissão de Seleção, composta pelos membros: Sra. Beatriz Alves Carvalhais, Sra. Adrielly Gabriela do Vale Santana e Sr. Thiago Teles dos Santos, designados pela Portaria nº 121/2024, da Fundação de Apoio à Pesquisa - FUNAPE, na Sala de Reunião da FUNAPE, situada à Avenida Esperança, nº 1533, Quadra Área, Lote Área, Condomínio Parque Tecnológico Samambaia, Edifício FUNAPE, Bairro Área Campus Samambaia - UFG, CEP: 74.690-612, Goiânia – Goiás, para, sobre a presidência da primeira, na forma da legislação vigente, proceder à abertura da Seção Pública Virtual através da ferramenta ZOOM, transmitida ao vivo mediante gravação da sessão pública. A Comissão de Seleção iniciou seus trabalhos às 09h07min, dando por encerrado o prazo para a entrega dos envelopes de habilitação e das propostas de preços. Em seguida certificou-se o lacre dos envelopes apresentados pelas 02 (duas) empresas, sendo: **01- MANACA CINE STUDIO, CNPJ 25.301.822/0001-33**, e **02 – HIPOPOTAMO DE BIQUINI, CNPJ 40.112.604/0001-44**. Aberto os envelopes de documentação e verificada as condições de habilitação das empresas proponentes, a presidente informou que os documentos seriam digitalizados e enviados aos proponentes para análise, o qual foi dado prazo de 2h10min. A presidente informou que os apontamentos das proponentes deveriam ser enviados por e-mail. O coordenador do projeto, professor Phillipe Cupertino Sallom e Silva participou da sessão como ouvinte. A empresa **01 – MANACÁ CINE STÚDIO LTDA** fez constar que a empresa **02 – EDER DOS SANTOS SILVA PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA LTDA** não apresentou a comprovação de experiência da empresa em técnicos científicos em áreas das ciências humanas e sociais mediante, bem como a ausência de informação quanto a origem/família/comunidade cigana em que os assessores/ consultores ciganos pertencem nas declarações enviadas. Finalizado o prazo da análise da documentação de habilitação, a presidente encaminhou o e-mail com os apontamentos da empresa **01 – MANACÁ CINE STÚDIO LTDA** para conhecimento da proponente **02 – EDER DOS SANTOS SILVA PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA LTDA**, após realizado os esclarecimentos a empresa, a Comissão decidiu se pela **INABILITAÇÃO** da licitante **02 – EDER DOS SANTOS SILVA PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA LTDA, CNPJ 40.112.604/0001-44** por não atendimento integral do edital e pela **HABILITAÇÃO** da **01 – MANACÁ CINE STÚDIO LTDA, CNPJ 25.301.822/0001-33**. Em seguida, iniciou-se a fase de abertura do envelope de proposta de preço da empresa habilitada. A Comissão verificou quanto ao valor proposto e as formalidades da proposta de preços, constatou que a empresa **01 – MANACÁ CINE STÚDIO LTDA** apresentou dentro do valor do estimado, sendo: **R\$ 249.000,00 (duzentos e quarenta**

e nove mil reais). Dessa forma, a empresa **01 – MANACÁ CINE STÚDIO LTDA, CNPJ 25.301.822/0001-33** foi considerada **ARREMATANTE** do certame. A Presidente comunicou na sessão virtual na plataforma Zoom que a proposta será encaminhada para Comissão Técnica para análise e emissão do parecer para efeito de julgamento quanto à classificação ou desclassificação. O resultado do julgamento pela Comissão de Seleção será registrado em ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO divulgada no site da FUNAPE, assim como transmitida por e-mail ao interessado. Nada mais havendo a tratar, a sessão pública foi encerrada e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos membros da Comissão de Seleção.

Beatriz Alves Carvalhais
Presidente Comissão de Seleção

Adrielly Gabriela do Vale Santana
Membro Comissão Seleção

Thiago Teles dos Santos
Membro Comissão Seleção



UNIVERSIDADE FEDERAL DEJATAÍ
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Jataí, 14 de novembro de 2024.

Parecer

1-Natureza do pedido

Objeto à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados em audiovisual, produção e gerenciamento de rede social, pelo período de 05 (cinco) meses junto ao Centro de Custo 47.159 - Mapeamento e registro de famílias ciganas das etnias calon, rom e sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil.

2-Contextualização

No dia 13 de novembro foi realizada a Seleção Pública 030/2024, que teve por objeto à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados em audiovisual, produção e gerenciamento de rede social, pelo período de 05 (cinco) meses junto ao Projeto Mapeamento Povos Ciganos sob a coordenação geral do Prof. Dr. Phillipe Cupertino. Concorreram para a referida seleção duas empresas: 01- MANACA CINE STUDIO, CNPJ 25.301.822/0001-33, e 02 – HIPOPÓTAMO DE BIQUÍNI, CNPJ 40.112.604/0001-44. Após conferência documentação exigida a empresa MANACA CINE STUDIO, foi habilitada e considerada arrematante para o serviço licitado pela FUNAPE.

3-Exposição dos argumentos

Considerando que A produção audiovisual no Centro de Custo 47. 159 Mapeamento e registro de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas a que este público tem acesso no Brasil - tem como finalidade compor a materialidade da pesquisa etnográfica em 5 regiões do Brasil. Os aspectos que ancoram o caráter técnico da empresa contratada devem sustentar elementos imprescindíveis no campo da pesquisa etnográfica, tais como: a) Habilidade técnica na produção no campo das Ciências Humanas e Sociais; b) Experiência na geração de dados e captação de imagens de base qualitativa, com base nos pressupostos etnográficos; c) Ferramentas técnicas amparadas nos procedimentos de aproximação no campo de pesquisa, considerando aspectos sociais e culturais dos grupos envolvidos, no nosso caso, a população cigana e toda a sua cosmovisão. d) Demonstrar experiência na produção sensível de imagens e narrativas, considerando aspectos essenciais para a composição da "atmosfera" da pesquisa de campo etnográfica; e) Disponibilidade para formação em equipa de trabalho nas diferentes regiões, de modo a garantir que as "ferramentas técnicas" estejam completamente alinhadas com as pré-definições realizadas e discutidas na pesquisa de caráter etnográfico com a população cigana.

Considerando que a empresa MANACA CINE STUDIO reúne experiência comprovada para o trabalho técnico na produção audiovisual, conforme os elementos supracitados, com comprovação de habilidade técnica na produção de trabalhos técnico-científicos nas áreas das Ciências Humanas e Sociais e a experiência em produções que se amparem em trabalhos de pesquisa de cunho etnográfico.

Considerando que a empresa MANACA CINE STUDIO apresenta na equipe técnica como assessoria/consultoria cigana uma das lideranças e autoridades ciganas mais respeitadas do país, reverenciada por todas as etnias e seus respectivos movimentos sociais e populares de país, e com amplo reconhecimento das instituições públicas, da Administração Pública Direta e Indireta, com uma trajetória de atuação política e cultural na defesa dos direitos das comunidades ciganas brasileiras.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Parecer Final

Diante do exposto acima, a Coordenação Geral do TED 05/2023 manifesta-se favorável à contratação da empresa MANACA CINE STUDIO, uma vez que atende aspectos imprescindíveis para a tradução dos esforços e resultados da pesquisa Mapeamento Povos Ciganos para a linguagem audiovisual e de cunho educativo.

14 de novembro de 2024, Goiânia-GO.

Documento assinado digitalmente
gov.br PHILLIPE CUPERTINO SALLOUM E SILVA
Data: 14/11/2024 09:56:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Phillipe Cupertino Salloum e Silva

CPF 033.698.225-98

Coordenação Geral TED 05/2023 (UFJ/MIR)